

TRIBUNAL DE
CONTAS

PRESS BOOK

Conferência "Fundos europeus, gestão, controlo e responsabilidade"

Revista de Imprensa

1. Portugal está abaixo da média europeia ao nível das fraudes com fundos comunitários, RTP1 - Jornal da Tarde, 21/06/2021	1
2. Asseguremos o futuro dos jovens europeus duramente atingidos pela crise sanitária, Público Online, 21/06/2021	2
3. Tribunal de Contas lança nova plataforma receber informação dos contratos do PRR, ECO - Economia Online, 23/06/2021	3
4. Marcelo considera 2022 e 2023 fulcrais na reconstrução, Jornal de Notícias, 23/06/2021	5
5. Marcelo afasta "crise política" até 2023, para proteger PRR, Público, 23/06/2021	6
6. Plano de Recuperação e Resiliência, Porto Canal - Noite Informativa, 22/06/2021	7
7. Plano de Recuperação e Resiliência: PR quer estabilidade na gestão orçamental, SIC - Jornal da Noite, 22/06/2021	8
8. "Os Qu4tro", TVI24 - Qu4tro (Os), 22/06/2021	9
9. Plano de Recuperação e Resiliência, TSF - Notícias, 22/06/2021	10
10. Presidente da República afasta ideia de crise política por causa da gestão dos fundos europeus, SIC Notícias - Jornal das Duas, 22/06/2021	11
11. Plano de Recuperação e Resiliência, TSF - Notícias, 22/06/2021	12
12. Avisos de Marcelo Rebelo de Sousa, Antena 1 - Notícias, 22/06/2021	13
13. Avisos de Marcelo Rebelo de Sousa, Antena 1 - Notícias, 22/06/2021	14
14. Conferência dos fundos europeus - direto, TVI24 - Jornal 24, 22/06/2021	15
15. Conferência sobre fundos europeus - direto, RTP3 - Jornal das 12, 22/06/2021	16
16. 'Big Brother' vigia bazuca, Correio da Manhã, 22/06/2021	17
17. Marcelo quer "transparência" na gestão dos fundos europeus, Correio da Manhã Online, 22/06/2021	20
18. Costa. Daqui a 50 anos, Portugal ainda sentirá os efeitos destes fundos europeus, Dinheiro Vivo Online, 22/06/2021	21
19. Marcelo. "Orçamento rejeitado e eleições antecipadas esvaziam reconstrução do País", Dinheiro Vivo Online, 22/06/2021	24
20. Leão. Governo já injetou no País sete mil milhões a fundo perdido e "a luta continua", Dinheiro Vivo Online, 22/06/2021	25
21. Costa. Daqui a 50 anos Portugal ainda sentirá efeitos dos fundos, Diário de Notícias, 22/06/2021	27
22. "A reconstrução económica e social exigirá estabilidade política" garante Marcelo, Diário de Notícias da Madeira Online, 22/06/2021	28
23. Marcelo: "Rejeitar orçamento e antecipar eleições esvaziam reconstrução do País", Diário de Notícias Online, 22/06/2021	30

24. 5 coisas que vão marcar o dia, ECO - Economia Online, 22/06/2021	32
25. Acompanhamento da execução dos fundos europeus "será cada vez mais em tempo real", diz presidente do Tribunal de Contas, ECO - Economia Online, 22/06/2021	34
26. Com pandemia para trás, Marcelo alerta para a "urgência da reconstrução que exigirá estabilidade política", ECO - Economia Online, 22/06/2021	36
27. Estado já apoiou economia com sete mil milhões de euros, diz Leão, ECO - Economia Online, 22/06/2021	38
28. "Europa está na pré-história informática" mas quer criar "big brother" para vigiar "bazuca", Executive Digest Online, 22/06/2021	39
29. Marcelo não quer que "nenhuma crise política ou institucional prejudique" aproveitamento da bazuca, Expresso Online, 22/06/2021	40
30. A última fronteira, Expresso Online, 22/06/2021	42
31. Bazuca - Costa garante que Portugal tem bom historial de uso de fundos, Inevitável, 22/06/2021	46
32. «Tolerância zero» com a fraude nos fundos, Jornal de Notícias, 22/06/2021	48
33. Marcelo: "Orçamento rejeitado e eleições antecipadas esvaziam reconstrução do País", Jornal de Notícias Online, 22/06/2021	49
34. Leão: "A ameaça à sustentabilidade das contas públicas vem da vem da ideia que podemos tomar medidas descoordenadas", Jornal Económico Online (O), 22/06/2021	51
35. Marcelo: "Cabe ao Presidente garantir que nenhuma crise política e institucional" ocorre, Jornal Económico Online (O), 22/06/2021	53
36. Marcelo Rebelo de Sousa quer estabilidade política na gestão dos fundos europeus, MundialFM Online, 22/06/2021	54
37. PRR? Administração pública tem de estar "devidamente preparada", Notícias ao Minuto Online, 22/06/2021	55
38. Marcelo pede controlo atempado de fundos europeus e estabilidade política, Notícias ao Minuto Online, 22/06/2021	57
39. Administração pública tem de estar "devidamente preparada" para a bazuca, Notícias de Coimbra Online, 22/06/2021	59
40. Presidente da República considera que legislativas de 2023 devem servir para julgar uso dos fundos europeus, Observador Online, 22/06/2021	61
41. PRR: CFP avisa que administração pública tem de estar "devidamente preparada", Porto Canal Online, 22/06/2021	63
42. Marcelo pede controlo atempado de fundos europeus e estabilidade política, Porto Canal Online, 22/06/2021	65
43. Primeiros concursos do PRR lançados ontem, Público, 22/06/2021	67
44. Marcelo afasta "crise política ou institucional" até 2023 para proteger fundos europeus, Público Online, 22/06/2021	68

45. Marcelo não quer "nenhuma crise política" até às legislativas, Renascença Online, 22/06/2021	69
46. CFP avisa que administração pública tem de estar "devidamente preparada", RTP Online, 22/06/2021	71
47. Marcelo pede controlo atempado de fundos europeus e estabilidade política, RTP Online, 22/06/2021	73
48. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Sapo Online - Sapo Economia Online, 22/06/2021	75
49. Plano de Recuperação e Resiliência. Marcelo recusa crises políticas e deixa aviso ao Governo e oposição, SIC Notícias Online, 22/06/2021	76
50. Marcelo quer estabilidade política na gestão dos fundos europeus, SIC Notícias Online, 22/06/2021	77
51. "Cabe ao Presidente garantir que nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade", TSF Online, 22/06/2021	79
52. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, Tv Online Canal Alentejo, 22/06/2021	80
53. Portugal está abaixo da média europeia ao nível das fraudes com fundos comunitários, RTP1 - Telejornal, 21/06/2021	81
54. António Costa garante que não há razões para preocupações com a má gestão de fundos europeus, TSF - Notícias, 21/06/2021	82
55. Programas de apoio lançados no âmbito do PRR, Renascença - Notícias, 21/06/2021	83
56. António Costa garante que não há razões para preocupações com a má gestão de fundos europeus, TSF - Notícias, 21/06/2021	84
57. Programas de apoio lançados no âmbito do PRR, Renascença - Notícias, 21/06/2021	85
58. Tribunal de Contas vai estar atento à boa execução dos fundos do PRR, Rádio Comercial - Notícias, 21/06/2021	86
59. António Costa garante que não há razões para preocupações com a má gestão de fundos europeus, TSF - Notícias, 21/06/2021	87
60. Abriram primeiros concursos para gastar bazuca. Costa realça boa gestão, AEIOU.pt Online - ZAP AEIOU Online, 21/06/2021	88
61. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, Açores 9 Online, 21/06/2021	91
62. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, Açoriano Oriental Online, 21/06/2021	92
63. Costa diz que Portugal tem historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, CM TV Online, 21/06/2021	94
64. António Costa diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Correio da Manhã Online, 21/06/2021	96
65. "Tolerância zero" para fraude e desconformidades nos fundos europeus, defende Elisa Ferreira, Correio da Manhã Online, 21/06/2021	98
66. Costa lança os dois primeiros concursos do PRR no valor de 260 milhões de euros, Dinheiro Vivo Online, 21/06/2021	100

67. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial a gerir fundos europeus, Diário de Notícias Online, 21/06/2021	103
68. 5 coisas que vão marcar o dia, ECO - Economia Online, 21/06/2021	105
69. Costa diz que Portugal se deve "orgulhar" dos fundos europeus. Dois primeiros concursos do PRR arrancam hoje, ECO - Economia Online, 21/06/2021	107
70. Estão lançados os primeiros concursos do PRR num total de 252 milhões, Executive Digest Online, 21/06/2021	109
71. Impacto dos fundos europeus prolonga-se por meio século, diz António Costa, Expresso Online, 21/06/2021	110
72. Conferência: Fundos europeus, gestão, controlo e responsabilidade, Guimarães, agora! Online, 21/06/2021	111
73. PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos - José Tavares, Impala Online, 21/06/2021	113
74. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Impala Online, 21/06/2021	114
75. Presidente do Tribunal de Contas pede boa execução de fundos europeus, Inevitável Online, 21/06/2021	115
76. Costa garante que Portugal tem bom "historial" a usar fundos, Inevitável Online, 21/06/2021	116
77. Abertos primeiros concursos do PRR, Jornal de Notícias Online, 21/06/2021	117
78. Costa diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus e anuncia abertura dos dois primeiros programas do PRR, Jornal Económico Online (O), 21/06/2021	118
79. Presidente do Tribunal de Contas: "Vamos estar atentos à boa execução do PRR" (com áudio), Jornal Económico Online (O), 21/06/2021	120
80. Gestão, controlo e responsabilidade: Tribunal de Contas debate fundos europeus. Veja em direto, Jornal Económico Online (O), 21/06/2021	122
81. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Lusa Online, 21/06/2021	123
82. UE/Presidência: "Tolerância zero" para fraude e desconformidades nos fundos europeus, Lusa Online, 21/06/2021	124
83. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Minho Online (O), 21/06/2021	126
84. Fundos europeus? "Temos um historial de que nos devemos orgulhar", MultiNews Online, 21/06/2021	127
85. PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos - José Tavares, Mundo Atual Online, 21/06/2021	128
86. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Mundo Atual Online, 21/06/2021	129
87. Presidente do Tribunal de Contas pede boa execução de fundos europeus, Nascer do Sol Online, 21/06/2021	130

88. Costa garante que Portugal tem bom 'historial' a usar fundos, Nascer do Sol Online, 21/06/2021	131
89. Arrancam hoje os dois primeiros concursos financiados pelo PRR, Negócios Online, 21/06/2021	132
90. PRR. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, Notícias ao Minuto Online, 21/06/2021	134
91. Costa contra autoflagelação. Portugal tem bom "historial" a usar fundos, Notícias ao Minuto Online, 21/06/2021	135
92. António Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Notícias de Coimbra Online, 21/06/2021	136
93. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência, Notícias de Coimbra Online, 21/06/2021	137
94. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos do PRR, diz José Tavares, NOVO Online, 21/06/2021	138
95. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, NOVO Online, 21/06/2021	141
96. Comissão Europeia vai ter "tolerância zero" para fraude e desconformidades nos fundos europeus, NOVO Online, 21/06/2021	142
97. Presidência da UE. Elisa Ferreira afirma que deve haver "tolerância zero" para fraude e desconformidades nos fundos europeus, Observador Online, 21/06/2021	144
98. Plano de Recuperação e Resiliência. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, assegura presidente, Observador Online, 21/06/2021	146
99. Costa contra autoflagelação, diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Observador Online, 21/06/2021	148
100. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, Porto Canal Online, 21/06/2021	150
101. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Porto Canal Online, 21/06/2021	151
102. Abertos primeiros concursos do PRR, PressNET Online, 21/06/2021	152
103. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Primeiro de Janeiro Online (O), 21/06/2021	153
104. Primeiros concursos do PRR lançados hoje, Público Online, 21/06/2021	155
105. PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, Renascença Online, 21/06/2021	156
106. Tribunal de Contas "atento à boa execução" dos fundos da bazuca europeia, Renascença Online, 21/06/2021	157
107. Costa diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Renascença Online, 21/06/2021	158
108. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, RTP Online, 21/06/2021	160
109. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, RTP Online, 21/06/2021	161

110. Costa diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, RTP Online, 21/06/2021	162
111. PRR. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, RUM - Rádio Universitária do Minho Online, 21/06/2021	163
112. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos - José Tavares, Sapo Online - Sapo 24 Online, 21/06/2021	164
113. José Tavares avisa que Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos europeus, Sapo Online - Sapo 24 Online, 21/06/2021	165
114. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Sapo Online - Sapo 24 Online, 21/06/2021	167
115. PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, SIC Notícias Online, 21/06/2021	169
116. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, SIC Notícias Online, 21/06/2021	170
117. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, TSF Online, 21/06/2021	171
118. Sem "autoflagelos" e com confiança nas instituições. Costa destaca "boa gestão" de fundos europeus, TSF Online, 21/06/2021	172
119. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Tv Online Canal Alentejo, 21/06/2021	173
120. Plano de Resiliência: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, TVI 24 Online, 21/06/2021	174
121. Fundos europeus: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar", diz Costa, TVI 24 Online, 21/06/2021	175
122. PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos - José Tavares, Visão Online, 21/06/2021	176
123. Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus, Visão Online, 21/06/2021	177
124. A semana que vem, Notícias Magazine, 20/06/2021	178

ID: 93483256

21-06-2021 13:26



Portugal está abaixo da média europeia ao nível das fraudes com fundos comunitários

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=a5742f06-09cb-4905-b507-41474f07b487&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

Portugal está abaixo da média europeia ao nível das fraudes com fundos comunitários. O primeiro-ministro considera que estão criadas as condições de confiança, numa altura em que arrancam as primeiras candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência. O Governo garante que os fundos estruturais estão sobre apertado controlo de fiscalização.

Declarações de António Costa, primeiro-ministro; José Tavares, pres. do Tribunal de Contas; Klaus-Heiner Lehne, pres. do Tribunal de Contas Europeu.

Repetições: RTP3 - 3 às... , 2021-06-21 14:21

RTP3 - 3 às... , 2021-06-21 15:14

RTP3 - 3 às... , 2021-06-21 17:31

RTP3 - 18/20 , 2021-06-21 18:28

Asseguremos o futuro dos jovens europeus duramente atingidos pela crise sanitária

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Público Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=c2c72c8e>

A fim de ajudar os jovens europeus atingidos pela pandemia, façamos com que os planos nacionais e europeus de recuperação beneficiem principalmente as gerações futuras.

Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Primeiro presidente do Tribunal de Contas francês

A juventude é a esperança num amanhã melhor. Por isso, é essencial dar prioridade à reflexão sobre o destino das gerações futuras de cidadãos europeus, que foram particularmente prejudicados pelas consequências das restrições sanitárias. Estas gerações estão a sentir na pele a precariedade económica, o isolamento e a sucessão de rupturas a nível escolar, emocional e psicológico.

[Additional Text]:

Klaus-Heiner Lehne

Pierre Moscovici

Klaus-Heiner Lehne

Tribunal de Contas lança nova plataforma receber informação dos contratos do PRR

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	23/06/2021
Melo:	ECO - Economia Online	Autores:	Tiago Varzim

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=786ba31c>

O Tribunal de Contas vai lançar uma plataforma para que as entidades comuniquem os contratos dos fundos europeus. Esta será a forma de acompanhar mesmo os contratos acima dos 750 mil euros.

O Tribunal de Contas tem um grupo de trabalho em curso para preparar a fiscalização concomitante (acontece em simultâneo ao processo do contrato) que ficou prevista nas últimas alterações às leis que regem a contratação pública. Esta foi a solução encontrada pelos deputados para agilizarem a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos prazos são apertados, sem colocar em causa o controlo dos contratos.

Estas novas exigências da lei obrigaram a uma evolução informática por parte do Tribunal de Contas, que já estava a trabalhar numa plataforma eletrónica nova antes de saber que teria de fazer a fiscalização concomitante, uma nova realidade que incluiu nesse trabalho. Essa plataforma deverá entrar em funcionamento na próxima semana e servirá para que as entidades comuniquem as informações dos contratos à instituição que fiscaliza os dinheiros públicos.

Em declarações ao ECO à margem da conferência sobre os fundos europeus, o presidente do Tribunal de Contas explicou que irá apreciar ainda esta semana uma "proposta de instruções para todas as entidades públicas sobre o modo como devem remeter os seus contratos" ao tribunal. São essas instruções próprias que levarão à uniformização dos dados que permitirá trabalhá-los através de meios informáticos.

Tal como tinham sugerindo os deputados, o Tribunal de Contas irá usar inteligência artificial (algoritmos) para identificar padrões ou desvios nos contratos do PRR entregues para fiscalização prévia (se o valor for superior a 750 mil euros) ou concomitante (se o valor for inferior a 750 mil euros). "Vai permitir que façamos um exercício de agregar dados, como nós entendermos, para identificar quem são os contratantes, por exemplo, da entidade A, B e C, etc", exemplifica José Tavares.

Todos os contratos com valor inferior a 750 mil euros terão de ser remetidos ao Tribunal de Contas no prazo de dez dias e antes dessa obrigação ser cumprida estes não poderão ser executados, isto é, o contrato não avança. Se na fiscalização concomitante o Tribunal identificar problemas pode chamar esses contratos à fiscalização prévia - são analisados em maior profundidade e é preciso um visto para que avancem - se ainda não estiverem a ser executados. Caso já estejam em andamento, pode remeter para o Ministério Público. "Isso já é possível agora, mas aqui há um sistema próprio", explica José Tavares.

O presidente do Tribunal de Contas recebeu esta terça-feira um incentivo por parte do Presidente da República, a quem coube o encerramento da conferência. "Não hesite em fazer o que tem de fazer", conjugando esforços com outras instituições, "agrade ou desagrade a quem quer que seja", disse Marcelo, pedindo que o Tribunal (e os restantes fiscalizadores) atue "atempadamente" e que deixe "visível o efeito desses controlos aos olhos de todos os portugueses".

Marcelo considera 2022 e 2023 fulcrais na reconstrução

Presidente dramatiza na aplicação dos fundos europeus e aconselha portugueses a dar o veredito nas Legislativas

Luís Reis Ribeiro

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

CONFERÊNCIA A reconstrução económica e social do país exigirá estabilidade política e não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise de percurso, como um orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes governativas e institucionais”, avisou ontem o presidente da República no encerramento da conferência do Tribunal de Contas português e do seu homólogo europeu, dedicado aos fundos europeus.

Para Marcelo Rebelo de Sousa, agora “estamos a viver a transição que marca o caminho para o fim da pandemia”. “A reconstrução económica deverá ser mais do que remendar aquilo que a pandemia fez perder ou adiar”. O que falta fazer para reconstruir e ter uma nova economia, continua, “demorará anos” e “por isso 2022 e 2023 serão decisivos”. São os primeiros anos do grande fluxo de fundos europeus, boa parte deles a fundo perdido. O PRR conta com 13,9 mil milhões de euros até 2026.

Entretanto, este plano de emergência e reconstrução



JOSE SENA GOMIAO/LUSA

Marcelo sublinha importância da oportunidade

JOÃO LEÃO

Apoios extraordinários

O Governo já injetou na economia portuguesa desde março de 2019 cerca de sete mil milhões de euros em “apoios extraordinários às famílias e empresas a fundo perdido” e “a luta ainda não acabou”, disse o ministro das Finanças.

Plano vale 3,5%

Na mesma conferência, João Leão disse que o Plano de Recuperação e Resiliência vai permitir expandir o potencial da economia em cerca de “3,5% do PIB”.

face aos efeitos da pandemia começará a correr em cima do programa de fundos comunitários tradicionais, o Portugal 2030, avaliado em mais de 30 mil milhões de euros e que vai até 2027, pelo menos.

Marcelo admite que há perigos à espreita e defende que o correto e bom uso dos fundos nos próximos dois anos deve ser avaliado nas eleições Legislativas de 2023. “A reconstrução social será mais lenta do que a económica e sobrarão além de 2023”. “Cabe aos portugueses dizerem pelo seu voto em 2023 o que pensam e o que querem acerca do uso da oportunidade a não desperdiçar. ●



Marcelo afasta “crise política” até 2023, para proteger PRR

Marcelo Rebelo de Sousa defendeu ontem que cabe ao Presidente da República garantir que até 2023 não haja uma crise política ou institucional que prejudique a execução dos fundos europeus que chegam a Portugal através do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). O chefe de Estado considera que nesse ano – de legislativas – os portugueses vão “a tempo” de decidir se querem “continuar o mesmo caminho ou fazer o caminho com alterações”.

“Cabe ao Presidente garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é, nenhuma crise política ou institucional, prejudique esta oportunidade, afectando de forma decisiva o seu aproveitamento”, disse Marcelo. “Já basta o que resta de pandemia, mais as crises económica e social e a encruzilhada vivida na Europa e no mundo”, acrescentou no encerramento da conferência do Tribunal de Contas sobre fundos europeus, nomeadamente sobre o PRR, que permitirá a Portugal receber 16,6 mil milhões de euros.

Marcelo defendeu ainda que os fundos têm de ser “bem aproveitados”, “geridos com responsabilidade” e tem de existir uma “responsabilização evidente e rápida” em relação aos que violarem as normas legais e a ética e integridade que são exigidas neste contexto. “No final, todos os envolvidos na decisão e execução dos fundos terão de apresentar contas”, disse o chefe de Estado.

Marta Moitinho Oliveira



Plano de Recuperação e Resiliência

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=70e47631-421b-4ad2-ae52-191dd311f065&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

O Presidente da República diz que os portugueses podem usar o voto nas próximas legislativas para avaliar a forma como foram geridos os fundos da Bazuca Europeia. Em causa estão 22 mil milhões de euros para Portugal, como explicou o Ministro das Finanças. João Leão e Marcelo Rebelo de Sousa estiveram numa conferência sobre fundos europeus promovida pelos tribunais de contas de Portugal e da União Europeia.

Declarações de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República e de António Costa, primeiro-ministro.

Repetições: Porto Canal - Noite Informativa , 2021-06-22 00:15



Plano de Recuperação e Resiliência: PR quer estabilidade na gestão orçamental

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=d6c4d9c5-65d8-44c8-8402-76cd98e12282&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

O Presidente da República afasta a ideia de uma crise política por causa da gestão dos fundos europeus sob pena de Portugal desperdiçar dinheiro de Bruxelas. Numa altura em que são lançados os primeiros concursos de projetos do PRR, Marcelo Rebelo de Sousa aproveitou a conferência do Tribunal de Contas para deixar avisos ao Governo e à oposição.

Declarações de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República.

Repetições: SIC Notícias - Jornal da Noite , 2021-06-22 20:25

SIC - Edição da Manhã , 2021-06-23 06:41

SIC - Edição da Manhã , 2021-06-23 07:47

SIC Notícias - Jornal da Meia Noite , 2021-06-22 00:58

SIC Notícias - Edição da Manhã , 2021-06-23 06:41

SIC Notícias - Edição da Manhã , 2021-06-23 07:47

SIC Notícias - Edição da Manhã , 2021-06-23 08:45



"Os Qu4tro"

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=67568035-09ce-47b6-aadd-eb6f869ba3f4&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

"Os Qu4tro" com Pedro Santos Guerreiro, Filipe Santos Costa e Anabela Neves.

Temas:

- Surtos em lares de idosos;
- Bolsonaro volta a insultar jornalistas;
- Marcelo Rebelo de Sousa quer transparência no uso de fundos;
- Proteção de dados.

Plano de Recuperação e Resiliência

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=fd7e90a4-0474-44ce-9b41-eae03f581f5f&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

O Presidente da República defende que a execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência é o maior desafio que o país tem pela frente e garante que todos os envolvidos vão ter de prestar contas na forma como a verba vai ser aplicada. No encerramento da conferência "Fundos europeus, gestão, controlo e responsabilidade" promovida pelo Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa quis deixar claro que vai estar atento e tudo fará para evitar uma crise política que possa ser causada pelo chumbo dos orçamentos de Estado.

Declarações de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República.



Presidente da República afasta ideia de crise política por causa da gestão dos fundos europeus

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=236cee3b-f201-46a0-ba47-af53371d91f2&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

O Presidente da República afastou a ideia de uma crise política por causa da gestão dos fundos europeus. No encerramento de uma conferência organizada pelo Tribunal de Contas, Marcelo deixou avisos ao governo e à oposição, garantindo que o Presidente tudo fará para garantir que não se desperdiça o dinheiro de Bruxelas.

Repetições: SIC Notícias - Edição da Tarde , 2021-06-22 15:25
 SIC Notícias - Edição da Tarde , 2021-06-22 16:25
 SIC Notícias - Edição da Tarde , 2021-06-22 17:19

Plano de Recuperação e Resiliência

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=03d41c88-8e3c-4a78-8d8c-34ef713f2ae2&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

O Presidente da República defende que a execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência é o maior desafio que o país tem pela frente e garante que todos os envolvidos vão ter de prestar contas de forma como a verba vai ser aplicada. No encerramento da conferência "Fundos europeus, gestão, controlo e responsabilidade" promovida pelo Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa quis deixar claro que vai estar atento e tudo fará para evitar uma crise política que possa ser causada pelo chumbo dos orçamentos de Estado.

Declarações de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República.

Avisos de Marcelo Rebelo de Sousa

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=98eff0a6-4d95-49d3-967c-5f29724abbc4&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

É preciso aproveitar os fundos europeus, sublinha o Presidente da República, não pode haver crises políticas no horizonte, os Orçamentos de Estado têm de ser aprovados até 2023. Avisos feitos por Marcelo Rebelo de Sousa no fecho da Conferência sobre Fundos Europeus, promovida pelo Tribunal de Contas português e pelo Tribunal de Contas Europeu.

Repetições: Antena 1 - Notícias , 2021-06-22 15:00

Antena 1 - Notícias , 2021-06-22 16:03

Avisos de Marcelo Rebelo de Sousa

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=8ab20ba6-9197-4edc-8da2-d216b55f745d&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

É preciso aproveitar os fundos europeus, sublinha o Presidente da República, não pode haver crises políticas no horizonte, os Orçamentos de Estado têm de ser aprovados até 2023. Avisos feitos por Marcelo Rebelo de Sousa no fecho da Conferência sobre Fundos Europeus, promovida pelo Tribunal de Contas português e pelo Tribunal de Contas Europeu.



Conferência dos fundos europeus - direto

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=d321d88e-381a-4df7-b5d9-c96b58243baf&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

Decorre neste momento a conferência dos fundos europeus, onde neste momento, Marcelo Rebelo de Sousa está prestar declarações.



Conferência sobre fundos europeus - direto

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=5ee5c63d-7ad0-4333-8a24-d82f19bc6099&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

O Presidente da República está a encerrar os trabalhos de uma conferência conjunta sobre fundos europeus.

Declarações em direto de Marcelo Rebelo de Sousa.



FISCALIZAÇÃO DO PRR

DESEMPREGADOS | MENOS INSCRITOS

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego do IEFP diminuiu em 21 705 pessoas em maio face ao mês anterior, o que representa uma descida de 5,1%, para um total de 402 183 desempregados registados, indicou ontem o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

TRIBUNAL DE CONTAS

Algoritmos a vigiar fundos comunitários



SISTEMA ◉ **Comissária quer todos os países a colocarem dados na plataforma ARACHNE para cruzar informações**
VIGILÂNCIA ◉ **Presidente do Tribunal de Contas Europeu diz que “estamos na pré-história da vigilância informática”**

Elisa Ferreira disse ontem que “não fomos tão longe quanto gostaríamos” na implementação de um sistema informático de controlo da utilização dos fundos

MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

A Comissão Europeia quer criar uma superbase de dados que permita o cruzamento de informações, através da utilização de algoritmos, de todos os beneficiários do Mecanismo de Recuperação e Resiliência nos 27 Estados-membros. A ideia foi ontem revelada

SISTEMA, CRIADO EM 2009, UTILIZA MAIS DE 100 INDICADORES DE RISCO

pela comissária Elisa Ferreira numa conferência sobre os ‘Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade’, organizada em Lisboa pelo Tribunal de Contas de Portugal e pelo Tribunal de Contas Euro-

peu. “A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades”, frisou a comissária, garantindo que a UE estará

com uma “atenção redobrada” na utilização dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) nacionais. Elisa Ferreira adiantou que “temos uma máquina

montada, que já deu provas”. A comissária referia-se ao sistema ARACHNE, criado em 2009 para vigiar a aplicação das verbas do FEDER, do Fundo de

Coesão e do Fundo Social Europeu. Aquele sistema já se encontra implementado em 21 países, e conta com mais de 100 indicadores de risco que lançam alertas de possível fraude.

No entanto, muito há ainda a fazer. O presidente do Tribunal de Contas Europeu, o alemão, Klaus-Heiner Lehne, afirmou ao **CM** “desconhecer aquele sistema”, acrescentando que “a Europa está na pré-história da vigilância informática. O que nós precisamos é de uma base de dados compatível com todas as administrações públicas de todos os Estados europeus, que permita um cruzamento eficaz de informação. Existem mais de 70 sistemas informáticos diferentes nos governos europeus”.



Costa (à esq.) apresentou os primeiros concursos do PRR

António Costa lança primeiros projetos no valor de 252 M €

O primeiro-ministro lançou ontem os primeiros dois concursos do PRR, para a formação de jovens e adultos, no valor de 252 milhões €. “Vão adicionar 10 mil graduados e 23 mil participantes em qualificações curtas de nível superior”, disse Costa.



RISCOS | **VÁRIOS TIPOS IDENTIFICADOS**

O presidente do Tribunal de Contas português, José Tavares, disse ao **CM** que "não existem só riscos de fraude. Existem também riscos de o dinheiro não ser aplicado para as finalidades exigidas, há riscos de conflitos de interesse, entre outros", o que obriga a um sistema de governação muito rigoroso.



FUNÇÃO PÚBLICA | **GASTAR BEM**

A MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ALEXANDRA LEITÃO, DISSE QUE A FUNÇÃO PÚBLICA ESTÁ PREPARADA PARA "GASTAR BEM O DINHEIRO" DO PRR.

MARCELO | **ACCELERAR A EXECUÇÃO**

O Presidente da República promulgou o decreto-lei que estabelece o regime excecional de execução orçamental e de simplificação de procedimentos dos projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Marcelo justificou a decisão com o facto de "não querer atrasar a execução dos programas".



DISCURSO DIRETO

Klaus-Heiner Lehne
Pres. do Tribunal
de Contas Europeu

"FRAUDE ZERO É IMPOSSÍVEL"



CM - Como se garante que todos os euros serão bem utilizados no PRR? Klaus-Heiner Lehne - É irrealista pensar que não existirá fraude. O que é importante é assegurar que esse nível de fraude seja o mais pequeno possível. A fraude não é um fenómeno generalizado. Por ano identificamos cerca de 10 a 20 casos em que existem suspeitas graves de fraude que, após comunicadas às autoridades policiais, se traduzem em cinco ou 10 grandes investigações.

- Há muito dinheiro a ser utilizado em pouco tempo. É um risco acrescido?

- Se analisarmos o que aconteceu no passado, vemos que cerca de 300 mil milhões de euros nunca são executados dentro dos prazos previstos, por vezes são executados com três anos de atraso. O Mecanismo de Recuperação foi desenhado de forma diferente. Se os Estados cumprirem determinados requisitos recebem logo o dinheiro. ●

PLANO TEM DE SER EXECUTADO ATÉ 2026

☑ O pacote de 16,6 mil milhões € pode sofrer cortes, caso Portugal não cumpra o prazo de execução do plano que termina em 2026. ●



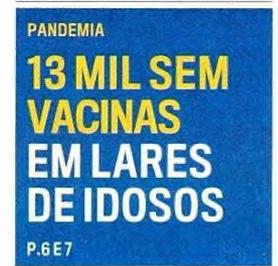
Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, visitou Viena

Bruxelas aprova plano austríaco de 3,5 mil milhões

☑ Bruxelas aprovou o Plano de Recuperação e Resiliência da Áustria no valor de 3,5 mil milhões de euros, anunciou ontem a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em Viena. 58% dos fundos europeus serão investidos no combate às alterações climáticas. ●



TERÇA-FEIRA 22/06/2021 | DIÁRIO | €1,30 (C/IVA)



DOIS MORTOS EM GARAGEM DE AVEIRO P.10

HOMEM ESTRANGULA MULHER ATÉ À MORTE



FUNDOS COMUNITÁRIOS

'BIG BROTHER' VIGIA BAZUCA

SISTEMAS INFORMÁTICOS E ALGORITMOS ALERTAM PARA DESVIOS NO USO DOS MILHÕES QUE CHEGAM DA EUROPA

COMPUTADORES PERSEGUEM FRAUDES

COMISSÃO EUROPEIA quer criar superbase de dados que permita cruzamento de informações sobre os beneficiários P.4E5

ESPECIAL DE 8 PÁGINAS P.26 A 33 EURO2020

PORTUGAL AGRADECE AJUDA DE TERCEIROS
Se a Hungria não vencer a Alemanha, Seleção pode perder com a França e ser apurada

MERCADO
BENFICA P.8 INGLESES ATENTOS A RAFA

MÉDIO-OFFENSIVO P.9 GIANLUCA BUSIO NO RADAR DO LEÃO

FC PORTO P.9 SÉRGIO CONCEIÇÃO REFORÇA PODER

ADULAI DJALO P.16 LEUCEMIA MATA JOVEM ATLETA DO SPORTING

TOMAR P.13 Pastor adventista viola filha de fiéis de igreja

JULGAMENTO DE PEDRÓGÃO P.14 Pais de bombeiro morto revoltados com a Justiça

CRÉDITO BANCÁRIO P.19 Centeno avisa para riscos no preço das casas

CRIANÇA SAI DO HOSPITAL E REGRESSA A CASA P.15



VIDAS P.39 A 41 ATOR SOFRE ACIDENTE DE MOTA



CARTA DE LIGEIOS 198€
2 prestações de 198€
Chamada Grátis 800 200 530
SEGURANÇA MAXIMA

CASA ERMELINDA FREITAS
100 ANOS 1920-2020
VINHAS & VINHOS VINES & WINES PORTUGAL
WWW.ERMELINDAFREITAS.PT

Marcelo quer "transparência" na gestão dos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: Correio da Manhã Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=237bc78>

Presidente da República garante que o Tribunal de Contas está ciente da sua missão.

Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, disse esta terça-feira que os fundos europeus devem ser "bem geridos" e com "transparência", no fim da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade".

"Quem quer que fiscalize, que atue em tempo sem prejudicar a intervenção dos demais controlos e sem dano para todos os portugueses", referiu o chefe de Estado.

"A tarefa que vamos ter entre mãos não é nada fácil, é muito complexa e trabalhosa. Os portugueses de nós esperam que não desperdicemos esta oportunidade, que ambicionemos ao máximo. Esperam que se tenha visão de médio e longo prazo e que não percamos tempo", continuou.

"O Tribunal de Contas está ciente da sua missão (...) cabe aos que governam mostrar a capacidade para levar a bom porto esta missão. Cabe aos que se opõem apresentar boas alternativas". "Cabe ao PR garantir que nenhuma crise política e institucional prejudique esta oportunidade", porque já "basta o que resta de pandemia", assinalou o Marcelo Rebelo de Sousa.

...

Correio da Manhã

Costa. Daqui a 50 anos, Portugal ainda sentirá os efeitos destes fundos europeus

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	22/06/2021
Melo:	Dinheiro Vivo Online	Autores:	Luís Reis Ribeiro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=ea9324e1>

PR promulga diploma para não atrasar execução do Plano de Recuperação. PM corta as primeiras fitas do PRR, inaugurando dois programas para qualificar adultos e jovens.

O primeiro-ministro, António Costa

© JOSÉ COELHO/LUSA

Comentar

Daqui a 50 anos, os fundos europeus que hoje estão a ser vertidos em Portugal ainda terão um efeito positivo na economia portuguesa, defendeu ontem o primeiro-ministro.

Na abertura da conferência do Tribunal de Contas de Portugal (TdC) e do Tribunal de Contas Europeu (TCE) sobre os "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", António Costa referiu sobre o impulso dos fundos europeus que "a Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do produto interno bruto (PIB) nesse período".

Segundo o chefe do governo, "numa análise ao Portugal 2020, sem os fundos comunitários, o PIB seria 1,9 pontos percentuais inferior. Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é 2,3 pontos percentuais".

A conferência serviu para debater a forma como o País e as instâncias europeias vão conseguir manter a fiscalização e o controlo eficaz dos grandes pacotes de fundos que aí vêm, garantindo níveis mínimos de "irregularidades" e "fraude".

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que os mesmos serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

"Quer a nível nacional, quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm feito, separando irregularidades e fraude".

No caso de Portugal, Costa citou um relatório especial do Tribunal de Contas Europeu (TCE): neste "demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da União Europeia" e "o nível de fraude é também inferior à da média europeia, que já de si é bastante baixo, cerca de 0,75% da totalidade dos fundos".

"Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades", concluiu.

Da conferência dos tribunais de contas, o primeiro-ministro seguiu para a abertura dos dois primeiros concursos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) às candidaturas para se poder usar cerca de 260 milhões de euros em subvenções, as primeiras verbas a fundo perdido para tirar o país da

crise provocada pela pandemia.

Um é um programa de atualização das qualificações de adultos, no valor de 130 milhões de euros. O outro, também avaliado em 130 milhões de euros, é para financiar pós-graduações e outros cursos para os mais jovens em áreas científicas e engenharias.

No entanto, António Costa pediu que se gastem bem os muitos milhões de euros dos fundos europeus, evitando "a corrupção e a fraude", e "sem duplicar o financiamento de projetos", garantindo, no entanto, "adicionalidade", isto é, apoios a projetos que se possam juntar a outros, tentando gerar economias de escala.

Tribunal de Contas promete "enorme atenção" aos gastos do PRR

O primeiro-ministro salientou que pela primeira vez na História vão estar a correr em simultâneo até 2026 ou 2027 dois grandes programas de fundos europeus e que isso releva a importância do controlo e da fiscalização do Tribunal de Contas, que é presidido por José Tavares.

O presidente do colégio nacional de auditores acenou que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção", sobretudo por causa do PRR. Prometeu que irá "recorrer às tecnologias de informação mais modernas" para controlar e fiscalizar.

Portugal (idem para os outros países da UE) vai ter à disposição o programa normal e plurianual de fundos para a década (novo Portugal 2030), no valor de 33,6 mil milhões de euros.

Em simultâneo, haverá o Programa de Recuperação (contra os efeitos da pandemia), no valor de 13,9 mil milhões de euros, essencialmente em subvenções.

Ontem, o Presidente da República promulgou "o diploma do Governo que estabelece o regime excecional de execução orçamental e de simplificação de procedimentos dos projetos aprovados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência". Razão: para "não atrasar a execução dos programas a financiar pela União Europeia, designadamente no âmbito do PRR, que são urgentes e prioritários".

260 milhões de euros em subvenções para dois novos programas

Como referido, dois novos programas de qualificações serviram ontem de folha de rosto ao PRR. Um é o "Programa Impulso Adultos que visa apoiar a conversão e atualização de competências de adultos ativos em formações de curta duração no ensino superior (universidades e politécnicos), de nível inicial e/ou de pós-graduação, assim como a formação ao longo da vida em articulação com empregadores públicos e privados". Valor: 130 milhões de euros para gastar entre 2021 e 2026, tentando abranger "pelo menos 23 mil participantes".

O outro programa, também no valor de 130 milhões de euros em subsídios europeus, chama-se "Impulso Jovens STEAM" e pretende apoiar iniciativas das instituições de ensino superior, incluindo universidades e politécnicos, em consórcio com empregadores (empresas privadas e entidades públicas, "orientadas para aumentar a graduação superior de jovens em áreas de ciências, tecnologias, engenharias, artes/ humanidades e matemática (STEAM - Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics)").

O Impulso Jovem STEAM quer apoiar "10 mil estudantes em cursos de ensino superior em áreas de ciência, tecnologia, engenharia, artes/ humanidades e matemática até ao segundo trimestre de 2025" e subsidiar "ensino experimental de ciências e técnicas e da cultura científica no ensino básico e secundário através do reforço das redes Ciência Viva".

Bruxelas diz que terá "tolerância zero face à fraude"

"A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades", disse nesta mesma conferência a comissária europeia para a Coesão e as Reformas.

Elisa Ferreira acenou que "vamos ter uma atenção redobrada" quanto à forma como se utiliza e gere os Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) nacionais e do orçamento de longo prazo da União, o Quadro Financeiro Plurianual (QFP), que agora está balizado em 2030.

"Temos uma máquina montada, que deu provas, uma máquina de parceria com os países", acrescentou a comissária e antiga administradora do Banco de Portugal.

O principal parceiro da Comissão em Portugal na questão dos fundos é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que é tutelada pelo Ministério do Planeamento, de Nelson Souza. "Tem uma equipa forte", elogiou Elisa Ferreira.

Através de uma nova ferramenta informática chamada ARACHNE, a CE saberá "quem é o beneficiário último" dos fundos europeus, e "até que ponto há ou não há conflitos de interesses", problema que Elisa Ferreira disse ser "totalmente intolerável".

[Additional Text]:

O primeiro-ministro, António Costa

Luís Reis Ribeiro

Luís Reis Ribeiro

Marcelo. "Orçamento rejeitado e eleições antecipadas esvaziam reconstrução do País"

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 22/06/2021
Melo: Dinheiro Vivo Online Autores: Luís Reis Ribeiro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=85bd6321>

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, dramatiza o momento dos fundos europeus. É crucial aproveitar bem e ao máximo o dinheiro novo e há perigos à espreita: "reconstrução social será mais lenta do que a económica e sobrarão além de 2023", alertou.

Marcelo Rebelo de Sousa, presidente da República

© MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Comentar

"A reconstrução económica e social do País exigirá estabilidade política" pelo que este trabalho não deve ser "esvaziado" por entraves como "um orçamento rejeitado e eleições antecipadas", avisou o Presidente da República, esta terça-feira, no encerramento da conferência do Tribunal de Contas português e do seu homólogo europeu.

O evento de dois dias foi dedicado aos fundos europeus e deu ênfase ao novo Plano de Recuperação (PRR), que supostamente vai servir para tirar Portugal (e os outros países da União Europeia) da crise pandémica.

Para Marcelo Rebelo de Sousa, agora "estamos a viver a transição que marca o caminho para o fim da pandemia".

"A reconstrução económica deverá ser mais do que remendar aquilo que a pandemia fez perder ou adiar". Para o PR, o que falta fazer para reconstruir e ter uma nova economia "demorará anos" e "por isso 2022 e 2023 serão decisivos". São os primeiros anos do grande fluxo de fundos europeus, boa parte deles a fundo perdido.

Ainda assim, o Presidente considera que há perigos à espreita. Por exemplo, "a reconstrução social será mais lenta do que a económica e sobrarão além de 2023".

(em atualização)

[Additional Text]:

Marcelo Rebelo de Sousa, presidente da República
Luís Reis Ribeiro

Luís Reis Ribeiro

Leão. Governo já injetou no País sete mil milhões a fundo perdido e "a luta continua"

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	22/06/2021
Melo:	Dinheiro Vivo Online	Autores:	Luís Reis Ribeiro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=359ae4a>

"A luta ainda não acabou", acenou o ministro das Finanças. Os 13,9 mil milhões de euros do PRR devem dilatar a riqueza de Portugal em 22 mil milhões de euros até 2026, disse na conferência do Tribunal de Contas sobre fundos europeus.

O ministro de Estado e das Finanças, João Leão, durante o debate parlamentar de discussão na generalidade do Orçamento do Estado para 2021 (OE2021), na Assembleia da República, em Lisboa, 28 de outubro de 2020. TIAGO PETINGA/LUSA

© LUSA

Comentar

O Governo já injetou na economia portuguesa desde março do ano passado, quando começou a pandemia covid-19, cerca de sete mil milhões de euros em "apoios extraordinários às famílias e empresas a fundo perdido" e "a luta ainda não acabou", disse o ministro das Finanças, esta terça-feira.

Segundo o governante, a nova arma é a bazuca de dinheiro europeu (também a fundo perdido), o chamado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que pelas contas de João Leão vai permitir expandir o potencial da economia em cerca de "3,5% do produto interno bruto (PIB) face a um cenário onde não havia lugar a apoios", prometeu durante um discurso no segundo dia de uma conferência do Tribunal de Contas português e do Tribunal de Contas Europeu sobre fundos europeus, justamente.

Assim, o PRR deve "acrescentar mais 22 mil milhões de euros à economia" nestes cinco anos em que estará em vigor, de 2021 a 2026.

No referido seminário dedicado ao tema "Fundos Europeu: gestão, controlo e responsabilidades", Leão congratulou com o seu trabalho e do governo ao qual pertence, dizendo que "a recuperação forte e rápida" da economia portuguesa, que este ano pode crescer 4,8%, segundo diz o Banco de Portugal, "só é possível porque não se poupou nos apoios à economia".

Foi possível manter a capacidade produtiva, mesmo com os confinamentos, porque o governo entregou apoios no referido valor de sete mil milhões de euros desde que começou a pandemia covid, há um ano e três meses. Mais de 70% desta injeção de fundos foi diretamente para as empresas, cerca de cinco mil milhões de euros até agora, disse o ministro.

Um dos instrumentos mais valiosos e caros para o erário público foi o lay-off simplificado (cujos moldes continuam a existir mas sob o nome de apoio à retoma) que basicamente subsidiou as empresas para que estas mantivessem os postos de trabalho, ou grande parte deles, mesmo estando encerradas ou perante fortes quebras de faturação ditadas pelos confinamentos decretados pelo governo.

Dívida é para começar a descer e muito

O governante das Finanças considera que "o principal indicador da eficácia das medidas é a taxa de desemprego em cerca de 7%, que compara com 17% na anterior crise, em 2012".

O ministro repetiu que o PRR vai trazer crescimento e isso permitirá reduzir o peso do défice (no PIB) "sem a ameaça da austeridade, nem aumento de impostos".

Mas a pandemia "atrasou a redução da dívida pública em cinco anos", avisou Leão, que é um defensor das regras do Pacto de Estabilidade e da disciplina orçamental.

Em 2023, o Pacto de Estabilidade será reativado e deve impor novamente uma trajetória de redução persistente da dívida portuguesa ao longo de décadas até que esta chegue a 60% do PIB, como estava previsto antes de a pandemia eclodir. Assim é porque o peso da dívida portuguesa ronda atualmente os 130% do PIB, um dos maiores fardos do mundo desenvolvido e da zona euro.

João Leão também já fez contas às "consequências da crise e da magnitude destes apoios" na sustentabilidade das finanças públicas. Diz que isso não impedirá o rácio da dívida pública de cair para 128% no final deste ano, mas ainda assim fica 19 pontos percentuais acima do que se previa em 2019, antes da pandemia.

O ministro prevê que o peso da dívida só regresse aos níveis de 2019, "abaixo dos 120%", em 2024. "Isto significa que a crise pandémica atrasou em cinco anos a trajetória descendente da dívida pública portuguesa iniciada antes da crise".

João Leão avisa que é "essencial que, já com a recuperação em andamento, não se perca de vista a sustentabilidade do país e das contas públicas no médio prazo".

É preciso "retomar uma trajetória descendente da dívida, isso é essencial para a credibilidade externa do país, para o financiamento da economia e para a estabilidade e bem-estar dos portugueses".

Nesse sentido, o PRR vai ser bom pois, julga o ministro, permite "retomar não cortar em despesa necessária e não aumentar impostos sobre cidadãos e empresas".

"As subvenções do PRR valem cerca de 7% do PIB e permitem estimular o investimento em larga escala, sem sobrecarregar, ainda mais, as finanças públicas", apontou.

(atualizado às 14h30)

[Additional Text]:

O ministro de Estado e das Finanças, João Leão, durante o debate parlamentar de discussão na generalidade

Luís Reis Ribeiro

Luís Reis Ribeiro



Costa. Daqui a 50 anos Portugal ainda sentirá efeitos dos fundos

ECONOMIA Marcelo promulga diploma para não atrasar execução do PRR. Primeiro-ministro cortou primeiras fitas do plano com dois novos programas.

Daqui a 50 anos, os fundos europeus que hoje estão a ser vertidos em Portugal ainda vão ter um efeito positivo na economia, defendeu ontem o primeiro-ministro. Na abertura da conferência do Tribunal de Contas (TdC) e do Tribunal de Contas Europeu (TCE) sobre os "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", António Costa referiu, sobre o impulso dos fundos europeus, que "a Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do produto interno bruto (PIB) nesse período".

Segundo o chefe do governo, "numa análise ao Portugal 2020, sem os fundos comunitários, o PIB seria 1,9 pontos percentuais inferior. Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é de 2,3 pontos percentuais".

A conferência debateu a forma como o país e as instâncias europeias vão conseguir manter a fiscalização e o controlo eficaz dos grandes pacotes de fundos que aí vêm, garantindo níveis mínimos de "irregularidades" e "fraude".

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que os mesmos serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). "Quer a nível nacional quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm

feito, separando irregularidades e fraude".

No caso de Portugal, Costa citou um relatório especial do TCE: neste "demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da UE" e "o nível de fraude é também inferior à da média europeia, que já de si é bastante baixo, cerca de 0,75% da totalidade dos fundos". "Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades", concluiu.

Da conferência dos tribunais de contas, Costa seguiu para a abertura dos dois primeiros concursos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) às candidaturas para se poder usar cerca de 260 milhões de euros em subvenções, as primeiras verbas a fundo perdido para tirar o país da crise provocada pela pandemia.

Um é um programa de atualização das qualificações de adultos, no valor de 130 milhões de euros. O outro, também avaliado em 130 milhões de euros, é para financiar pós-graduações e outros cursos para os mais jovens em áreas científicas e engenharias.

No entanto, Costa pediu que se gastem bem os muitos milhões dos fundos europeus, evitando "a corrupção e a fraude", e "sem duplicar o financiamento de projetos", garantindo, no entanto, "adicionalidade", isto é, apoios a projetos que se possam juntar a outros.

Tribunal de Contas atento

O primeiro-ministro salientou que pela primeira vez na história vão estar a correr em simultâneo até 2026 ou 2027 dois grandes programas de fundos europeus e que isso revela a importância do controlo e da fiscalização do TdC, presidido por José Tavares. Este acenou que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção", sobretudo por causa do PRR. Prometeu que irá "recorrer às tecnologias de informação mais modernas" para controlar e fiscalizar.

LUÍS REIS RIBEIRO

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

●
Presidente do Tribunal de Contas promete "recorrer às tecnologias de informação mais modernas" para fiscalizar aplicação dos fundos europeus.

"A reconstrução económica e social exigirá estabilidade política" garante Marcelo

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: Diário de Notícias da Madeira Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=2149f1b6>

O Presidente da República pediu hoje controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura.

No encerramento de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu como tarefa "garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é, nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade, afectando de forma decisiva o seu aproveitamento".

Segundo o chefe de Estado, "a reconstrução económica e social exigirá estabilidade política, e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise que surja no seu percurso, como Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes de governação ou relacionamento institucional".

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que "essa reconstrução económica e social terá como instrumentos relevantes o plano nacional de reconstrução e resiliência até 2026 e os fundos europeus até 2027, mas também os orçamentos do Estado no seu todo nesse período".

"Todos os fundos europeus têm de ser eficaz e eficientemente aproveitados, o que significa bem geridos, geridos com transparência, geridos com responsabilização evidente e rápida daqueles que violarem a Constituição, a lei, o direito europeu ou as exigências do dever de boa administração, e não menos do que todos esses parâmetros a ética e a integridade que são o oposto da má gestão, da fraude e da corrupção", afirmou.

"Numa palavra: no final, todos os envolvidos em decisão e execução dos fundos terão de apresentar contas", acrescentou.

No discurso que fez nesta conferência, promovida pelos tribunais de contas de Portugal e da União Europeia, com o seu apoio, o Presidente da República fez dez chamadas de atenção a propósito dos fundos europeus num momento que descreveu como de "transição que marca o caminho para o fim da pandemia e a urgência da reconstrução económica e social".

Quanto ao controlo da utilização dos fundos, segundo o chefe de Estado, "importa que quem quer que fiscalize ou de novo vá fiscalizar actue em tempo, sem prejudicar a intervenção dos demais controlos, antes com eles se conjugando".

Dirigindo-se directamente ao Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa pediu-lhe "que não hesite em fazer o que tem de fazer, que conjugue esforços com outros controlos e entidades que os exercem, que intervenha a tempo, que seja exemplo sempre, agrade ou desagrada a quem quer que seja".

"É o que os portugueses lhe pedem. É o que eu lhe peço como Presidente da República sabendo de antemão que corresponderá a tão elevadas expectativas", declarou

Fundos europeus

Marcelo rebelo de Sousa

O Comentários

Marcelo: "Rejeitar orçamento e antecipar eleições esvaziam reconstrução do País"

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 22/06/2021
Melo: Diário de Notícias Online Autores: Luís Reis Ribeiro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=211c14b>

O Presidente da República dramatiza o momento dos fundos europeus. É crucial aproveitar bem e ao máximo o dinheiro novo e há perigos à espreita: "reconstrução social será mais lenta do que a económica e sobrarão além de 2023", alertou.

A reconstrução económica e social do País exigirá estabilidade política e não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por crises, como um orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes governativas e institucionais", avisou o Presidente da República (PR), esta terça-feira, no encerramento da conferência do Tribunal de Contas português e do seu homólogo europeu.

O evento de dois dias foi dedicado aos fundos europeus e deu ênfase ao novo Plano de Recuperação (PRR), que supostamente vai servir para tirar Portugal (e os outros países da União Europeia) da crise pandémica.

Para Marcelo Rebelo de Sousa, agora "estamos a viver a transição que marca o caminho para o fim da pandemia".

"A reconstrução económica deverá ser mais do que remendar aquilo que a pandemia fez perder ou adiar". Para o PR, o que falta fazer para reconstruir e ter uma nova economia "demorará anos" e "por isso 2022 e 2023 serão decisivos". São os primeiros anos do grande fluxo de fundos europeus, boa parte deles a fundo perdido.

Ainda assim, o Presidente considera que há perigos à espreita. Por exemplo, "a reconstrução social será mais lenta do que a económica e sobrarão além de 2023". Isso coloca pressão nos próximos sufrágios, sobretudo nas eleições legislativas de 2023, acenou Rebelo de Sousa.

"Caberá aos portugueses dizerem em 2023, através do seu voto, o que querem. Ainda vão a tempo de escolher continuar o mesmo caminho ou fazer caminho com alterações em 2024".

Neste caminho, insistiu, não deve haver lugar "aos que se opõem a criar alternativas". Por isso, até às legislativas de 2023, Marcelo diz que tudo fará para evitar "problemas políticos que prejudiquem a recuperação económica e social. "Já basta o que resta de pandemia e as crises económicas", desabafou.

O diagnóstico de Marcelo Rebelo de Sousa sobre a situação e o passado recente de Portugal, até mesmo às vésperas da pandemia, foi algo duro e contrastou com a narrativa positiva do governo.

Para o PR, além da pandemia, Portugal ainda está a tentar refazer-se de "sete anos de crises" e de "20 anos de afastamento face à Europa".

Como referido, o Chefe de Estado disse que "a reconstrução exigirá estabilidade política e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise como um orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes governativas ou institucionais".

A questão é que "os fundos europeus têm prazo muito curto de utilização", "têm de ser aproveitados, bem geridos, geridos com transparência, respeitando a lei e a constituição".

O PR diz que tudo fará para acabar com a "má gestão, fraude e corrupção" e avisou que no fim disto tudo e de se gastar o dinheiro "todos os envolvidos terão de apresentar contas".

"A tarefa que vamos ter entre mãos não é nada fácil", rematou.

Leia mais em dinheirovivo.pt

PartilharPartilhar no FacebookTwitterEmailMessengerWhatsappPartilharComentários

[Additional Text]:

Marcelo: "Rejeitar orçamento e antecipar eleições esvaziam reconstrução do País"

Luís Reis Ribeiro

5 coisas que vão marcar o dia

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	22/06/2021
Melo:	ECO - Economia Online	Autores:	Joana Morais Fonseca

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=901cae7>

O BdP vai divulgar dados sobre a balança de pagamentos. A marcar o dia está ainda o fim da consulta pública do Livre Verde sobre o Futuro do Trabalho, bem como o lançamento de uma nova associação.

Esta terça-feira, o Banco de Portugal vai divulgar dados sobre a balança de pagamentos e, ao mesmo tempo, termina a consulta pública do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho. No plano político, o Governo apresenta o programa de apoio a edifícios mais sustentáveis, ao passo que o ministro das Finanças vai participar no segundo e último dia da conferência promovida pelo Tribunal de Contas sobre os fundos europeus. A marcar o dia está ainda o lançamento da Associação Business Roundtable Portugal, que reúne os 42 maiores empresários a atuarem no país.

Banco de Portugal divulga dados da balança de pagamentos

O Banco de Portugal vai divulgar dados sobre a balança de pagamentos relativos ao mês de abril de 2021. A última atualização realizada pelo regulador mostrou que a balança corrente e de capital da economia nacional apresentou um saldo superior no valor de 181 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, ou seja, mais 57% do que os 115 milhões de euros registados no primeiro trimestre do ano passado.

Termina consulta pública do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho

Termina esta terça-feira a consulta pública sobre o Livro Verde, documento que vai servir de base para regulamentar os desafios do futuro do trabalho, como o teletrabalho e o trabalho nas plataformas digitais. A nova versão do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho, que foi colocada em discussão pública no início de junho, aponta que o Executivo deve avaliar a redução da semana de trabalho, quando há aumento da produtividade.

Governo apresenta programa de apoio a edifícios mais sustentáveis

O ministro do Planeamento, Nelson de Souza, participa esta terça-feira na cerimónia de apresentação do "Programa de Apoio a Edifícios mais Sustentáveis 2021". Os apoios têm uma verba de 30 milhões, sendo que este ano as taxas de comparticipação à instalação de janelas eficientes, painéis fotovoltaicos, bombas de calor, caldeiras e recuperadores a biomassa, entre outros investimentos em eficiência energética das habitações sobem de 70% para 85%, mantendo-se, no entanto, inalterados os limites máximos dos apoios.

Ministro das Finanças participa em conferência organizada pelo Tribunal de Contas

Continua a conferência conjunta organizada pelo Tribunal de Contas português e o Tribunal de Contas Europeu sobre as prioridades e os desafios subjacentes ao PRR e ao quadro financeiro plurianual. Esta terça-feira, o debate será centrado nos "efeitos da crise da Covid-19, a sustentabilidade das finanças públicas e o financiamento europeu" e vai contar com a participação do ministro de Estado e das Finanças, João Leão.

Grandes empresários lançam nova associação

Esta terça-feira um conjunto de 42 empresários apresentam uma nova associação. A Associação Business Roundtable Portugal reúne os líderes das maiores empresas privadas a atuar em Portugal e tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre os caminhos para acelerar o crescimento da economia. A sessão de apresentação estará a cargo do presidente deste novo organismo, Vasco de Mello, chairman do grupo José de Mello, bem como dos vices-presidentes Cláudia Azevedo, CEO da Sonae, e António Amorim, que lidera a Corticeira Amorim.

Joana Morais Fonseca

Acompanhamento da execução dos fundos europeus "será cada vez mais em tempo real", diz presidente do Tribunal de Contas

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 22/06/2021
Meio: ECO - Economia Online Autores: Tiago Varzim

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=546dc5>

O presidente do Tribunal de Contas diz em declarações ao ECO que o acompanhamento dos contratos públicos, incluindo o dos fundos europeus, "será cada vez mais em tempo real".

Com as mudanças nas leis e a ajuda dos meios informáticos, o acompanhamento dos contratos públicos tenderá a ser "cada vez mais em tempo real", diz o presidente do Tribunal de Contas ao ECO, à margem da conferência que organizou sobre a gestão e o controlo dos fundos europeus. Sobre os próximos anos em que Portugal terá de executar um volume de fundos europeus nunca antes visto, José Tavares disse ser "otimista por natureza, mas [está] consciente das dificuldades".

"O acompanhamento será cada vez mais em tempo real", afirmou, dando o exemplo do acompanhamento da execução orçamental e da Conta Geral do Estado (CGE). Devido à nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), a CGE passará a partir de 2023 a ser entregue pelo Estado em maio e o parecer do Tribunal de Contas será emitido até 30 de setembro, o que significa que antecederá a entrega do Orçamento do Estado do ano seguinte.

José Tavares está "muito otimista" em relação "aos efeitos desta medida qualitativa vai ter na qualidade das nossas finanças públicas", permitindo que se aprenda e corrija os erros do passado. "É um avanço muitíssimo importante e de grande qualidade", classificou o presidente do Tribunal de Contas, referindo que o parecer da CGE passará a ter um capítulo dedicado à execução dos fundos europeus, que serão grande parte do investimento público dos próximos anos.

Além do foco na execução orçamental, o Tribunal de Contas também fará auditorias específicas com um objetivo determinado relacionado com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). José Tavares deu um exemplo: uma auditoria à transição digital no domínio das escolas onde se poderá verificar "se os contratos foram bem concebidos e executados".

Tribunal de Contas otimista, mas "consciente das dificuldades"

Questionado sobre se está otimista relativamente à execução do PRR nos próximos anos, o presidente do Tribunal de Contas disse que o é "por natureza", mas garante que está "consciente das dificuldades que há e da necessidade que há de aprender e de extrair lições dos quadros comunitários anteriores".

E deixou a receita para uma execução bem sucedida: insistir na qualidade da organização, que é "a base para atingir os resultados"; depois na qualidade da gestão, nomeadamente com a prevenção de riscos; respeitar "as regras da concorrência e da igualdade dos agentes económicos de forma a serem escolhidas as melhores propostas e de forma a conseguirmos resultados de qualidade". Por fim, "é necessário prestar contas e apurar responsabilidades".

Para José Tavares "há meios de garantia de que isto vai acontecer", mas alertou que este "é um trabalho de todos". "O Tribunal de Contas fará a sua parte", garantiu.

Questionado sobre a percepção da corrupção e da fraude por parte da população e os números registados nas auditorias, o presidente do Tribunal de Contas diz que "uma coisa é o que existe, outra coisa é a percepção do que existe". "Sempre houve casos de corrupção e vai haver. Agora não podemos confundir os casos com a percepção de corrupção. Existem mecanismos estabelecidos para prevenir e para reprimir a fraude e a corrupção. Se esses casos existirem os mecanismos existentes vão atuar", assegurou.

Tiago Varzim

Com pandemia para trás, Marcelo alerta para a "urgência da reconstrução que exigirá estabilidade política"

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 22/06/2021
Meio: ECO - Economia Online Autores: Tiago Varzim

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=90ed4238>

O Presidente da República encerrou uma conferência do Tribunal de Contas pedindo que se use os fundos europeus para a reconstrução social e económica do país. E esta exige estabilidade política.

Marcelo Rebelo de Sousa foi esta terça-feira encerrar a conferência "Fundos europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade" organizado pelo Tribunal de Contas para deixar recados sobre a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o controlo dos fundos europeus e o futuro da política nacional. Além disso, deixou vários elogios ao novo presidente José Tavares, cuja nomeação foi envolta de polémica pela não recondução de Vítor Caldeira.

"Estamos a viver a transição que marca o caminho para o fim da pandemia e a urgência da reconstrução social e económica", afirmou o Presidente da República na sessão de encerramento, afirmando, como tem repetido recentemente, que a reconstrução "deve ser mais do que remendar aquilo que a pandemia fez perder, suspender ou adiar". É preciso "pensar mais fundo e mais longe", avisando que a reconstrução social "será mais lenta que a económica", indo além de 2023.

"A reconstrução exigirá estabilidade política e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise como um Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes governativas ou de relacionamento institucional."

Marcelo Rebelo de Sousa

Presidente da República

Para que não haja percalços no caminho, a "reconstrução exigirá estabilidade política e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise como um Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes governativas ou de relacionamento institucional", avisou Marcelo. Contudo, deixou bem claro que isso não impede que os portugueses queiram mudar de Governo em 2023.

"Caberá aos portugueses dizerem em 2023, através do seu voto, o que querem. Ainda vão a tempo de escolher continuar o mesmo caminho ou fazer caminho com alterações em 2024", afirmou Marcelo, desafiando "os que se opõe a criar alternativas ou alternativa", mas mostrando que até às legislativas de 2023 não dará espaço para problemas políticos que prejudiquem a recuperação económica e social. "Já basta o que resta de pandemia e as crises económicas", desabafou.

Ou se dá "o salto" ou se conforma com o "fado"

O Presidente da República destacou o momento atual como uma oportunidade para Portugal dar o "salto" ou então se conformar com o "fado", assinalando que é preciso tirar o "melhor proveito nacional possível" dos próximos dois anos para que o país não continue a ficar atrás da União Europeia. "A reconstrução económica e social envolverá a criação de condições para contrariar a

tendência da última década de sete anos de crise", afirmou.

O chefe de Estado avisou que os portugueses "esperam que não desperdicemos esta oportunidade" e por isso pediu a todos os intervenientes para ambicionar "ao máximo e não ao mínimo ou ao médio", tendo uma "visão de longo prazo".

Mas Marcelo reconheceu que "a tarefa que vamos ter entre mãos não é nada fácil, é complexa e trabalhosa". Desde logo por causa dos prazos "muito curtos" que podem tornar as verbas "definitivamente perdidas" se não forem usadas em tempo útil. As entidades envolvidas têm "de ser eficazes", os fundos têm de ser "geridos com transparência" e terá de haver uma "responsabilização evidente e rápida" daqueles que violarem as leis.

No final, deixou uma mensagem para quem fará os controlos: estes têm de atuar "atempadamente" e terá de se tornar "visível o efeito desses controlos aos olhos de todos os portugueses". Ao Tribunal de Contas disse para que "não hesite em fazer o que tem de fazer", conjugando esforços com outras instituições, "agrade ou desagrade a quem quer que seja".

[Additional Text]:

Placeholder Image

Tiago Varzim

Estado já apoiou economia com sete mil milhões de euros, diz Leão

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	22/06/2021
Melo:	ECO - Economia Online	Autores:	Tiago Varzim

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=faf83b2b>

O ministro das Finanças diz que a recuperação só está a ser forte porque o Estado apoiou as empresas e os cidadãos, o que permitiu manter a capacidade produtiva da economia.

O ministro das Finanças disse esta terça-feira que o Estado já gastou cerca de sete mil milhões de euros (cerca de 3,5% do PIB) desde o início da pandemia em apoios aos cidadãos e às empresas. Numa conferência do Tribunal de Contas, João Leão realçou o papel do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na recuperação da economia, o que vai permitir melhorar as contas públicas nos próximos anos.

"Esta recuperação forte e rápida só é possível porque durante o período da pandemia não poupámos no apoio à economia", afirmou Leão na conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade" organizada pelo Tribunal de Contas e Tribunal de Contas Europeu no âmbito da fiscalização e monitorização do PRR, revelando que "desde o início da pandemia os apoios extraordinários às empresas e às famílias a fundo perdido já atingiram cerca de sete mil milhões de euros, dos quais cinco mil milhões de euros diretamente para as empresas".

Para o ministro das Finanças "o principal indicador da eficácia destas medidas" é a evolução da taxa de desemprego, cujo valor tem subido ligeiramente face aos valores anteriores à pandemia. "A luta ainda não terminou mas as perspetivas económicas são claramente mais positivas", notou João Leão, garantindo que "à medida que abrimos a economia vemos sinais claros da retoma".

O ministro que gere as contas públicas garantiu que o PRR "não vem substituir despesa" pública, mas admitiu que o impulso que dará à economia portuguesa também beneficiará o saldo orçamental: serão mais 22 mil milhões de euros que o PRR irá "acrescentar" à economia até 2026, aumentando em 3,5% o PIB potencial. Mais crescimento económico permitirá "reforçar a sustentabilidade das finanças públicas" nos próximos anos.

Este é um tema importante para Leão uma vez que terá de reduzir o défice nos próximos anos, "sem a ameaça da austeridade e sem aumento de impostos", assegurou. O líder do Ministério das Finanças realçou que a pandemia "atrasou em cinco anos a trajetória de redução da dívida pública" e aproveitou o palco para deixar um recado aos partidos da oposição, principalmente ao PSD: "Não vale tudo", disse, referindo que não se pode dizer que o Orçamento de Estado "dá tudo a todos" e "depois" aprovar medidas no Parlamento que aumentam a despesa pública.

Tiago Varzim

"Europa está na pré-história informática" mas quer criar "big brother" para vigiar "bazuca"

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 22/06/2021

Meio: Executive Digest Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=54328c31>

A Comissão Europeia quer criar uma superbase de dados que permita o cruzamento de informações, através da utilização de algoritmos, de todos os beneficiários do Mecanismo de Recuperação e Resiliência nos 27 Estados-membros, revela hoje o Correio da Manhã.

A ideia foi anunciada ontem pela comissária Elisa Ferreira numa conferência sobre os 'Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade', organizada em Lisboa pelo Tribunal de Contas de Portugal e pelo Tribunal de Contas Europeu.

"A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades", Sublinhou Elisa Ferreira.

A comissária assegurou que Bruxelas vai ter "atenção redobrada" na fiscalização dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) nacionais. "Temos uma máquina montada, que já deu provas", acrescentou.

Como explica o jornal do grupo Cofina, a "comissária referia-se ao sistema ARACHNE, criado em 2009 para vigiar a aplicação das verbas do FEDER, do Fundo de Coesão e do Fundo Social Europeu. Aquele sistema já se encontra implementado em 21 países, e conta com mais de 100 indicadores de risco que lançam alertas de possível fraude".

O presidente do Tribunal de Contas Europeu, o alemão, Klaus-Heiner Lehne, também ele presente no evento e entrevistado pelo CM, confessa "desconhecer aquele sistema", e é assertivo: "a Europa está na pré-história da vigilância informática".

"O que nós precisamos é de uma base de dados compatível com todas as administrações públicas de todos os Estados europeus, que permita um cruzamento eficaz de informação. Existem mais de 70 sistemas informáticos diferentes nos governos europeus", rematou o magistrado.

Revista de Imprensa

Marcelo não quer que "nenhuma crise política ou institucional prejudique" aproveitamento da bazuca

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Meio: Expresso Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=663a0ec8>

O Presidente da República pediu esta terça-feira controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura

O Presidente da República pediu hoje controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura.

No encerramento de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu como tarefa "garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é, nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade, afetando de forma decisiva o seu aproveitamento".

Segundo o chefe de Estado, "a reconstrução económica e social exigirá estabilidade política, e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise que surja no seu percurso, como Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes de governação ou relacionamento institucional".

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que "essa reconstrução económica e social terá como instrumentos relevantes o plano nacional de reconstrução e resiliência até 2026 e os fundos europeus até 2027, mas também os orçamentos do Estado no seu todo nesse período".

"Todos os fundos europeus têm de ser eficaz e eficientemente aproveitados, o que significa bem geridos, geridos com transparência, geridos com responsabilização evidente e rápida daqueles que violarem a Constituição, a lei, o direito europeu ou as exigências do dever de boa administração, e não menos do que todos esses parâmetros a ética e a integridade que são o oposto da má gestão, da fraude e da corrupção", afirmou.

"Numa palavra: no final, todos os envolvidos em decisão e execução dos fundos terão de apresentar contas", acrescentou.

No discurso que fez nesta conferência, promovida pelos tribunais de contas de Portugal e da União Europeia, com o seu apoio, o Presidente da República fez dez chamadas de atenção a propósito dos fundos europeus num momento que descreveu como de "transição que marca o caminho para o fim da pandemia e a urgência da reconstrução económica e social".

Quanto ao controlo da utilização dos fundos, segundo o chefe de Estado, "importa que quem quer que fiscalize ou de novo vá fiscalizar atue em tempo, sem prejudicar a intervenção dos demais controlos, antes com eles se conjugando".

Dirigindo-se diretamente ao Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa pediu-lhe "que não hesite

em fazer o que tem de fazer, que conjugue esforços com outros controlos e entidades que os exercem, que intervenha a tempo, que seja exemplo sempre, agrade ou desagrade a quem quer que seja".

"É o que os portugueses lhe pedem. É o que eu lhe peço como Presidente da República sabendo de antemão que corresponderá a tão elevadas expectativas", declarou.

Lusa

A última fronteira

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	22/06/2021
Melo:	Expresso Online	Autores:	Cristina Figueiredo

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=17a2504f>

Os 756 novos casos de infeção por Covid 19 revelados ontem são, como em todas as segundas-feiras, os números mais baixos dos últimos dias. Já nem o relevamos. O que importa são outras contas: os mais de 120 casos de infeção por 100 mil habitantes e o índice de transmissibilidade da doença nos 1,19. O solstício trouxe consigo a notícia que dispensávamos, mas já antecipávamos: Portugal Continental está oficialmente na zona vermelha da matriz de risco que António Costa apresentou há 103 dias ao país. O que quer isto dizer? Que pisámos o risco, ultrapassámos os limites, cruzámos a "última fronteira", a tal que nos obriga a retroceder no desconfinamento, quando já só queríamos deitar a pandemia para trás das costas e rumar ao verão (e nem esse parece certo).

A ministra da Saúde reapareceu para confirmar as más novas: o país está em contraciclo em comparação com a Europa (Madrid reabriu ontem bares e discotecas e França prepara-se para fazer o mesmo a 9 de julho), pelo que não serão de estranhar novas medidas de contenção, admitiu Marta Temido, pedindo o apoio de todos. O mais certo (e, de resto, o mais sensato) é que as regras sejam decretadas concelho a concelho, como antecipou o Presidente da República que (fazendo aquilo que faz como ninguém), não querendo comentar... comentou: "O Governo, em função dos critérios que são adotados, virá dizer concelho a concelho aquilo que acontece".

É verdade, como lembra o Presidente, que os números de internados e de mortos estão longe dos valores chocantes que levaram o SNS ao limite no início do ano e que justificaram as sucessivas prorrogações do estado de emergência (o tal único poder presidencial que Marcelo se recusa a voltar a usar). É verdade também que cada vez se fazem mais testes (Lisboa alargou a testagem gratuita, tornando-a ilimitada e extensível a residentes noutros concelhos) e que o ritmo de vacinação está a aumentar (quem tem mais de 37 anos já pode recorrer ao auto-agendamento). Mas a matriz de risco (que especialistas e Governo se recusaram a alterar, introduzindo a variável da crescente imunização da população, como pretendia o Presidente) aí está a recordar-nos o que os ingleses já sabiam (e por isso nos retiraram da lista verde) há umas semanas: a variante Delta da doença, mais resistente e muito mais transmissível, está a alastrar (o tema é debatido no Expresso da Manhã desta terça-feira). É preciso travá-la. Ou, pelo menos, tentar. Quinta-feira, depois do Conselho de Ministros, saberemos como e a que preço para todos nós.

OUTRAS NOTÍCIAS, CÁ DENTRO...

Dez horas depois, terminou a manifestação das forças policiais que ontem, em frente à Assembleia da República e no Terreiro do Paço, reivindicaram melhores salários e subsídios de risco e, de caminho, pediram a demissão do ministro da Administração Interna. Já se suspeitava, mas o Expresso confirmou: o protesto foi liderado por um movimento não polícia (negacionista e de extrema direita). Desta vez André Ventura não vestiu a camisola e não apareceu entre os manifestantes, mas o seu ex-vice-presidente Nuno Afonso esteve lá, discursou e foi aplaudido.

E por falar em MAI, o Departamento de Investigação e Ação Penal de Évora está a investigar as circunstâncias em que ocorreu o atropelamento e morte de um trabalhador aos serviço da Brisa, na sexta-feira, na A6, pelo automóvel onde seguia Eduardo Cabrita.

Outro ministro debaixo de fogo é Pedro Nuno Santos. Um grupo de tripulantes de cabine da TAP escreveu ao responsável tutelar da empresa a denunciar o ambiente de "extrema violência psicológica, discriminação e violação de direitos básicos" em que vivem desde abril, quando se iniciou o processo de reestruturação (um eufemismo, como se sabe, para despedimentos).

O Presidente da República e o Ministro de Estado e das Finanças, João Leão, dividem hoje o palco no encerramento da conferência sobre os "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", organizada pelo Tribunal de Contas. O tema é caro a Marcelo Rebelo de Sousa, que quer rédea curta no controlo dos dinheiros da União Europeia para a Recuperação e Resiliência. Ontem o Presidente promulgou o decreto que permite acelerar a execução dos projetos, mas não sem um aviso ao Governo.

O primeiro "cheque" a fundo perdido para a reconstrução pós-pandemia foi entregue por Ursula Von Der Leyen a António Costa na sexta-feira (saiba aqui como se candidatar). Já pronto para o começar a gastar, o primeiro-ministro junta-se aos ministros do Ambiente e do Planeamento, esta manhã, na apresentação do "programa de apoio a edifícios mais sustentáveis", inserido no Plano. Haja rapidez, mas sobretudo critério na gestão dos fundos que é suposto ajudarem a reverter uma crise que, estima um estudo da Universidade Católica, divulgado esta manhã, atirou 400 mil portugueses para a pobreza.

Noutro tema que lhe é caro, Marcelo Rebelo de Sousa abre hoje às 15h00 a conferência "20 Anos da Lei da Liberdade Religiosa", promovida pela Comissão da Liberdade Religiosa e pelo Alto Comissariado para as Migrações.

E LÁ FORA...

O Presidente das Filipinas ameaçou prender quem se recusar a tomar a vacina contra a covid-19, numa altura em que o país combate o pior surto da doença desde o início da pandemia.

O Governo espanhol pode decidir hoje os indultos aos independentistas catalães a cumprir penas de prisão até 13 anos.

A União Europeia estará a ponderar restringir conteúdos britânicos na televisão e no streaming. O The Guardian dá conta de um documento distribuído que propõe quotas para enfrentar a preponderância britânica. Polémico, no mínimo.

Em vésperas do jogo contra a França que decide a passagem de Portugal aos oitavos de final do Euro 2020, a Tribuna fez as contas e concluiu que até perdendo é possível isso acontecer! "Os planetas alinharam-se um pouco para Portugal". Hoje, às 20h, jogam Croácia contra Escócia, e República Checa contra Inglaterra.

Amanhã, ao mesmo tempo que a seleção nacional enfrenta os gauleses, em Munique a Alemanha joga contra a Hungria. Mas o que promete ser notícia é mesmo o estádio e não o jogo: a autarquia quer iluminar o Allianz Arena com as cores do arco íris, num gesto de solidariedade para com a comunidade LGBT após a aprovação, na semana passada, pelo Governo húngaro, de uma legislação claramente homofóbica.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA

Bielorrússia. Os chefes da diplomacia europeia decidiram na segunda-feira impor novas sanções a mais 78 pessoas e 8 entidades bielorrussas - como empresários e juizes - em resposta à "escalada de graves violações dos direitos humanos na Bielorrússia" e à "violenta repressão da sociedade civil, da oposição democrática e dos jornalistas", lê-se num comunicado do Conselho da UE. É também mais uma resposta prática à detenção do jornalista Roman Protasevich e da namorada, Sofia Sapega, no

dia 23 de maio, após a aterragem forçada de um avião da Ryanair em Minsk, quando voava de Antenas para Vilnius. Entre os alvos das sanções estão os ministros da defesa e dos transportes pela ligação ao desvio do avião comercial da Ryanair.

FRASES

"É uma batalha que ainda vai ser longa e estamos todos convocados"

Marta Temido, ministra da Saúde, ainda sobre a Covid

"Estamos muito longe dos números que tínhamos aquando da renovação do último estado de emergência. O resto é o Governo que aprecia"

Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, ainda a justificar o otimismo com que na semana passada garantia que "não há volta atrás" no combate à pandemia

"Agiu como um elefante numa loja de porcelanas e atira as culpas para quem o convidou" **

Alberto Machado, líder do PSD/Gaia, sobre António Oliveira e a sua desistência de se candidatar à presidência da Câmara pelo PSD

**A metáfora lembrou-me esta notícia, uma das mais vistas no site do inglês "The Guardian": um elefante que entrou, literalmente, por uma cozinha adentro, na Tailândia, à procura de "qualquer coisa para comer".

PODCASTS A NÃO PERDER

? Quanto vale um pedido de desculpas? Alemanha e França acabam de reconhecer a sua responsabilidade nos genocídios da Namíbia e do Ruanda. Os pedidos de perdão são um bom princípio, mas será que chegam? Elísio Macamo, especialista em Sociologia do Desenvolvimento da Universidade de Basileia, faz a sua análise no África Agora, o podcast do Expresso totalmente dedicado a assuntos africanos

? "Não gosto muito de falar de mim, mas gosto de falar do golo do Euro 2016. Foi uma alegria enorme" - palavras de Éder, o jogador português que com um único golo entrou diretamente para o topo da história da Seleção Nacional. No Vamos a Jogo, Nuno Luz e Nuno Pereira conversam com Éder sobre o mítico momento do Euro 2016

"As pessoas que amamos jamais morrem. Apenas partem mais cedo" O cantor Emanuel recorda o pai que faleceu aos 88 anos no início de 2021. A fé, a família e as muitas canções que compôs são os principais temas desta entrevista intimista com Daniel Oliveira no Alta Definição, a versão podcast do programa da SIC.

O QUE ANDO A LER

Há uns dias estive em Salamanca, cidade vibrante de vida, como só as cidades espanholas conseguem sê-lo, mesmo em tempos covid. Numa esquina descobri uma livraria low cost, espécie de alfarrabista mas com os livros dispostos em prateleiras, como se tivessem acabado de chegar da editora, arrumados por temas e ordem alfabética. Vim depois a perceber que a Re-Read já é uma rede com lojas por toda a Espanha, um conceito interessante que dá dignidade aos livros que outros já leram, ainda que a preços quase simbólicos: por 20 euros comprei 10! Não que precisasse... tenho já tantos em lista de espera nas estantes de casa. Mas como resistir? E assim se juntaram à pilha da mesa de cabeceira, a "Crónica do rei pasmado", de Gonzalo Torrente Ballester (1989) e "A sombra do que fomos", de Luís Sepúlveda. Pelo menos estes dois hão-de ir no saco da praia, nas férias que se aproximam. Como escreve Tolentino de Mendonça, no belíssimo texto que assina na última edição da

revista E, em tempo de férias "sentamo-nos à beira-mar à procura do aberto, de uma brisa marítima, da frescura da água, de uma respiração diferente. Não somos feitos para o ar condicionado ou para a vida entre paredes. A nossa alma precisa de espaços amplos, de vastidão". Precisa de mar e de livros, arrisco acrescentar às palavras do cardeal-poeta. E é com os olhos postos nesse horizonte que termino este Curto, não sem lhe lembrar que tem toda a atualidade à distância de um clic nos sites do Expresso, da Tribuna, da Blitz e da SIC Notícias. Tenha um dia bom.

Cristina Figueiredo



António Costa e José Tavares na conferência organizada pelo Tribunal de Contas

TWITTER: ANTONIO COSTA

Economia: “trajetória convergente com níveis pré-pandemia”

No entanto, a maioria dos indicadores está longe dos de 2019.

A atividade económica registou uma “trajetória convergente” com os níveis pré-pandemia em abril e maio, com taxas de crescimento historicamente elevadas. A garantia foi dada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). No entanto, lembra que, em geral, os indicadores de curto prazo ainda não atingiram em abril os níveis do período homólogo de 2019 “e a atividade turística ainda se encontra longe dos resultados do período homólogo de 2019”.

Mas no caso das exportações de bens em termos nominais, o nível registado em abril foi superior ao do mesmo mês de 2019.

O gabinete de estatística diz ainda que os indicadores quantitativos de síntese (atividade económica, consumo privado e investimento) apresentaram, em abril de 2021, os valores máximos das respetivas séries, refletindo o forte efeito de base causado pelas reduções intensas verificadas em abril de 2020. Aliás, em maio, o indicador de clima económico aumentou “de forma expressiva” (dos 0,8 pontos observados em abril para 1,8 pontos em maio), superando o nível observado no início da pandemia (março de 2020).

De acordo com as estimativas provisórias mensais do inquérito ao emprego, a taxa de desemprego (16 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, foi de 6,9% em abril, mais 0,3 pontos percentuais do que no mês anterior (6,9% em janeiro e 6,4% em abril de 2020). A taxa de subutilização do trabalho (16 a 74 anos) situou-se em 12,9%, valor idêntico ao de março (13,7% no período homólogo de 2020). Já a variação homóloga do índice de preços no consumidor foi de 1,2% em maio (0,6% em abril) e o índice de preços na produção da indústria transformadora apresentou em maio uma taxa de variação homóloga de 6,3% (3,4% no mês anterior), registando o crescimento mais elevado desde agosto de 2011.

PRR. Costa garante que Portugal tem bom “historial” a usar fundos

Governo apresentou ontem os dois primeiros concursos e PM está confiante. Elisa Ferreira garantiu: “tolerância zero” para fraudes.

DANIELA SOARES FERREIRA
daniela.ferreira@ionline.pt

Para António Costa não há dúvidas: Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio. Estas posições foram transmitidas pelo primeiro-ministro na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe. “Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização

dos fundos”. E acrescentou: “Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta”.

No dia em que foram lançados os primeiros concursos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), António Costa defendeu que estes são “dois programas fundamentais” para reforçar a formação das pessoas. “Hoje mesmo serão abertos os primeiros concursos de financiamento” do PRR que têm um pacote global de cerca de 16,6 mil milhões de euros para Portugal usar até 2026.

O Impulso CTEAM e o Impulso Adultos têm como objetivo aumentar o número de licenciados, mestres e doutores nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática. “Para que ninguém fique

para trás nos processos de requalificação a que vamos ser sujeitos”, justificou.

“TOLERÂNCIA ZERO” A comissária europeia Elisa Ferreira que também participou na conferência garantiu que a Comissão Europeia vai contar com “tolerância zero” no que diz respeito às fraudes e desconformidades no uso dos fundos europeus por parte dos 27 Estados-membros da União Europeia. “A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades”, acrescentando que existirá uma “atenção redobrada” em relação à utilização às verbas do PRR nacionais e do orçamento de longo prazo da União.

A comissária garantiu ainda que este é um assunto para ter

em conta. “Temos uma máquina montada, que já deu provas, e que é uma máquina de parceria com os países, porque seria insustentável que ao nível da Comissão Europeia se fizesse o controlo sem uma cooperação”, disse.

Também o presidente do Tribunal de Contas que garantiu que o organismo vai estar “atento à boa execução” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português, que foi aprovado no passado dia 16. “Vamos estar atentos à boa execução do PRR, sempre com um pedagógico tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam, e efetivando responsabilidades se for caso disso”. José Tavares defendeu que o organismo tem um papel importante na prevenção dos “riscos de fraude e corrupção, na qualidade da organização, no planeamento rigoroso, bem como na eficiência da gestão” das verbas disponibilizadas.

Entretanto, o Presidente da República promulgou o decreto-lei que estabelece o regime excepcional de execução orçamental e de simplificação de procedimentos dos projetos aprovados no âmbito do PRR. O objetivo é não atrasar a execução dos programas a financiar pela União Europeia, “que são urgentes e prioritários”.



N
INEVITÁVEL

Covid-19. Hospitais de Lisboa já receberam instruções para reforçar cuidados intensivos

“Incontactáveis” representam 20% dos inquiridos atrasados na região

ARS reforça equipas para rastreio mas em alguns casos é preciso intervenção das autoridades

// PÁGS. 2-3

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS VS. BANCO MONTEPIO

Os salários, os gastos e as regalias

Economista Eugénio Rosa colocou as contas das duas instituições bancárias nos pratos da balança e aponta o dedo a gastos excessivos no Montepio // PÁGS. 10-11



Luxo. Preço do metro quadrado no Chiado já está acima dos dez mil euros

Estudo do mercado imobiliário aponta os cinco bairros mais caros da capital

// PÁGS. 14-16



Dynamis



Entrevista a Ricardo Carvalho

“O Euro 2004 foi fantástico, mas não vencemos. Andei anos a sofrer por dentro com isso”

“Não gosto da forma como olhamos para a França com os olhos do futebol. É um país muito importante para os portugueses”

// PÁGS. 28-29

Autárquicas. PSD acusa António Oliveira de “falta de carácter”

// PÁG. 4

Bingos e casinos encerram, não há certezas sobre novilhada no Campo Pequeno

// PÁG. 6

Bazuca. Costa garante que Portugal tem bom historial de uso de fundos

// PÁG. 8

1971. O caso do assalto planeado na piscina com bolas de ping pong

// PÁGS. 18-19

Cientistas descobrem “padrão geológico” do planeta

// PÁG. 32



“Tolerância zero” com a fraude nos fundos

Governo e Comissão Europeia garantem mecanismos de prevenção de uso irregular de apoios do Plano de Recuperação e Resiliência



António Costa considera que o PRR traz uma “responsabilidade acrescida de rigor e transparência”

Hermana Cruz
hermana.cruz@jn.pt

APOIOS O Governo e a Comissão Europeia garantiram, ontem, que vai haver “tolerância zero” com a fraude e irregularidades na atribuição dos apoios provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). E anunciaram vários mecanismos com vista à prevenção e à fiscalização.

Numa conferência sobre os “Fundos europeus: gestão, controlo e responsabilidade”, o presidente do Tribunal de Contas foi o primeiro a garantir que serão utilizadas até “as mais modernas tecnologias de informação”. “Consideramos essencial investir na prevenção dos riscos de fraude. Vamos estar atentos à boa execução do PRR, sempre com sentido pedagógico e construtivo”, prometeu o conselheiro José Tavares.

Para o presidente do Parlamento, precisamente, o combate à fraude não pode

ser “reativo”. “Temos de estar atentos. É uma exigência de cidadania e de ética republicana”, considerou Eduardo Ferro Rodrigues.

MEIOS DE FISCALIZAÇÃO

“Nos próximos anos, estamos confrontados com uma necessidade acrescida de rigor e transparência”, concordou o primeiro-ministro, garantindo que os fundos comunitários “vão ser objeto de um permanente controlo na execução”, designadamente para se “evitar um duplo financiamento com o Portugal 2030”.

Para o efeito, sublinhou António Costa, foram criados vários instrumentos: uma comissão interministerial, presidida pelo primeiro-ministro; uma comissão nacional, com António Costa Pinto e com dez personalidades de setores estratégicos; uma comissão de auditoria e controlo, nas mãos da Inspeção-Geral de Finanças; além do Portal da Transparência, da fiscaliza-

ção ao nível do Parlamento e do Tribunal de Contas.

“Temos um bom plano. Temos os recursos adequados e um bom plano de fiscalização e controlo. Podemos encarar os próximos anos com confiança”, assegurou António Costa, afirmando que Portugal até está abaixo da média da União Europeia ao nível de situações de fraude com fundos. “É a política mais escrutina-

da de toda a União Europeia”, reforçou.

MÁQUINA MONTADA

“A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades”, garantiu Elisa Ferreira, a comissária responsável pela pasta da Coesão e Reformas.

“Temos uma máquina montada, que já deu provas”, vincou a comissária, referindo que Bruxelas conta, por exemplo, com a gestão da Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Elisa Ferreira lembrou ainda que existe “o nível de monitorização” do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças, além das “equipas de auditoria da Comissão Europeia” e de “uma comissão específica do Parlamento Europeu”. “Este exercício tem de ser feito com rigidez e a seriedade que a responsabilidade coletiva na gestão do dinheiro dos contribuintes impõe”, aponta a comissária. ●



16,6

mil milhões de euros é o valor global da “bazuca” europeia, dos quais quase 14 mil milhões de euros serão disponibilizados por Bruxelas a fundo perdido.

Marcelo: "Orçamento rejeitado e eleições antecipadas esvaziam reconstrução do País"

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 22/06/2021
Melo: Jornal de Notícias Online Autores: Luís Reis Ribeiro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=3ed7eec2>

O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, dramatiza o momento dos fundos europeus. É crucial aproveitar bem e ao máximo o dinheiro novo e há perigos à espreita: "reconstrução social será mais lenta do que a económica e sobrará além de 2023", alertou.

"A reconstrução económica e social do País exigirá estabilidade política e não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por crises, como um orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes governativas e institucionais", avisou o presidente da República, esta terça-feira, no encerramento da conferência do Tribunal de Contas português e do seu homólogo europeu.

O evento de dois dias foi dedicado aos fundos europeus e deu ênfase ao novo Plano de Recuperação (PRR), que supostamente vai servir para tirar Portugal (e os outros países da União Europeia) da crise pandémica.

Para Marcelo Rebelo de Sousa, agora "estamos a viver a transição que marca o caminho para o fim da pandemia".

"A reconstrução económica deverá ser mais do que remendar aquilo que a pandemia fez perder ou adiar". Para o presidente, o que falta fazer para reconstruir e ter uma nova economia "demorará anos" e "por isso 2022 e 2023 serão decisivos". São os primeiros anos do grande fluxo de fundos europeus, boa parte deles a fundo perdido.

Com um olho nas eleições de 2023

Ainda assim, o presidente considera que há perigos à espreita. Por exemplo, "a reconstrução social será mais lenta do que a económica e sobrará além de 2023". Isso coloca pressão nos próximos sufrágios, sobretudo nas eleições legislativas de 2023, acenou.

PUB

"Caberá aos portugueses dizerem em 2023, através do seu voto, o que querem. Ainda vão a tempo de escolher continuar o mesmo caminho ou fazer caminho com alterações em 2024".

Neste caminho, insistiu, não deve haver lugar "aos que se opõem a criar alternativas". Por isso, até às legislativas de 2023, Marcelo diz que tudo fará para evitar "problemas políticos que prejudiquem a recuperação económica e social. "Já basta o que resta de pandemia e as crises económicas", desabafou.

O diagnóstico de Marcelo Rebelo de Sousa sobre a situação e o passado recente de Portugal, até mesmo às vésperas da pandemia, foi algo duro e contrastou com a narrativa positiva do governo.

Já com a pandemia em cima, Portugal precisa da tal reconstrução económica e social para "contrariar a tendência da última década que teve sete anos de crises" e os "20 anos de afastamento face à Europa".

Como referido, o chefe de Estado disse que "a reconstrução exigirá estabilidade política e não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise, como um orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes governativas ou institucionais".

[Additional Text]:

Marcelo Rebelo de Sousa

Luís Reis Ribeiro (DV/JN)

Leão: "A ameaça à sustentabilidade das contas públicas vem da ideia que podemos tomar medidas descoordenadas"

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 22/06/2021
Meio: Jornal Económico Online (O) Autores: Ânia Ataíde

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=8cc7bf2c>

Com o próximo Orçamento já no horizonte, o ministro das Finanças avisou: a maior ameaça à sustentabilidade das finanças públicas surge da ideia "que podemos tomar medidas descoordenadas" e "não integradas no Orçamento". E garante que o PRR não vem substituir despesa.

O ministro das Finanças, João Leão, deixou um recado aos parceiros à esquerda do Governo, a menos de um mês dos primeiros contactos para o próximo Orçamento, avisando que a maior "ameaça" à sustentabilidade das finanças públicas "vem da ideia que podemos tomar medidas descoordenadas" e "não integradas no Orçamento".

Durante uma intervenção esta terça-feira na conferência "Fundos Europeus: gestão, controlo e responsabilidade", organizada pelo Tribunal de Contas e pelo Tribunal de Contas Europeu, o responsável pela pasta das Finanças defendeu mais uma vez que a receita para enfrentar a atual crise não passa pela austeridade nem aumentar impostos e justifica que tal só é possível porque "soubemos fazer o trabalho de casa" antes da pandemia.

"Estamos em condições de enfrentar esta crise sem recorrer à austeridade", venceu.

Garantido que o Governo não pretende utilizar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para fazer política orçamental - "O PRR não vem substituir despesa" -, João Leão defendeu, ainda assim, que a 'bazuca' europeia terá um "efeito positivo na economia, que permite reforçar a sustentabilidade das finanças públicas", recordando ainda que as estimativas inscritas no documento apontam para que o PRR acrescente mais 22 milhões de euros à economia.

Economia revela "sinais claros de retoma"

O ministro das Finanças mostrou-se ainda confiante que a economia recupere acima do previsto no Programa de Estabilidade, tal como já havia sinalizado, realçando as projecções do Banco de Portugal (BdP), divulgadas na semana passada.

"À medida que abrimos a economia vemos sinais claros de retoma", disse, frisando que as perspetivas económicas para 2021 e 2022 "são hoje muito positivas", salientando que "apesar da incerteza que ainda persiste, temos agora confiança que a recuperação será ainda mais forte".

João Leão sublinhou que as projecções de BdP "confirmam estas perspetivas", fixando-se "bastante acima das projecções do Governo".

"Esta recuperação forte e rápida apenas é possível porque no período da pandemia não poupámos apoios à economia", disse, exemplificando que apesar da crise, a taxa de desemprego permanece em torno dos 7%, enquanto na anterior crise a taxa de desemprego superou os 17%.

O ministro da tutela salientou que desde o início da pandemia os apoios extraordinários a fundo

perdido representaram sete mil milhões de euros, dos quais cinco mil milhões de euros foram destinado às empresas.

Ânia Ataíde

Marcelo: "Cabe ao Presidente garantir que nenhuma crise política e institucional" ocorre

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 22/06/2021
Meio: Jornal Económico Online (O) Autores: Ânia Ataíde

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=efca1453>

O Presidente da República, a propósito da boa utilização dos fundos da 'bazuca', afirmou que em 2023 os portugueses dirão "se querem continuar o mesmo caminho ou alterações" para 2024. Até lá, quer evitar crises políticas e institucionais.

As próximas legislativas parecem ainda longínquas, mas Marcelo Rebelo de Sousa vai avisando: "Aos portugueses [cabe] dizer pelo seu voto em 2023, o que querem acerca do uso da oportunidade a não desperdiçar", mas até lá não quer crise políticas.

Durante a sessão de encerramento da conferência "Fundos Europeus: gestão, controlo e responsabilidade", organizada pelo Tribunal de Contas e pelo Tribunal de Contas Europeu, esta terça-feira, o Presidente da República, a propósito da boa utilização dos fundos da 'bazuca', afirmou que em 2023 os portugueses dirão "se querem continuar o mesmo caminho ou alterações" para 2024.

Até lá, voltou a alertar, não quer crises políticas: "Cabe ao Presidente garantir que nenhuma crise política e institucional" ocorre, disse.

Num aviso aos responsáveis das instituições e órgãos de soberania, o Presidente da República alertou que "os portugueses esperam que não desperdicemos esta oportunidade", "que não percamos tempo, deitando fora dinheiro" e "que os controlos atuem atempadamente".

"Nos próximos anos ou damos o salto que merecemos ou nos resignamos ao fado da perda desse futuro", afirmou, salientando que "cabe aos que nos governa levar a bom porto esta missão, aos que se opõem propôr alternativas".

O Presidente da República anunciou ainda que o Conselho Europeu deverá aprovar os primeiros Planos de Recuperação e Resiliência (PRR), entre os quais o português, no encontro agendado para esta quarta e quinta-feira.

"Espera-se para a reunião amanhã e depois de amanhã a aprovação pelo Conselho Europeu dos primeiros PRR, entre eles o português", disse o Chefe de Estado, admitindo que "boa parte dos fundos europeus tem prazos muito curtos", o que levanta desafios, Marcelo Rebelo de Sousa apelou a uma gestão transparente, já que, diz, "a tarefa que vamos ter entre mãos não é nada fácil. é mesmo muito complexa e trabalhosa".

Ainda assim, a 'luz verde' que Portugal precisa agora é a do Conselho da União Europeia, através do Ecofin, que deverá ocorrer a 13 de julho. Será nesse encontro que os ministros das Finanças dos Estados-membros deverão aprovar o primeiro pacote dos PRR, aprovados já pela Comissão Europeia.

Ânia Ataíde

Marcelo Rebelo de Sousa quer estabilidade política na gestão dos fundos europeus

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 22/06/2021
Melo: MundialFM Online Autores: Marta Sousa

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=84195a52>

pub

O Presidente da República pediu, esta terça-feira, controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura.

No encerramento de uma conferência sobre fundos europeus, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu como tarefa "garantir que nenhum percalço aconteça até 2023":

O chefe de Estado falava no encerramento da conferência do Tribunal de Contas sobre controlo e gestão dos fundos comunitários.

De referir que o diploma do Governo que permite avançar para a execução de programas financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência foi promulgado no início da semana.

pub

Marta Sousa

PRR? Administração pública tem de estar "devidamente preparada"

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=a1e06577>

A presidente do Conselho das Finanças Públicas (CFP) alertou hoje que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) "é um plano promotor de despesa pública", sendo importante assegurar que "a administração pública está devidamente preparada" para o implementar.

"O Plano de Recuperação e Resiliência é um plano promotor de despesa pública e isto é um aspeto que é preciso não esquecer. Ainda que, de um ponto de vista orçamental e contabilístico, ele venha a ter agora um tratamento de neutralidade, não deixa de ser um plano produtor promotor de despesa pública", afirmou Nazaré da Costa Cabral durante a conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do Tribunal de Contas de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu.

Segundo referiu, o PRR "toca com aspetos que tem que ver com aspetos superestruturais de definição da política, mas também com aspetos infraestruturais, nomeadamente com questões muito relevantes como a orçamentação e a contabilidade".

Neste contexto, a presidente do CFP alertou para a importância de "ver se a administração pública está devidamente preparada para a realização deste importante programa".

"Falamos muito agora da digitalização, que, aliás, é uma das dimensões relevantes do programa, mas não basta digitalizar serviços e procedimentos para eles se tornarem mais eficientes. É preciso, primeiro, resolver problemas de organização e de configuração da própria administração pública para que essa eficiência seja assegurada", sustentou.

"Se os procedimentos e os serviços não forem eficientes -- acrescentou - não é digitalizando que a eficiência se alcança".

De acordo com Nazaré da Costa Cabral, persistem "alguns aspetos pouco funcionais na administração [pública], burocráticos e pesados, em que a gestão não se faz por razões que têm que ver com a promoção de resultados": "Estamos ainda muito numa filosofia do meio e menos do resultado. Portanto, digitalizar procedimentos que, depois, não conduzem a bons resultados não adiantará de muito", avisou.

Ao nível da orçamentação pública e das práticas de contabilidade, de gestão e de reporte em geral, a presidente do CFP apontou também alguns "desafios" no âmbito do PRR.

"Seria muito desejável que a regulamentação da Lei de Enquadramento Orçamental já estivesse concluída, porque era importante termos verdadeiros programas orçamentais para, agora, poderem acomodar devidamente as diversas componentes e subcomponentes do Plano de Recuperação e Resiliência", sustentou.

Na sua opinião, tal permitiria dispor de "instrumentos e ferramentas para uma melhor otimização da própria despesa pública" que, neste momento, ainda não estão "completamente agilizados".

"Bem sei que, neste momento, existe um certo otimismo, mas, na qualidade de presidente do Conselho Superior do CFP, não posso deixar de fazer estes reparos porque o Conselho das Finanças Públicas também vai fazer o seu trabalho de acompanhamento do impacto que o plano vai ter nas contas públicas e na sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas portuguesas", rematou Nazaré da Costa Cabral.

Lusa

Marcelo pede controlo atempado de fundos europeus e estabilidade política

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=48def22c>

O Presidente da República pediu hoje controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura.

No encerramento de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu como tarefa "garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é, nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade, afetando de forma decisiva o seu aproveitamento".

Segundo o chefe de Estado, "a reconstrução económica e social exigirá estabilidade política, e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise que surja no seu percurso, como Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes de governação ou relacionamento institucional".

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que "essa reconstrução económica e social terá como instrumentos relevantes o plano nacional de reconstrução e resiliência até 2026 e os fundos europeus até 2027, mas também os orçamentos do Estado no seu todo nesse período".

"Todos os fundos europeus têm de ser eficaz e eficientemente aproveitados, o que significa bem geridos, geridos com transparência, geridos com responsabilização evidente e rápida daqueles que violarem a Constituição, a lei, o direito europeu ou as exigências do dever de boa administração, e não menos do que todos esses parâmetros a ética e a integridade que são o oposto da má gestão, da fraude e da corrupção", afirmou.

"Numa palavra: no final, todos os envolvidos em decisão e execução dos fundos terão de apresentar contas", acrescentou.

No discurso que fez nesta conferência, promovida pelos tribunais de contas de Portugal e da União Europeia, com o seu apoio, o Presidente da República fez dez chamadas de atenção a propósito dos fundos europeus num momento que descreveu como de "transição que marca o caminho para o fim da pandemia e a urgência da reconstrução económica e social".

Quanto ao controlo da utilização dos fundos, segundo o chefe de Estado, "importa que quem quer que fiscalize ou de novo vá fiscalizar atue em tempo, sem prejudicar a intervenção dos demais controlos, antes com eles se conjugando".

Dirigindo-se diretamente ao Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa pediu-lhe "que não hesite em fazer o que tem de fazer, que conjugue esforços com outros controlos e entidades que os exercem, que intervenha a tempo, que seja exemplo sempre, agrade ou desagrade a quem quer que seja".

"É o que os portugueses lhe pedem. É o que eu lhe peço como Presidente da República sabendo de antemão que corresponderá a tão elevadas expectativas", declarou.

Lusa

Administração pública tem de estar "devidamente preparada" para a bazuca

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: Notícias de Coimbra Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=91d14f5>

A presidente do Conselho das Finanças Públicas (CFP) alertou hoje que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) "é um plano promotor de despesa pública", sendo importante assegurar que "a administração pública está devidamente preparada" para o implementar.

"O Plano de Recuperação e Resiliência é um plano promotor de despesa pública e isto é um aspeto que é preciso não esquecer. Ainda que, de um ponto de vista orçamental e contabilístico, ele venha a ter agora um tratamento de neutralidade, não deixa de ser um plano produtor promotor de despesa pública", afirmou Nazaré da Costa Cabral durante a conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do Tribunal de Contas de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu.

Segundo referiu, o PRR "toca com aspetos que tem que ver com aspetos superestruturais de definição da política, mas também com aspetos infraestruturais, nomeadamente com questões muito relevantes como a orçamentação e a contabilidade".

Neste contexto, a presidente do CFP alertou para a importância de "ver se a administração pública está devidamente preparada para a realização deste importante programa".

"Falamos muito agora da digitalização, que, aliás, é uma das dimensões relevantes do programa, mas não basta digitalizar serviços e procedimentos para eles se tornarem mais eficientes. É preciso, primeiro, resolver problemas de organização e de configuração da própria administração pública para que essa eficiência seja assegurada", sustentou.

"Se os procedimentos e os serviços não forem eficientes - acrescentou - não é digitalizando que a eficiência se alcança".

De acordo com Nazaré da Costa Cabral, persistem "alguns aspetos pouco funcionais na administração [pública], burocráticos e pesados, em que a gestão não se faz por razões que têm que ver com a promoção de resultados": "Estamos ainda muito numa filosofia do meio e menos do resultado. Portanto, digitalizar procedimentos que, depois, não conduzem a bons resultados não adiantará de muito", avisou.

Ao nível da orçamentação pública e das práticas de contabilidade, de gestão e de reporte em geral, a presidente do CFP apontou também alguns "desafios" no âmbito do PRR.

"Seria muito desejável que a regulamentação da Lei de Enquadramento Orçamental já estivesse concluída, porque era importante termos verdadeiros programas orçamentais para, agora, poderem acomodar devidamente as diversas componentes e subcomponentes do Plano de Recuperação e Resiliência", sustentou.

Na sua opinião, tal permitiria dispor de "instrumentos e ferramentas para uma melhor otimização da própria despesa pública" que, neste momento, ainda não estão "completamente agilizados".

"Bem sei que, neste momento, existe um certo otimismo, mas, na qualidade de presidente do Conselho Superior do CFP, não posso deixar de fazer estes reparos porque o Conselho das Finanças Públicas também vai fazer o seu trabalho de acompanhamento do impacto que o plano vai ter nas contas públicas e na sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas portuguesas", rematou Nazaré da Costa Cabral.

Notícias de Coimbra

Presidente da República considera que legislativas de 2023 devem servir para julgar uso dos fundos europeus

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Meio: Observador Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=b64cd07e>

Marcelo apela a que se aproveite esta oportunidade para criar condições para se inverter a tendência desta última década "com sete anos de crise" e "vinte anos de genérico afastamento da Europa".

O Presidente da República defendeu esta terça-feira que Portugal tem de dar "o salto" com os fundos europeus e considerou que as eleições legislativas de 2023 devem servir para os portugueses julgarem a sua utilização.

"Cabe aos portugueses dizerem pelo seu voto em 2023 o que pensam e o que querem acerca do uso da oportunidade a não desperdiçar, sendo certo que vão a tempo de escolher continuar o mesmo caminho ou fazer caminho com alterações de 2024 em diante", afirmou Marcelo Rebelo de Sousa.

O chefe de Estado, que falava no encerramento de uma conferência sobre fundos europeus, promovida pelos tribunais de contas de Portugal e da União Europeia, na Culturgest, em Lisboa, apelou a que se aproveite esta oportunidade para "a criação de condições para se inverter a tendência desta última década com sete anos de crise e os derradeiros vinte anos de genérico afastamento da Europa".

A tarefa que vamos ter entre mãos não é nada fácil, é mesmo muito complexa e trabalhosa. Os portugueses de nós esperam mais ainda do que no passado, até porque os fundos europeus são mais, e a necessidade aperta. Esperam que não desperdicemos a oportunidade, esperam que ambicionemos ao máximo", declarou.

PUB . CONTINUE A LER A SEGUIR

"Nos próximos anos ou damos o salto que merecemos ou nos resignamos ao fado da perda desse futuro", reforçou Marcelo Rebelo de Sousa.

Segundo o Presidente da República, "cabe aos que governam mostrar a capacidade para levar a bom porto esta missão" e "cabe aos que se opõem criar alternativa ou alternativas". "Cabe aos que controlam a governação na sua legalidade e boa administração assegurar o adequado controlo, cabe aos portugueses dizerem pelo seu voto em 2023 o que pensam e o que querem acerca do uso da oportunidade a não desperdiçar", acrescentou.

O chefe de Estado advertiu que "boa parte dos fundos europeus tem prazos muito curtos de utilização, e não usada é definitivamente perdida".

Neste discurso, Marcelo Rebelo de Sousa fez dez chamadas de atenção a propósito dos fundos europeus, pedindo estabilidade política até ao fim da legislatura, gestão transparente e controlo atempado, com responsabilização dos que violarem as regras, e disse que "no final, todos os envolvidos em decisão e execução dos fundos terão de apresentar contas".

O chefe de Estado descreveu o momento atual como de "transição que marca o caminho para o fim da pandemia e a urgência da reconstrução económica e social" e insistiu que a resposta à atual crise exige "mais do que remendar aquilo que a pandemia fez perder ou suspender ou adiar", é preciso "pensar mais fundo e mais longe". No seu entender, o "dinamismo das pessoas, das famílias das empresas" constitui "a chave de um novo tempo económico e social".

O Presidente da República apontou os anos de 2022 e 2023 como "decisivos, por assinalarem boa parte do arranque", e anteviu que "a reconstrução social será mais lenta do que a reconstrução económica, sobrarão muito provavelmente para além de 2023".

"Tiremos o maior proveito nacional possível destes dois anos, e já agora do segundo semestre de 2021. Tudo façamos para que corra bem este desafio, tudo façamos para que nos seja possível efeito legitimamente expectável dos fundos europeus assim superando a crise, potenciando o crescimento económico e o emprego, e muito em especial construindo melhores condições de vida para os portugueses", apelou.

Marcelo pede controlo atempado de fundos e estabilidade política

O Presidente da República pediu esta terça-feira controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura.

Marcelo Rebelo de Sousa assumiu como tarefa "garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é, nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade, afetando de forma decisiva o seu aproveitamento". Segundo o chefe de Estado, "a reconstrução económica e social exigirá estabilidade política, e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise que surja no seu percurso, como Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes de governação ou relacionamento institucional".

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que "essa reconstrução económica e social terá como instrumentos relevantes o plano nacional de reconstrução e resiliência até 2026 e os fundos europeus até 2027, mas também os orçamentos do Estado no seu todo nesse período".

"Todos os fundos europeus têm de ser eficaz e eficientemente aproveitados, o que significa bem geridos, geridos com transparência, geridos com responsabilização evidente e rápida daqueles que violarem a Constituição, a lei, o direito europeu ou as exigências do dever de boa administração, e não menos do que todos esses parâmetros a ética e a integridade que são o oposto da má gestão, da fraude e da corrupção", afirmou.

Quanto ao controlo da utilização dos fundos, segundo o chefe de Estado, "importa que quem quer que fiscalize ou de novo vá fiscalizar atue em tempo, sem prejudicar a intervenção dos demais controlos, antes com eles se conjugando". Dirigindo-se diretamente ao Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa pediu-lhe "que não hesite em fazer o que tem de fazer, que conjugue esforços com outros controlos e entidades que os exercem, que intervenha a tempo, que seja exemplo sempre, agrade ou desagrade a quem quer que seja". "É o que os portugueses lhe pedem. É o que eu lhe peço como Presidente da República sabendo de antemão que corresponderá a tão elevadas expectativas", declarou.

Artigo atualizado às 14h48

Agência Lusa

PRR: CFP avisa que administração pública tem de estar "devidamente preparada"

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: Porto Canal Online

URL: <http://portocanal.sapo.pt/noticia/269110>

Redação, 22 jun 2021 (Lusa) -- A presidente do Conselho das Finanças Públicas (CFP) alertou hoje que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) "é um plano promotor de despesa pública", sendo importante assegurar que "a administração pública está devidamente preparada" para o implementar.

"O Plano de Recuperação e Resiliência é um plano promotor de despesa pública e isto é um aspeto que é preciso não esquecer. Ainda que, de um ponto de vista orçamental e contabilístico, ele venha a ter agora um tratamento de neutralidade, não deixa de ser um plano produtor promotor de despesa pública", afirmou Nazaré da Costa Cabral durante a conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do Tribunal de Contas de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu.

Segundo referiu, o PRR "toca com aspetos que tem que ver com aspetos superestruturais de definição da política, mas também com aspetos infraestruturais, nomeadamente com questões muito relevantes como a orçamentação e a contabilidade".

Neste contexto, a presidente do CFP alertou para a importância de "ver se a administração pública está devidamente preparada para a realização deste importante programa".

"Falamos muito agora da digitalização, que, aliás, é uma das dimensões relevantes do programa, mas não basta digitalizar serviços e procedimentos para eles se tornarem mais eficientes. É preciso, primeiro, resolver problemas de organização e de configuração da própria administração pública para que essa eficiência seja assegurada", sustentou.

"Se os procedimentos e os serviços não forem eficientes -- acrescentou - não é digitalizando que a eficiência se alcança".

De acordo com Nazaré da Costa Cabral, persistem "alguns aspetos pouco funcionais na administração [pública], burocráticos e pesados, em que a gestão não se faz por razões que têm que ver com a promoção de resultados": "Estamos ainda muito numa filosofia do meio e menos do resultado. Portanto, digitalizar procedimentos que, depois, não conduzem a bons resultados não adiantará de muito", avisou.

Ao nível da orçamentação pública e das práticas de contabilidade, de gestão e de reporte em geral, a presidente do CFP apontou também alguns "desafios" no âmbito do PRR.

"Seria muito desejável que a regulamentação da Lei de Enquadramento Orçamental já estivesse concluída, porque era importante termos verdadeiros programas orçamentais para, agora, poderem acomodar devidamente as diversas componentes e subcomponentes do Plano de Recuperação e Resiliência", sustentou.

Na sua opinião, tal permitiria dispor de "instrumentos e ferramentas para uma melhor otimização da própria despesa pública" que, neste momento, ainda não estão "completamente agilizados".

"Bem sei que, neste momento, existe um certo otimismo, mas, na qualidade de presidente do Conselho Superior do CFP, não posso deixar de fazer estes reparos porque o Conselho das Finanças Públicas também vai fazer o seu trabalho de acompanhamento do impacto que o plano vai ter nas contas públicas e na sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas portuguesas", rematou Nazaré da Costa Cabral.

PD // MSF

Lusa/Fim

Marcelo pede controlo atempado de fundos europeus e estabilidade política

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: Porto Canal Online

URL: <http://portocanal.sapo.pt/noticia/269120>

Lisboa, 22 jun 2021 (Lusa) - O Presidente da República pediu hoje controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura.

No encerramento de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu como tarefa "garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é, nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade, afetando de forma decisiva o seu aproveitamento".

Segundo o chefe de Estado, "a reconstrução económica e social exigirá estabilidade política, e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise que surja no seu percurso, como Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes de governação ou relacionamento institucional".

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que "essa reconstrução económica e social terá como instrumentos relevantes o plano nacional de reconstrução e resiliência até 2026 e os fundos europeus até 2027, mas também os orçamentos do Estado no seu todo nesse período".

"Todos os fundos europeus têm de ser eficaz e eficientemente aproveitados, o que significa bem geridos, geridos com transparência, geridos com responsabilização evidente e rápida daqueles que violarem a Constituição, a lei, o direito europeu ou as exigências do dever de boa administração, e não menos do que todos esses parâmetros a ética e a integridade que são o oposto da má gestão, da fraude e da corrupção", afirmou.

"Numa palavra: no final, todos os envolvidos em decisão e execução dos fundos terão de apresentar contas", acrescentou.

No discurso que fez nesta conferência, promovida pelos tribunais de contas de Portugal e da União Europeia, com o seu apoio, o Presidente da República fez dez chamadas de atenção a propósito dos fundos europeus num momento que descreveu como de "transição que marca o caminho para o fim da pandemia e a urgência da reconstrução económica e social".

Quanto ao controlo da utilização dos fundos, segundo o chefe de Estado, "importa que quem quer que fiscalize ou de novo vá fiscalizar atue em tempo, sem prejudicar a intervenção dos demais controlos, antes com eles se conjugando".

Dirigindo-se diretamente ao Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa pediu-lhe "que não hesite em fazer o que tem de fazer, que conjugue esforços com outros controlos e entidades que os exercem, que intervenha a tempo, que seja exemplo sempre, agrade ou desagrade a quem quer que seja".

"É o que os portugueses lhe pedem. É o que eu lhe peço como Presidente da República sabendo de antemão que corresponderá a tão elevadas expectativas", declarou.

IEL // ACL

Lusa/Fim



Primeiros concursos do PRR lançados ontem

Marta Moitinho Oliveira

António Costa assinala níveis “baixos” de fraude em pacotes anteriores. Elisa Ferreira fala em “tolerância zero”

Portugal deu ontem o tiro de partida na execução do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), com o lançamento dos primeiros concursos, anunciou o primeiro-ministro. António Costa considerou que o PRR arranca com “dois programas fundamentais”, ambos para reforçar a formação das pessoas.

O anúncio do chefe do Governo foi feito na sessão de abertura da conferência organizada pelo Tribunal de Contas (TdC) sobre os fundos europeus e que acontece depois da aprovação do PRR português. “Hoje mesmo serão abertos os primeiros concursos de financiamento” do PRR que tem um pacote global de cerca de 16,6 mil milhões de euros para Portugal usar até 2026, disse.

“São dois programas fundamentais do PRR”, justificou o governante, revelando que será pelo Impulso Steam e pelo Impulso Adulto que arranca o lançamento dos concursos. O primeiro-ministro adiantou que, no caso do primeiro programa, o objectivo é “apoiar as instituições do ensino superior para aumentarem significativamente o número de formandos de licenciaturas, mestrados e doutoramentos nas áreas das ciências, engenharia, artes, tecnologias e matemáticas”. Já o Impulso Adulto serve para, através de uma parceria entre empresas e universidades, “alargar o número de licenciaturas de adultos já activos” (pessoas que estão no mercado de trabalho mas que não têm licenciatura).

António Costa mostrou “total confiança” no TdC e nas restantes instituições que em Portugal fiscalizam a utilização de fundos europeus, realçando também que os níveis de má utilização dos fundos são baixos. Costa referiu “um relatório do TdC Europeu de 2019 que mostra que o nível de irregularidades em Portugal é claramente inferior à média da União Europeia. E de fraude também – 0,75% da totalidade de fundos à escala europeia”.

Antes, o presidente do TdC, José Tavares, prometeu pedagogia no controlo e a comissão europeia da Coesão, Elisa Ferreira, garantiu “tolerância zero” no combate à “fraude e às desconformidades”.

Marcelo afasta "crise política ou institucional" até 2023 para proteger fundos europeus

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 22/06/2021
Melo: Público Online Autores: Marta Moitinho Oliveira

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=d9949ecf>

Portugal começa a receber as verbas do PRR e o Presidente quer assegurar que os 16,6 mil milhões são bem usados. Marcelo não quer orçamentos chumbados, eleições antecipadas, ou vicissitudes de governação ou de relacionamento institucional.

Marcelo Rebelo de Sousa defendeu esta terça-feira que cabe ao Presidente da República garantir que até 2023 não haja uma crise política ou institucional que prejudique a execução dos fundos europeus que chegam a Portugal através do Programa de Recuperação e Resiliência. O Chefe de Estado considera que naquele ano - para o qual estão marcadas as próximas eleições legislativas -, os portugueses vão "a tempo de continuar o mesmo caminho ou fazer o caminho com alterações".

"Cabe ao Presidente da República garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é nenhuma crise política ou institucional, prejudique esta oportunidade, afectando de forma decisiva o seu aproveitamento", disse Marcelo Rebelo de Sousa, acrescentando que "já basta o que resta de pandemia, mais as crises económica e social e a encruzilhada vivida na Europa e no mundo", afirmou no encerramento da conferência do Tribunal de Contas sobre fundos europeus, nomeadamente sobre o Programa de Recuperação e Resiliência que permitirá a Portugal receber cerca de 16,6 mil milhões de euros adicionais para a recuperação pós-pandemia.

Na sua intervenção, o Presidente da República falou por duas vezes sobre a necessidade de afastar qualquer crise política de Portugal. "A reconstrução económica e social exigirá estabilidade política e, por isso, não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada por qualquer crise que surja no seu percurso, como Orçamento rejeitado, eleições antecipadas, ou vicissitudes de governação ou relacionamento institucional", defendeu.

Recentemente, a propósito das medidas restritivas de combate à pandemia, Presidente e Governo mostraram posições diferentes - com o primeiro a defender a necessidade de não se voltar atrás e o segundo a admitir que a evolução da pandemia pode pôr um travão no desconfinamento - o que foi entendido como um desentendimento entre as partes. No entanto, esta diferença de posições acabou por ser desvalorizada por Marcelo e Costa.

Marta Moitinho Oliveira

Marcelo não quer "nenhuma crise política" até às legislativas

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: Renascença Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=faffcec4>

Presidente da República avisa que "a reconstrução económica e social exigirá estabilidade política".

O Presidente da República pediu hoje controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura.

No encerramento de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu como tarefa "garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é, nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade, afetando de forma decisiva o seu aproveitamento".

Segundo o chefe de Estado, "a reconstrução económica e social exigirá estabilidade política, e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise que surja no seu percurso, como Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes de governação ou relacionamento institucional".

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que "essa reconstrução económica e social terá como instrumentos relevantes o plano nacional de reconstrução e resiliência até 2026 e os fundos europeus até 2027, mas também os orçamentos do Estado no seu todo nesse período".

"Todos os fundos europeus têm de ser eficaz e eficientemente aproveitados, o que significa bem geridos, geridos com transparência, geridos com responsabilização evidente e rápida daqueles que violarem a Constituição, a lei, o direito europeu ou as exigências do dever de boa administração, e não menos do que todos esses parâmetros a ética e a integridade que são o oposto da má gestão, da fraude e da corrupção", afirmou.

"Numa palavra: no final, todos os envolvidos em decisão e execução dos fundos terão de apresentar contas", acrescentou.

No discurso que fez nesta conferência, promovida pelos tribunais de contas de Portugal e da União Europeia, com o seu apoio, o Presidente da República fez dez chamadas de atenção a propósito dos fundos europeus num momento que descreveu como de "transição que marca o caminho para o fim da pandemia e a urgência da reconstrução económica e social".

Quanto ao controlo da utilização dos fundos, segundo o chefe de Estado, "importa que quem quer que fiscalize ou de novo vá fiscalizar atue em tempo, sem prejudicar a intervenção dos demais controlos, antes com eles se conjugando".

Dirigindo-se diretamente ao Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa pediu-lhe "que não hesite em fazer o que tem de fazer, que conjugue esforços com outros controlos e entidades que os exercem, que intervenha a tempo, que seja exemplo sempre, agrade ou desagrade a quem quer que seja". .

"É o que os portugueses lhe pedem. É o que eu lhe peço como Presidente da República sabendo de antemão que corresponderá a tão elevadas expectativas", declarou.

CFP avisa que administração pública tem de estar "devidamente preparada"

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=7f23755f>

A presidente do Conselho das Finanças Públicas (CFP) alertou hoje que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) "é um plano promotor de despesa pública", sendo importante assegurar que "a administração pública está devidamente preparada" para o implementar.

"O Plano de Recuperação e Resiliência é um plano promotor de despesa pública e isto é um aspeto que é preciso não esquecer. Ainda que, de um ponto de vista orçamental e contabilístico, ele venha a ter agora um tratamento de neutralidade, não deixa de ser um plano produtor promotor de despesa pública", afirmou Nazaré da Costa Cabral durante a conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do Tribunal de Contas de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu.

Segundo referiu, o PRR "toca com aspetos que tem que ver com aspetos superestruturais de definição da política, mas também com aspetos infraestruturais, nomeadamente com questões muito relevantes como a orçamentação e a contabilidade".

Neste contexto, a presidente do CFP alertou para a importância de "ver se a administração pública está devidamente preparada para a realização deste importante programa".

"Falamos muito agora da digitalização, que, aliás, é uma das dimensões relevantes do programa, mas não basta digitalizar serviços e procedimentos para eles se tornarem mais eficientes. É preciso, primeiro, resolver problemas de organização e de configuração da própria administração pública para que essa eficiência seja assegurada", sustentou.

"Se os procedimentos e os serviços não forem eficientes -- acrescentou - não é digitalizando que a eficiência se alcança".

De acordo com Nazaré da Costa Cabral, persistem "alguns aspetos pouco funcionais na administração [pública], burocráticos e pesados, em que a gestão não se faz por razões que têm que ver com a promoção de resultados": "Estamos ainda muito numa filosofia do meio e menos do resultado. Portanto, digitalizar procedimentos que, depois, não conduzem a bons resultados não adiantará de muito", avisou.

Ao nível da orçamentação pública e das práticas de contabilidade, de gestão e de reporte em geral, a presidente do CFP apontou também alguns "desafios" no âmbito do PRR.

"Seria muito desejável que a regulamentação da Lei de Enquadramento Orçamental já estivesse concluída, porque era importante termos verdadeiros programas orçamentais para, agora, poderem acomodar devidamente as diversas componentes e subcomponentes do Plano de Recuperação e Resiliência", sustentou.

Na sua opinião, tal permitiria dispor de "instrumentos e ferramentas para uma melhor otimização da própria despesa pública" que, neste momento, ainda não estão "completamente agilizados".

"Bem sei que, neste momento, existe um certo otimismo, mas, na qualidade de presidente do Conselho Superior do CFP, não posso deixar de fazer estes reparos porque o Conselho das Finanças Públicas também vai fazer o seu trabalho de acompanhamento do impacto que o plano vai ter nas contas públicas e na sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas portuguesas", rematou Nazaré da Costa Cabral.

Lusa

Marcelo pede controlo atempado de fundos europeus e estabilidade política

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=3a6223a7>

O Presidente da República pediu hoje controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura.

No encerramento de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu como tarefa "garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é, nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade, afetando de forma decisiva o seu aproveitamento".

Segundo o chefe de Estado, "a reconstrução económica e social exigirá estabilidade política, e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise que surja no seu percurso, como Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes de governação ou relacionamento institucional".

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que "essa reconstrução económica e social terá como instrumentos relevantes o plano nacional de reconstrução e resiliência até 2026 e os fundos europeus até 2027, mas também os orçamentos do Estado no seu todo nesse período".

"Todos os fundos europeus têm de ser eficaz e eficientemente aproveitados, o que significa bem geridos, geridos com transparência, geridos com responsabilização evidente e rápida daqueles que violarem a Constituição, a lei, o direito europeu ou as exigências do dever de boa administração, e não menos do que todos esses parâmetros a ética e a integridade que são o oposto da má gestão, da fraude e da corrupção", afirmou.

"Numa palavra: no final, todos os envolvidos em decisão e execução dos fundos terão de apresentar contas", acrescentou.

No discurso que fez nesta conferência, promovida pelos tribunais de contas de Portugal e da União Europeia, com o seu apoio, o Presidente da República fez dez chamadas de atenção a propósito dos fundos europeus num momento que descreveu como de "transição que marca o caminho para o fim da pandemia e a urgência da reconstrução económica e social".

Quanto ao controlo da utilização dos fundos, segundo o chefe de Estado, "importa que quem quer que fiscalize ou de novo vá fiscalizar atue em tempo, sem prejudicar a intervenção dos demais controlos, antes com eles se conjugando".

Dirigindo-se diretamente ao Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa pediu-lhe "que não hesite em fazer o que tem de fazer, que conjugue esforços com outros controlos e entidades que os exercem, que intervenha a tempo, que seja exemplo sempre, agrade ou desagrade a quem quer que seja".

"É o que os portugueses lhe pedem. É o que eu lhe peço como Presidente da República sabendo de antemão que corresponderá a tão elevadas expectativas", declarou.

Lusa

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: Sapo Online - Sapo Economia Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f73d530e>

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

PMF // ACL

Lusa/fim

Plano de Recuperação e Resiliência. Marcelo recusa crises políticas e deixa aviso ao Governo e oposição

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Meio: SIC Notícias Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=97549225>

Presidente da República quer estabilidade na gestão orçamental.

O Presidente da República afasta a ideia de uma crise política por causa da gestão dos fundos europeus, sob pena de Portugal desperdiçar dinheiro de Bruxelas. Numa altura em que são lançados os primeiros concursos de projetos do PRR, Marcelo aproveitou a conferência do Tribunal de Contas para deixar avisos ao Governo e à oposição.

À mesma hora a que o primeiro-ministro participava no lançamento de mais um concurso para programas financiados pelo PRR, o Presidente aproveitava o mesmo palco onde, na véspera, Costa anunciara o arranque da corrida aos fundos europeus, para travar impulsos de crises políticas.

O ministro das Finanças já não ouviu o discurso. João Leão tinha lá estado quatro horas antes a falar sobre a mais valia da bazuca para reduzir a dívida.

A estabilidade financeira é a perspetiva do ministro na conferência do Tribunal de Contas em que todos defenderam o controlo e a fiscalização para garantir o bom uso dos fundos europeus.

SIC Notícias

Marcelo quer estabilidade política na gestão dos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Melo: SIC Notícias Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=30bde486>

Presidente da República avisa Governo e oposição para risco de crise.

O Presidente da República pediu esta terça-feira controlo atempado da utilização dos fundos europeus e considerou indispensável para o seu bom aproveitamento haver estabilidade política até ao fim da legislatura.

No encerramento de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa assumiu como tarefa "garantir que nenhum percalço de percurso até 2023, isto é, nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade, afetando de forma decisiva o seu aproveitamento".

Segundo o chefe de Estado, "a reconstrução económica e social exigirá estabilidade política, e por isso não poderá ser atingida, para não dizer esvaziada, por qualquer crise que surja no seu percurso, como Orçamento rejeitado, eleições antecipadas ou vicissitudes de governação ou relacionamento institucional".

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que "essa reconstrução económica e social terá como instrumentos relevantes o plano nacional de reconstrução e resiliência até 2026 e os fundos europeus até 2027, mas também os orçamentos do Estado no seu todo nesse período".

"Todos os fundos europeus têm de ser eficaz e eficientemente aproveitados, o que significa bem geridos, geridos com transparência, geridos com responsabilização evidente e rápida daqueles que violarem a Constituição, a lei, o direito europeu ou as exigências do dever de boa administração, e não menos do que todos esses parâmetros a ética e a integridade que são o oposto da má gestão, da fraude e da corrupção", afirmou. "Numa palavra: no final, todos os envolvidos em decisão e execução dos fundos terão de apresentar contas", acrescentou.

No discurso que fez nesta conferência, promovida pelos tribunais de contas de Portugal e da União Europeia, com o seu apoio, o Presidente da República fez dez chamadas de atenção a propósito dos fundos europeus num momento que descreveu como de "transição que marca o caminho para o fim da pandemia e a urgência da reconstrução económica e social".

Quanto ao controlo da utilização dos fundos, segundo o chefe de Estado, "importa que quem quer que fiscalize ou de novo vá fiscalizar atue em tempo, sem prejudicar a intervenção dos demais controlos, antes com eles se conjugando".

Dirigindo-se diretamente ao Tribunal de Contas, Marcelo Rebelo de Sousa pediu-lhe "que não hesite em fazer o que tem de fazer, que conjugue esforços com outros controlos e entidades que os exercem, que intervenha a tempo, que seja exemplo sempre, agrade ou desagrada a quem quer que seja".

"É o que os portugueses lhe pedem. É o que eu lhe peço como Presidente da República sabendo de antemão que corresponderá a tão elevadas expectativas", declarou.

"Cabe ao Presidente garantir que nenhuma crise política ou institucional prejudique esta oportunidade"

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 22/06/2021

Meio: TSF Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=564ecb95>

O Presidente da República quer que se fiscalizem os processos de aplicação de fundos europeus, e sublinha a importância de não deixar passar a oportunidade. Os prazos são curtos, o dinheiro deve ser "bem gerido", e para crises políticas não contem com o chefe de Estado, avisa.

Marcelo Rebelo de Sousa alerta: boa parte dos fundos europeus tem prazos muito curtos de utilização, e estes não podem ser desperdiçados. Pelo contrário, vinca, estas quantias devem ser geridas com "transparência e responsabilização daqueles que violarem a Constituição, a lei, o direito europeu e as exigências da boa gestão".

No final, todos os envolvidos na execução e decisão de aplicação dos fundos terão de apresentar contas, afirmou mesmo o chefe de Estado no encerramento da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade". O Presidente da República quer que se fiscalizem estes processos, "agrade [isso] a quem quer que seja", garante Marcelo referindo-se ao TdC, a quem pede isenção: "O Tribunal de Contas está consciente da sua missão."

"A tarefa que vamos ter nas mãos não é nada fácil", garante. Os fundos são desta vez mais substanciais, mas a necessidade também é maior, por isso é preciso não perder a oportunidade, "ambicionar o máximo", com visão "de médio e longo prazo". O Presidente da República pede ainda que os controlos atuem atempadamente, "para corrigir o que tem de ser corrigido".

Marcelo Rebelo de Sousa exorta o Executivo a governar bem nos dois anos de 2022 e 2023, e a oposição a apresentar boas alternativas, bem como apela aos portugueses para votarem em conformidade.

Quanto a crises políticas suscitadas pelo chumbo do Orçamento do Estado, não contem com o chefe de Estado, avisa logo. "Cabe ao Presidente da República garantir que nenhuma crise política e institucional prejudique esta oportunidade", porque já "basta o que resta de pandemia", assinala.

Marcelo Rebelo de Sousa vinca ser preciso tirar proveito dos próximos dois anos, porque este é um "desafio decisivo". A recuperação levará anos a ser concretizada, mas 2022 e 2023 serão fundamentais para a efetivar. "Nos próximos anos ou damos o salto que merecemos ou nos resignamos ao fado da perda desse futuro", reforçou.

Marcelo considera que legislativas de 2023 devem servir para julgar uso dos fundos europeus

O Presidente da República considerou que as eleições legislativas de 2023 devem servir para os portugueses julgarem a sua utilização. "Cabe aos portugueses dizerem pelo seu voto em 2023 o que pensam e o que querem acerca do uso da oportunidade a não desperdiçar, sendo certo que vão a tempo de escolher continuar o mesmo caminho ou fazer caminho com alterações de 2024 em diante", afirmou Marcelo Rebelo de Sousa.

"Cabe aos que controlam a governação na sua legalidade e boa administração assegurar o adequado controlo, cabe aos portugueses dizerem pelo seu voto em 2023 o que pensam e o que querem acerca do uso da oportunidade a não desperdiçar", acrescentou.

[Additional Text]:
Marcelo Rebelo de Sousa

TSF e Lusa

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=aaa73ef3>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

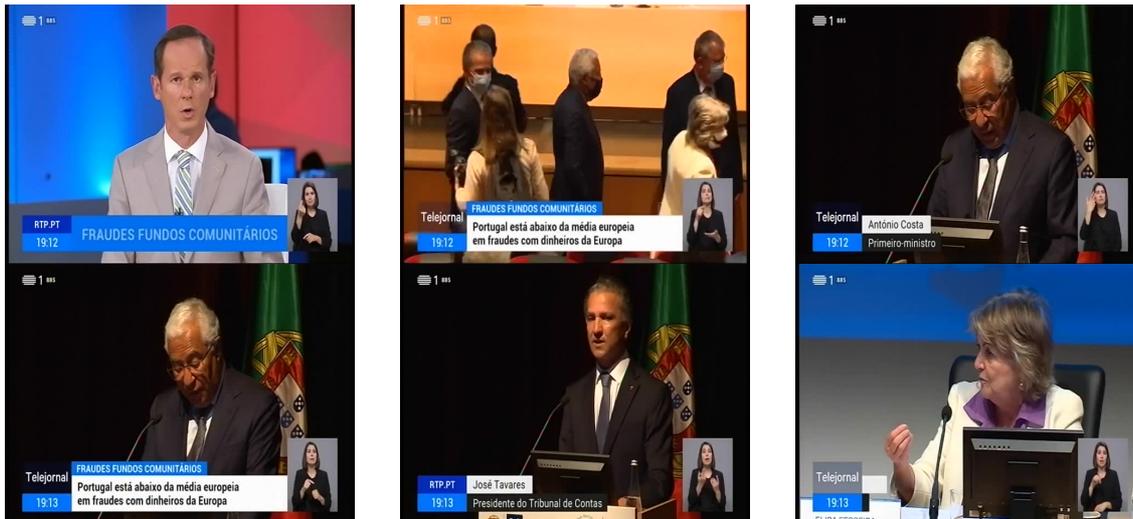
"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Lusa

<https://www.facebook.com/canalalentejo>



Portugal está abaixo da média europeia ao nível das fraudes com fundos comunitários

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=cf3d1621-8afe-405a-9279-c74c9263c5a4&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

Portugal está abaixo da média europeia ao nível das fraudes com fundos comunitários. O primeiro-ministro considerou criadas as condições de confiança e garantiu que os fundos estruturais estão sob apertado controlo da fiscalização.

Declarações de António Costa, primeiro-ministro; José Tavares, presidente do Tribunal de Contas.

Repetições: RTP3 - 3 às... , 2021-06-21 20:18

RTP3 - 360 , 2021-06-21 21:22

RTP3 - 24 Horas , 2021-06-21 00:11

António Costa garante que não há razões para preocupações com a má gestão de fundos europeus

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=640e47b3-205f-49e6-9aab-118ccdd9eef4&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

António Costa garante que não há razões para que os portugueses se sintam preocupados com a má gestão dos fundos europeus que vão começar a chegar ao país já em agosto. Numa Conferência organizada pelo Tribunal de Contas, precisamente sobre o modo como fazer uma boa gestão do dinheiro que virá por via do PRR

Programas de apoio lançados no âmbito do PRR

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=dd16c1a1-ac3b-4c94-943c-23e57aa10d88&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

Hoje foram apresentados 2 primeiros programas para a aplicação de uma parte dos fundos europeus de recuperação e resiliência, são os programas "Impulso adultos" e "Impulso jovens". A manhã começou com garantias de boa fiscalização da aplicação dos dinheiros comunitários deste programa de recuperação e resiliência, António Costa esta manhã esteve numa conferência organizada Tribunal de Contas.

Declarações de António Costa, PM; Elisa Ferreira, Comissária Europeia; Nelson Souza, ministro do Planeamento.

António Costa garante que não há razões para preocupações com a má gestão de fundos europeus

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=8ce8c7a9-f2d8-4698-a1af-5588a6876330&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

António Costa garante que não há razões para que os portugueses se sintam preocupados com a má gestão de fundos europeus, que devem começar a chegar ao país já em agosto. Numa conferência organizada pelo Tribunal de Contas, precisamente sobre o modo como fazer uma boa gestão do dinheiro que virá por via do plano de recuperação e resiliência, o primeiro-ministro sublinhou esta manhã que os números mostram que o nível de fraude em Portugal é inferior à média da União Europeia e que o fenómeno tem pouca relevância.

Programas de apoio lançados no âmbito do PRR

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=7083b441-c2e6-4b28-ae81-142e349927d7&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

Vão hoje ser lançados os 2 primeiros concursos para financiamento de dois programas do plano de recuperação e resiliência. O programa impulso jovem STEAM e o impulso adultos. Devem candidatar-se instituições do ensino Superior.

Tribunal de Contas vai estar atento à boa execução dos fundos do PRR

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=9dbcf430-849b-4778-ab91-006b3bb6010a&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

O Tribunal de Contas vai estar atento à boa execução dos fundos do plano de recuperação e resiliência, garantia do presidente do organismo numa conferência sobre fundos europeus esta manhã, onde esteve também o primeiro-ministro, que assegurou total transparência na execução dos fundos.

António Costa garante que não há razões para preocupações com a má gestão de fundos europeus

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=d137ada3-4d38-44b8-9e47-e5a8c3e64fe3&userId=4f60e839-3323-433c-9ced-eb971395aa39>

António Costa garante que não há razões para os portugueses se sentirem preocupados com a má gestão de fundos europeus, que devem começar a chegar ao país já em agosto. Numa conferência organizada pelo Tribunal de Contas, precisamente sobre o bom uso do dinheiro do plano de recuperação e resiliência, o primeiro-ministro sublinhou que os números mostram que o nível de fraude em Portugal é inferior à média da União Europeia e que esses números por si só são bastante baixos.

Abriam primeiros concursos para gastar bazuca. Costa realça boa gestão

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 21/06/2021

Melo: AEIOU.pt Online - ZAP AEIOU Online

URL: <https://zap.aeiou.pt/programas-bazuca-costa-411036>

Mário Cruz / Lusa

O primeiro-ministro, António Costa

Arranca, nesta segunda-feira, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com a abertura dos dois primeiros concursos para obtenção de financiamento da chamada "bazuca" europeia. O primeiro-ministro António Costa destaca a "boa gestão" dos fundos europeus em Portugal e afasta discursos de autoflagelação.

António Costa anunciou hoje a abertura dos primeiros concursos para financiamento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos fundos são suportados pela União Europeia (UE). São concursos focados na formação no Ensino Superior, tanto para jovens como para a requalificação de adultos.

Estão em causa os programas Impulso Steam Jovem e Impulso Adultos, com um pacote global de apoios de 272 milhões de euros.

"O Programa Steam Jovem visa aumentar o número de formandos no ensino superior" enquanto que "o Impulso Adulto visa criar uma parceria entre o sistema empresarial e o ensino superior para alargar a formação de adultos", explica António Costa em conferência de imprensa.

O primeiro-ministro também aproveita para destacar que será feito "um permanente controlo da execução" dos fundos europeus, nomeadamente para evitar um "duplo financiamento" de projectos pela "bazuca" europeia e pelo Portugal 2030 que também é financiado pela UE.

Costa revela que estão a ser criados vários níveis de fiscalização, designadamente uma comissão interministerial que será presidida por ele, mas também uma comissão nacional de acompanhamento com 10 personalidades das várias estratégias do Plano.

Por outro lado, uma Comissão de Auditoria e Controlo vai fazer a fiscalização técnica, enquanto o Parlamento estará atento às questões políticas.

"Temos um historial de que nos devemos orgulhar"

Contudo, Costa trata já de notar que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades.

O primeiro-ministro também critica a atitude de autoflagelação neste domínio.

"Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos", salienta Costa.

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta",

acentua o líder do executivo português.

No discurso com cerca de 30 minutos, Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural desses fundos.

Tribunal de Contas vai estar "atento"

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegura que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do PRR.

O presidente do TdC aponta o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do Plano, José Tavares avança que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Administração Pública preparada para a "bazuca"

A ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, diz que os serviços públicos têm "um desafio que é gastar bem o dinheiro" do PRR, mas garante que estão preparados para avançar.

"Temos de facto um desafio: gastar bem este dinheiro e no tempo que nos é dado, como aos outros países", vinca a ministra em entrevista à Lusa.

"As coisas estão já a avançar para que tenhamos tudo preparado para rapidamente começarmos a desenvolver os projetos, a cumprir as metas e os fundos irem sendo libertados", assegura Alexandra Leitão, referindo que, só para a área da capacitação e modernização, a Administração Pública vai contar com 600 milhões de euros.

A ministra lembra que, neste contexto, já foi aprovado em Conselho de Ministros um diploma que prevê "procedimentos mais simplificados de autorização de despesa e de contratação de recursos humanos" com o objetivo de levar a cabo os projetos da 'bazuca'.

"Esta máquina já está a funcionar", garante a governante, explicando que a preparação dos serviços passa por envolver as direções que vão fazer os projetos do PRR e os seus trabalhadores e "motivá-los para os desenvolver, dando-lhes as ferramentas necessárias".

Alexandra Leitão indica ainda que a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) "já lançou um primeiro procedimento concursal para contratar um 'outsourcing' para começar a desenvolver um conjunto de arquiteturas informáticas" para o Portal Único do Cidadão, um projeto que conta com 198 milhões de euros do PRR e cuja conclusão está prevista para 2023.

Por sua vez, "o INA [Instituto Nacional de Administração] já começou a trabalhar com as universidades para o seu plano de formação incluir os projetos de capacitação que estão previstos no PRR", aponta também.

O PRR português, o primeiro a ser aprovado pela Comissão Europeia, prevê projetos de 16,6 mil milhões de euros, dos quais 13,9 mil milhões de euros dizem respeito a subvenções a fundo perdido.

ZAP // Lusa

ZAP

ZAP

Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Açores 9 Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f94c5b10>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

José Tavares, presidente do Tribunal de Contas

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Jornal Açores 9

Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Açoriano Oriental Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=5dda6f2e>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

Autor: Lusa/AO Online

"Vamos estar

atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na

sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando

a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais

introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Lusa

Costa diz que Portugal tem historial de bom aproveitamento dos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: CM TV Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=aff88bf1>

Primeiro-ministro criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

O primeiro-ministro considerou esta segunda-feira que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro defendeu que a capacidade de controlo na execução dos fundos é essencial, não apenas por razões financeiras, como também por razões políticas, desde logo para a existência de confiança democrática na forma como é exercido o poder e de confiança recíproca entre os diferentes Estados-membros.

De acordo com António Costa, numa análise ao Portugal 2020, sem os fundos comunitários, o produto interno bruto (PIB) nacional seria 1,9 pontos percentual inferior. Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é 2,3 pontos percentual no PIB.

"A Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do PIB nesse período", completou.

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

"Quer a nível nacional, quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm feito, separando irregularidades e fraude", começou por apontar.

"Sendo genericamente um nível bastante baixo de fraude e de irregularidade em toda a União Europeia, no que diz respeito a Portugal, de acordo com o relatório especial de 2019 do TdC europeu, demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da União Europeia. O nível

de fraude é também inferior à da média da União Europeia, que já de si é bastante baixo", advogou o líder do executivo português.

Em relação à absorção de fundos comunitários por Portugal, o primeiro-ministro também defendeu que é bastante alto e procurou desmontar a ideia de que o seu aproveitamento serviu para a construção de autoestradas.

"Se hoje temos um competitivo setor agroalimentar, tal deve-se em parte à Política Agrícola Comum (PAC), mas também aos programas científico e de desenvolvimento tecnológico", referiu, a título de exemplo.

Na primeira intervenção da sessão, o presidente do TdC, José Tavares, abordou sobretudo a questão do PRR, dizendo que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção".

José Tavares salientou que o TdC assumirá "um papel construtivo e sempre com sentido pedagógico" na sua atuação e que "recorrerá às mais modernas tecnologias de informação", procedendo, por exemplo, à realização de auditorias específicas.

"O PRR apresenta mecanismos de controlo interno robustos e consistentes", disse, antes de o presidente do TdC europeu ter apontado a conferência sobre fundos comunitários como um exemplo de cooperação entre instâncias nacionais e da União Europeia.

"Sem controlo não é possível a boa execução dos fundos europeus. O controlo deve ser sempre encarado como uma forma de aumentar a eficiência dos diferentes programas", sustentou Klaus Heine Lenhe.

Lusa

António Costa diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Correio da Manhã Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e17c0ef3>

Primeiro-ministro criticou a atitude de autoflagelação.

O primeiro-ministro considerou esta segunda-feira que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro defendeu que a capacidade de controlo na execução dos fundos é essencial, não apenas por razões financeiras, como também por razões políticas, desde logo para a existência de confiança democrática na forma como é exercido o poder e de confiança recíproca entre os diferentes Estados-membros.

De acordo com António Costa, numa análise ao Portugal 2020, sem os fundos comunitários, o produto interno bruto (PIB) nacional seria 1,9 pontos percentual inferior. Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é 2,3 pontos percentual no PIB.

"A Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do PIB nesse período", completou.

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

"Quer a nível nacional, quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm feito, separando irregularidades e fraude", começou por apontar.

"Sendo genericamente um nível bastante baixo de fraude e de irregularidade em toda a União Europeia, no que diz respeito a Portugal, de acordo com o relatório especial de 2019 do TdC europeu, demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da União Europeia. O nível

de fraude é também inferior à da média da União Europeia, que já de si é bastante baixo", advogou o líder do executivo português.

Em relação à absorção de fundos comunitários por Portugal, o primeiro-ministro também defendeu que é bastante alto e procurou desmontar a ideia de que o seu aproveitamento serviu para a construção de autoestradas.

"Se hoje temos um competitivo setor agroalimentar, tal deve-se em parte à Política Agrícola Comum (PAC), mas também aos programas científico e de desenvolvimento tecnológico", referiu, a título de exemplo.

Na primeira intervenção da sessão, o presidente do TdC, José Tavares, abordou sobretudo a questão do PRR, dizendo que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção".

José Tavares salientou que o TdC assumirá "um papel construtivo e sempre com sentido pedagógico" na sua atuação e que "recorrerá às mais modernas tecnologias de informação", procedendo, por exemplo, à realização de auditorias específicas.

"O PRR apresenta mecanismos de controlo interno robustos e consistentes", disse, antes de o presidente do TdC europeu ter apontado a conferência sobre fundos comunitários como um exemplo de cooperação entre instâncias nacionais e da União Europeia.

"Sem controlo não é possível a boa execução dos fundos europeus. O controlo deve ser sempre encarado como uma forma de aumentar a eficiência dos diferentes programas", sustentou Klaus Heine Lenhe.

...

Lusa

"Tolerância zero" para fraude e desconformidades nos fundos europeus, defende Elisa Ferreira

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: Correio da Manhã Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=acbbb64a>

Comissária Europeia lembrou, no entanto, que objetivo de "fraude zero" é "muito exigente".

A Comissão Europeia vai ter "tolerância zero" em relação à fraude e às "desconformidades" na utilização dos fundos europeus por parte dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE), garantiu esta segunda-feira a comissária Elisa Ferreira.

"A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades", frisou a comissária, garantindo que a UE estará com uma "atenção redobrada" na utilização dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) nacionais e do orçamento de longo prazo da União, o chamado Quadro Financeiro Plurianual (QFP).

A responsável pela pasta da Coesão e Reformas falava numa conferência sobre os "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada em Lisboa pelo Tribunal de Contas de Portugal e pelo Tribunal de Contas Europeu, na qual explicou como a União irá monitorizar a gestão dos fundos europeus de modo a combater uma eventual fraude.

"Temos uma máquina montada, que já deu provas, e que é uma máquina de parceria com os países, porque seria impensável que ao nível da Comissão Europeia se fizesse o controlo sem uma cooperação", assinalou a comissária europeia, acrescentando que essa cooperação "funciona muito bem e há muitos anos".

Esta parceria entre a Comissão Europeia e os Estados-membros "tem vários níveis", explicou, começando, desde logo, por "uma unidade de gestão para os fundos estruturais", na qual os 27 e o executivo europeu "vão extrair a maturidade e a experiência para agora gerirem os PRR".

No caso de Portugal, Bruxelas conta com a gestão da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, sob a tutela do Ministério do Planeamento, que tem "uma equipa forte" e que, na perspetiva da comissária, "parece a estrutura adequada" para o efeito.

"Há depois o nível de monitorização do próprio Tribunal de Contas, mas também da Inspeção Geral de Finanças", prosseguiu Elisa Ferreira, lembrando também "as equipas de auditoria da própria Comissão Europeia", além dos "auditores independentes dentro da próxima estrutura da Comissão".

Finalmente, a monitorização da gestão dos fundos europeus conta ainda com "uma comissão específica do Parlamento Europeu", referiu a comissária.

Para Elisa Ferreira, "este exercício tem de ser feito com rigidez e a seriedade que a responsabilidade coletiva que a gestão do dinheiro dos contribuintes impõe".

O objetivo de "fraude zero" é, contudo, "muito exigente", salientou a comissária, apontando para os aspetos que "são mais difíceis de monitorizar" neste processo.

"Uma coisa é medir quilómetros de autoestrada, outra coisa é avaliar a qualidade de uma formação", assinalou.

Face a essa dificuldade de monitorização, a Comissão Europeia espera tirar proveito de "toda a capacidade que o mundo digital" oferece nesse sentido, explicou Elisa Ferreira, apontando a ferramenta informática ARACHNE, criada pelo executivo comunitário para apoiar as autoridades na gestão dos fundos estruturais, como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Com o recurso às potencialidades digitais, a Comissão Europeia obterá informação sobre "quem é o beneficiário último" dos fundos europeus, e "até que ponto há ou não há conflito de interesses", uma situação que a comissária qualificou como "absolutamente intolerável".

...

Lusa

Costa lança os dois primeiros concursos do PRR no valor de 260 milhões de euros

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	21/06/2021
Melo:	Dinheiro Vivo Online	Autores:	Luís Reis Ribeiro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=9427219f>

Primeiro-ministro pede para não se duplicarem apoios já que vão estar a correr ao mesmo tempo dois enormes programas de fundos: o Plano de Recuperação e o Portugal 2030. Costa defende que Portugal tem níveis muito baixos de irregularidade e fraudes, em todo o caso.

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, e António Costa, primeiro-ministro de Portugal. Lisboa, 16 de junho de 2021.

© TIAGO PETINGA/LUSA

Comentar

Os dois primeiros concursos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) vão ser lançados esta segunda-feira pelo próprio primeiro-ministro (PM). Abrem assim as candidaturas para se poder usar cerca de 260 milhões de euros em subvenções, as primeiras verbas a fundo perdido para tirar o país da crise provocada pela pandemia.

Um é um programa de atualização das qualificações de adultos, no valor de 130 milhões de euros. O outro, também avaliado em 130 milhões de euros, é para financiar pós-graduações e outros cursos para os mais jovens em áreas científicas e engenharias.

No entanto, António Costa pediu que se gastem bem os muitos milhões de euros dos fundos europeus, evitando "a corrupção e a fraude", e "sem duplicar o financiamento de projetos", garantindo no entanto "adicionalidade", isto é, apoios a projetos que se possam juntar a outros, tentando gerar economias de escala.

Na intervenção de abertura da conferência do Tribunal de Contas de Portugal (TdC) e do Tribunal de Contas Europeu (TCE) sobre "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", o chefe do governo referiu que, ainda assim, Portugal até compara muito bem em termos europeus no que respeita aos indicadores de irregularidade e de fraude na utilização dos fundos.

De acordo com um estudo do TCE relativo a 2019, "o nível de irregularidades de Portugal é claramente inferior à média europeia", que já de si é baixa. Os valores afetados por irregularidades e fraudes ao nível dos fundos da UE representam apenas 0,75% da totalidade dos fundos à escala europeia, disse Costa.

Tribunal de Contas promete "enorme atenção" aos gastos do PRR

O primeiro-ministro salientou que pela primeira vez na História vão estar a correr em simultâneo até 2026 ou 2027 dois grandes programas de fundos europeus e que isso releva a importância do controlo e da fiscalização do Tribunal de Contas, que é presidido por José Tavares.

O presidente do colégio nacional de auditores acenou que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção", sobretudo por causa do PRR.

Tavares prometeu que o seu Tribunal será sempre "construtivo e terá sentido pedagógico na atuação", mas irá "recorrer às tecnologias de informação mais modernas" para controlar e fiscalizar o uso e a gestão dos dinheiros públicos e europeus.

Na mesma conferência, Klaus-Heine Lenhe, o presidente do Tribunal de Contas Europeu avisou que o bom uso dos dinheiros europeus e públicos maximiza a produção de efeitos e de riqueza. "Sem controlo não é possível a boa execução dos fundos europeus. Este controlo deve ser encarado como uma maneira de potenciar a eficiência dos programas", referiu o juiz alemão.

António Costa disse que gastar este dinheiro todo que vai estar disponível não vai ser tarefa fácil. "Temos de executar nos próximos anos o dobro das verbas que costumam ser executadas por isso o controlo tem de ser reforçado", acenou o PM.

Portugal (idem para os outros países da UE) vai ter à disposição o programa normal e plurianual de fundos para a década (novo Portugal 2030), no valor de 33,6 mil milhões de euros em linhas de crédito e subvenções.

Em simultâneo haverá o Programa de Recuperação e Resiliência (contra os efeitos da pandemia), no valor de 13,9 mil milhões de euros essencialmente em subvenções, podendo o governo optar ainda por pedir empréstimos até 2,7 mil milhões de euros.

Costa corta fitas dos primeiros concursos do Plano de Recuperação

Da conferência dos tribunais de contas, Costa seguiu para o referido lançamento dos dois primeiros concursos do PRR.

Segundo explicou o primeiro-ministro, um é o "Programa Impulso Adultos que visa apoiar a conversão e atualização de competências de adultos ativos em formações de curta duração no ensino superior (universidades e politécnicos), de nível inicial e/ou de pós-graduação, assim como a formação ao longo da vida em articulação com empregadores públicos e privados". Valor: 130 milhões de euros para gastar entre 2021 e 2026, tentando abranger "pelo menos 23 mil participantes".

O outro programa, também no valor de 130 milhões de euros em subsídios europeus, chama-se "Impulso Jovens STEAM" e pretende apoiar iniciativas das instituições de ensino superior, incluindo universidades e politécnicos, em consórcio com empregadores (empresas privadas e entidades públicas, "orientadas para aumentar a graduação superior de jovens em áreas de ciências, tecnologias, engenharias, artes/ humanidades e matemática (STEAM - Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics)").

O Impulso Jovem STEAM quer apoiar "10 mil estudantes em cursos de ensino superior em áreas de ciência, tecnologia, engenharia, artes/ humanidades e matemática até ao segundo trimestre de 2025" e subsidiar "ensino experimental de ciências e técnicas e da cultura científica no ensino básico e secundário através do reforço das redes Ciência Viva".

Bruxelas diz que terá "tolerância zero face à fraude"

"A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades", disse nesta mesma conferência a comissária europeia para a Coesão e as Reformas.

Elisa Ferreira acenou que "vamos ter uma atenção redobrada" quanto à forma como se utiliza e gere os Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) nacionais e do orçamento de longo prazo da União, o Quadro Financeiro Plurianual (QFP), que agora está balizado em 2030.

"Temos uma máquina montada, que deu provas, uma máquina de parceria com os países", acrescentou a comissária e antiga administradora do Banco de Portugal.

O principal parceiro da Comissão em Portugal na questão dos fundos é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que é tutelada pelo Ministério do Planeamento, de Nelson Souza. "Tem uma equipa forte", elogiou Elisa Ferreira.

Outros parceiros cruciais são, claro, o Tribunal de Contas e a Inspeção Geral de Finanças.

Ferreira elogiou ainda o governo por ter feito o Portal da Transparência, uma ferramenta que considerou muito útil, até porque promove a confiança nas instituições. E ainda as auditorias independentes que vão ser feitas pelo Parlamento Europeu, em sede de comissão especializada.

A comissária reconheceu que a "fraude zero" é um objetivo "muito exigente" e "difícil de alcançar".

"Uma coisa é medir quilómetros de autoestrada, outra é avaliar a qualidade de uma formação". Nesse sentido, a Comissão Europeia vai começar a usar intensamente uma ferramenta informática chamada ARACHNE.

Através desta plataforma, a CE saberá "quem é o beneficiário último" dos fundos europeus, e "até que ponto há ou não há conflitos de interesses", problema que Elisa Ferreira disse ser "totalmente intolerável".

(atualizado às 13h30 e corrigido o valor no título inicial: são 260 milhões de euros e não 230 milhões)

[Additional Text]:

Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, e António Costa, primeiro-ministro de Portugal

Luís Reis Ribeiro

Luís Reis Ribeiro

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial a gerir fundos europeus

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: Diário de Notícias Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=32a202b2>

"Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos", considerou o primeiro-ministro na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro defendeu que a capacidade de controlo na execução dos fundos é essencial, não apenas por razões financeiras, como também por razões políticas, desde logo para a existência de confiança democrática na forma como é exercido o poder e de confiança recíproca entre os diferentes Estados-membros.

De acordo com António Costa, numa análise ao Portugal 2020, sem os fundos comunitários, o produto interno bruto (PIB) nacional seria 1,9 pontos percentual inferior. Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é 2,3 pontos percentual no PIB.

"A Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do PIB nesse período", completou.

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

"Quer a nível nacional, quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm feito, separando irregularidades e fraude", começou por apontar.

"Sendo genericamente um nível bastante baixo de fraude e de irregularidade em toda a União Europeia, no que diz respeito a Portugal, de acordo com o relatório especial de 2019 do TdC europeu, demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da União Europeia. O nível

de fraude é também inferior à da média da União Europeia, que já de si é bastante baixo", advogou o líder do executivo português.

Em relação à absorção de fundos comunitários por Portugal, o primeiro-ministro também defendeu que é bastante alto e procurou desmontar a ideia de que o seu aproveitamento serviu para a construção de autoestradas.

"Se hoje temos um competitivo setor agroalimentar, tal deve-se em parte à Política Agrícola Comum (PAC), mas também aos programas científico e de desenvolvimento tecnológico", referiu, a título de exemplo.

Na primeira intervenção da sessão, o presidente do TdC, José Tavares, abordou sobretudo a questão do PRR, dizendo que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção".

José Tavares salientou que o TdC assumirá "um papel construtivo e sempre com sentido pedagógico" na sua atuação e que "recorrerá às mais modernas tecnologias de informação", procedendo, por exemplo, à realização de auditorias específicas.

"O PRR apresenta mecanismos de controlo interno robustos e consistentes", disse, antes de o presidente do TdC europeu ter apontado a conferência sobre fundos comunitários como um exemplo de cooperação entre instâncias nacionais e da União Europeia.

"Sem controlo não é possível a boa execução dos fundos europeus. O controlo deve ser sempre encarado como uma forma de aumentar a eficiência dos diferentes programas", sustentou Klaus Heine Lenhe.

Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

O presidente do TdC, José Tavares, assegurou também que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou.

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Atualizado às 11:57

PartilharPartilhar no FacebookTwitterEmailMessengerWhatsappPartilharComentários

[Additional Text]:

O primeiro-ministro, António Costa, durante a conferência Fundos Europeus

DN/Lusa

5 coisas que vão marcar o dia

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	21/06/2021
Melo:	ECO - Economia Online	Autores:	Flávio Nunes

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e1837d49>

Já se pode entrar e sair da Área Metropolitana de Lisboa. Tribunal de Contas promove conferência sobre fundos europeus (que começam a chegar no mês que vem). Estes e outros temas vão marcar o dia.

Já se pode entrar e sair da Área Metropolitana de Lisboa - a restrição, que durou todo o fim de semana, expirou às seis da manhã. Mas também é dia de conferência sobre fundos europeus, uma iniciativa do Tribunal de Contas.

Permitidas entradas e saídas da AML

Desde as 6h00 que os portugueses já podem voltar a circular para fora ou para dentro dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML). A proibição tinha entrado em vigor às 15h00 de sexta-feira, por causa do agravamento da pandemia em toda a região em torno da capital. O concelho de Lisboa está em risco de recuar no desconfinamento e todos os 18 concelhos da AML apresentam, atualmente, incidências da Covid-19 superiores a 120 casos por 100 mil habitantes (acumuladas nos 14 dias até sexta-feira, o último período para o qual há dados disponíveis).

Voos a descolar em Portugal

Em março, 436,3 mil passageiros passaram pelos aeroportos nacionais. O número representou uma queda de 78,1% face ao mesmo mês de 2020. Esta segunda-feira, o Instituto Nacional de Estatística atualizará as estatísticas rápidas do transporte aéreo, que mostrarão se um dos setores mais castigados pela pandemia recuperou de alguma forma no mês de abril, em que se iniciou o desconfinamento depois de um arranque de ano com restrições apertadas por causa da terceira vaga da pandemia.

TdC discute fundos europeus

Vem aí dinheiro de Bruxelas. Espera-se que os primeiros desembolsos do fundo de recuperação europeu cheguem em julho, e com Portugal à cabeça - foi o primeiro país a ver o respetivo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ser aprovado pela Comissão Europeia. A execução será seguida com atenção pelo Tribunal de Contas (TdC). Para já, o organismo promove esta segunda-feira um debate, em conjunto com o Tribunal de Contas Europeu, sobre as prioridades e os desafios subjacentes ao PRR e ao quadro financeiro plurianual. Na agenda estará ainda o tema da governação e do controlo.

Estabilidade financeira em risco?

O Banco de Portugal publica o relatório bianual de estabilidade financeira, um estudo que analisa os principais riscos para a estabilidade financeira, vulnerabilidades subjacentes e desenvolvimentos da política macroprudencial. O documento tem em conta a situação nos mercados financeiros, mas também no mercado imobiliário. Na edição anterior, de dezembro, o supervisor bancário pediu cautela, alertando que o Banco Central Europeu estava a empurrar a banca para o risco na dívida e no

crédito.

Atividade económica em recuperação

O Instituto Nacional de Estatística vai atualizar a síntese económica de conjuntura para o mês de maio. Nos meses de março e abril, o organismo apontou para uma "recuperação significativa da atividade económica, mas para níveis ainda inferiores aos do período homólogo de 2019", ou seja, antes da chegada da pandemia. A divulgação deverá ainda incluir informação sobre o desemprego e o consumo privado.

Flávio Nunes

Costa diz que Portugal se deve "orgulhar" dos fundos europeus. Dois primeiros concursos do PRR arrancam hoje

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 21/06/2021
Meio: ECO - Economia Online Autores: Tiago Varzim

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=b4d5015f>

Primeiro-ministro fez a defesa da utilização dos fundos europeus em Portugal num evento organizado pelo Tribunal de Contas e Tribunal de Contas Europeu. Dois primeiros concursos do PRR arrancam hoje.

O primeiro-ministro argumentou esta segunda-feira que Portugal tem feito uma boa utilização dos fundos europeus e, por isso, o país deve orgulhar-se e não martirizar-se, até porque o nível de irregularidades e de fraude está abaixo da média europeia. No dia em que arrancam os dois primeiros concursos do Plano de Recuperação e Resiliência, António Costa citou estudos que mostram que a economia beneficiou do investimento adicional financiado pela União Europeia.

"Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação", afirmou António Costa na conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade" organizada pelo Tribunal de Contas e Tribunal de Contas Europeu no âmbito da fiscalização e monitorização do PRR. "Não é assim que a Europa nos vê e que não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", garantiu Costa.

O primeiro-ministro garantiu que o "nível de irregularidades em Portugal é claramente inferior à média da União Europeia e que o nível de fraude é também inferior ao da UE, que já de si é bastante baixo (0,75% da totalidade dos fundos à escala europeia)". Costa realçou que este é o instrumento da UE mais escrutinado de todos e que é preciso encontrar um "ponto ótimo" entre "o controlo máximo e a menor burocracia possível".

Segundo um estudo da Universidade do Porto relativo ao Portugal 2020 - que ainda está em curso -, de acordo com Costa, o PIB seria 1,9 pontos percentuais inferior ao que é na ausência do investimento fruto dos fundos comunitários. Contando com a componente nacional que acresce ao financiamento europeu, o PIB seria 2,3 pontos percentuais mais baixo. Além disso, o impacto prolonga-se no futuro durante "50 anos", sendo de 0,7% ao ano.

No final do seu discurso, António Costa assinalou ainda que esta segunda-feira serão abertos os primeiros concursos para financiamento de dois dos "programas fundamentais" do PRR: o Impulso CTEAM e o Impulso Adultos. O objetivo é aumentar o número de licenciados, mestres e doutores nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática. "Para que ninguém fique para trás nos processos de requalificação a que vamos ser sujeitos", concluiu.

O Impulso CTEAM prevê a implementação de programas por instituições de ensino superior (IES), em parceria com empregadores públicos e/ou privados e outras partes interessadas, incluindo escolas secundárias. Está prevista a atribuição de uma bolsa anual de 697 euros por estudante num limite de dez mil estudantes durante os três anos do curso CTEAM, sendo que os jovens do interior ainda podem receber um complemento assim como as mulheres. Já as instituições de ensino superior recebem 7.900 euros por cada novo estudante inscrito nestes cursos "para apoiar parcialmente os custos da modernização e ampliação de instalações para fazer face ao aumento do número de

estudantes.

Já o Impulso Adulto visa aumentar os níveis de qualificação da população adulta com idade superior a 23 anos aumentando as taxas de participação e de conclusão dos adultos nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências - cada adulto participante receberá um apoio financeiro de até 1,25 IAS (548,5 euros em 2021) com um limite de 100 mil pessoas - e desenvolvendo ofertas de ensino superior, como os cursos de curta duração. "O investimento é composto, essencialmente, por subvenções para a execução de programas integrados que envolvam um total de 23 000 alunos no período 2021-2025, que incluem os custos de instalação e equipamento, o apoio aos alunos e as despesas das instituições de ensino superior associadas à prestação dos cursos", pode ler-se na proposta de decisão de execução do Conselho relativa à aprovação da avaliação do PRR nacional.

TdC promete auditorias específicas e acompanhamento "pedagógico"

José Tavares, o novo presidente do Tribunal de Contas, garantiu no seu discurso nesta mesma conferência que o Tribunal de Contas dará uma "enorme atenção" aos fundos do PRR nos próximos anos, tendo mobilizado um grupo de trabalho para preparar a fiscalização concomitante (fiscalizar ao mesmo tempo que os contratos são feitos) que ficou prevista na nova lei dos contratos públicos que tem como objetivo agilizar a execução dos fundos europeus.

O presidente do Tribunal de Contas revelou ainda que serão feitas "auditorias específicas", nomeadamente às vertentes de transição verde e digital do PRR, e que haverá um "acompanhamento" da execução orçamental no que toca aos investimentos do plano.

A atitude do Tribunal de Contas será "construtiva", garantiu José Tavares, e terá um "sentido pedagógico" na sua ação de fiscalização e controlo do uso dos dinheiros públicos e europeus.

Tiago Varzim

Estão lançados os primeiros concursos do PRR num total de 252 milhões

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	21/06/2021
Melo:	Executive Digest Online	Autores:	Inês Amado

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=754222b8>

António Costa lançou esta segunda-feira os dois primeiros concursos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), marcando o início das candidaturas para a canalização de cerca de 260 milhões de euros em subvenções, as primeiras verbas a fundo perdido para tirar o país da crise provocada pela pandemia.

Nas palavras do primeiro-ministro, o PRR tem início com "dois programas fundamentais" de qualificação que estão ligados ao NCoDE.2030, delineados para reforçar a formação da população: Impulso Adultos e Impulso Jovens STEAM.

O primeiro diz respeito à atualização das qualificações de pessoas em idade adulta, num total que ascende 130 milhões de euros, tendo o outro como finalidade financiar pós-graduações para os mais jovens em áreas científicas e engenharias, num total de 122 milhões.

O governante apelou à utilização sensata dos muitos milhões de euros dos fundos europeus, evitando "a corrupção e a fraude", e "sem duplicar o financiamento de projetos" durante a intervenção de abertura da conferência do Tribunal de Contas de Portugal (TdC) e do Tribunal de Contas Europeu (TCE) sobre os "Fundos Europeu: Gestão, Controlo e Responsabilidade".

Segundo António Costa, o primeiro programa visa "apoiar as instituições do ensino superior para aumentarem significativamente o número de formandos de licenciaturas, mestrados e doutoramentos nas áreas das ciências, engenharia, artes, tecnologias e matemáticas".

Quanto ao programa Impulso Adulto, foi concebido para, através de uma parceria entre as empresas e instituições de ensino superior, "alargar o número de licenciaturas de adultos já ativos".

Um estudo do TCE relativo de 2019 refere que "o nível de irregularidades de Portugal é claramente inferior à média europeia", que já de si é baixa. "Os valores afetados por irregularidades e fraudes ao nível dos fundos da UE representam apenas 0,75% da totalidade dos fundos à escala europeia", observou o primeiro-ministro.

Inês Amado

Impacto dos fundos europeus prolonga-se por meio século, diz António Costa

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 21/06/2021
Meio: Expresso Online Autores: Joana Nunes Mateus

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e2899e3d>

Primeiro-ministro revela que fundos do atual quadro comunitário Portugal 2020 aumentarão o PIB português ao longo dos próximos 50 anos. Estudo está a ser realizado pela Universidade do Porto

O primeiro-ministro António Costa revelou esta-segunda feira o impacto que os fundos europeus do atual quadro comunitário 2014-2020 têm crescimento da economia portuguesa.

"O estudo que está em curso pela Universidade do Porto relativamente ao impacto macroeconómico do atual Portugal 2020 demonstra que, sem a existência destes fundos, o nosso produto interno bruto (PIB) seria 1,9% inferior àquilo que é só pela utilização dos fundos", disse na abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", coorganizada pelo Tribunal de Contas de Portugal e pelo Tribunal de Contas Europeu.

"Se tivermos em conta também a componente nacional - que adiciona aos fundos comunitários - o impacto é de 2,3% do nosso PIB", acrescentou.

O primeiro-ministro alertou, contudo, que o impacto na economia portuguesa não se esgota no momento da aplicação das verbas comunitárias. "Não há só impacto no momento da execução, mas ao longo do tempo. Este estudo da Universidade do Porto considera que se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% do PIB ao longo dos próximos 50 anos", disse António Costa.

O primeiro-ministro aludiu também a um estudo realizado pela Comissão Europeia sobre a aplicação dos fundos europeus em Portugal. "Tem até uma avaliação mais generosa do que este estudo realizado pela Universidade do Porto, considerando que 3,2% do PIB português de longo prazo será superior, graças ao impacto da aplicação dos fundos comunitários".

Joana Nunes Mateus

Conferência: Fundos europeus, gestão, controlo e responsabilidade

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Guimarães, agora! Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=758865cf>

O Tribunal de Contas de Portugal e o Tribunal de Contas europeu, promoveram uma conferência conjunta sobre fundos europeus que decorre hoje e amanhã. "Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades", disse o Primeiro-Ministro, António Costa, na sessão de abertura [...]

Destaque

Conferência: Fundos europeus, gestão, controlo e responsabilidade
21 de Junho de 2021

O Tribunal de Contas de Portugal e o Tribunal de Contas europeu, promoveram uma conferência conjunta sobre fundos europeus que decorre hoje e amanhã.

"Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades", disse o Primeiro-Ministro, António Costa, na sessão de abertura da conferência, realizada na Culturgest, em Lisboa.

António Costa afirmou também que "a capacidade de controlo na execução dos fundos é essencial, não apenas por razões financeiras, como também por razões políticas, desde logo para a existência de confiança democrática na forma como é exercido o poder e de confiança recíproca entre os diferentes Estados-membros".

Numa análise ao Portugal 2020, o Primeiro-Ministro, constatou que "sem os fundos comunitários, o produto interno bruto (PIB) nacional seria 1,9 pontos percentual inferior". Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é 2,3 pontos percentual no PIB.

A Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do PIB nesse período , completou.

Mecanismos de fiscalização e controlo

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que os mesmos serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): Quer a nível nacional, quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm feito, separando irregularidades e fraude , disse. Acrescentou que, no que diz respeito a Portugal - e de acordo com o relatório especial de 2019 do TdC europeu - demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da União Europeia. O nível de fraude é também inferior à da média da União Europeia, que já de si é bastante baixo .

"Se hoje temos um competitivo sector agroalimentar, tal deve-se em parte à Política Agrícola Comum..."

Em relação à absorção de fundos comunitários por Portugal, António Costa afirmou que o mesmo é bastante alto: Se hoje temos um competitivo sector agroalimentar, tal deve-se em parte à Política Agrícola Comum (PAC), mas também aos programas científico e de desenvolvimento tecnológico, referiu como exemplo.

A conferência continua amanhã com uma abordagem sobre "a sustentabilidade das finanças públicas, gestão e controlo dos fundos europeus no novo QFP da UE e no PRR de Portugal". O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, encerra a conferência.

In: portugal.gov

© 2021 Guimarães, agora!

Partilhe a sua opinião nos comentários em baixo!

Siga-nos no Facebook, Twitter e Instagram!

Quer falar connosco? Envie um email para geral@guimaraesagora.pt.

PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos - José Tavares

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Impala Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=254f5422>

21 Jun 2021 | 11:50

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

PD // MSF

By Impala News / Lusa

[Additional Text]:

PRR: Tribunal de Contas vai estar

Impala Instagram

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Impala Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=8fddd83d>

21 Jun 2021 | 10:47

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades.

Lisboa, 21 jun 2021 (Lusa) - O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

PMF // ACL

By Impala News / Lusa

[Additional Text]:

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Impala Instagram

Presidente do Tribunal de Contas pede boa execução de fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Inevitável Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=2bee7bd6>

José Tavares apelou que Portugal mostre ter aprendido com a "experiência de anteriores quadros comunitários de apoio".

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, garantiu esta segunda-feira que o organismo vai estar "atento à boa execução" do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português, que foi aprovado no passado dia 16.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, sempre com um pedagógico tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam, e efetivando responsabilidades se for caso disso", prometeu o responsável que falava na conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada pelo TdC e que se realiza esta segunda-feira e terça-feira.

O presidente do Tribunal de Contas defende que o organismo tem um papel importante na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção, na qualidade da organização, no planeamento rigoroso, bem como na eficiência da gestão" das verbas disponibilizadas.

Jornal i

Costa garante que Portugal tem bom "historial" a usar fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Inevitável Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=b662808a>

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", disse o primeiro-ministro.

Para António Costa não há dúvidas: Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas pelo primeiro-ministro na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

"Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos". E acrescentou: "Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta".

Jornal i

Abertos primeiros concursos do PRR

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	21/06/2021
Melo:	Jornal de Notícias Online	Autores:	Hermana Cruz

URL: <https://www.jn.pt/nacional/abertos-primeiros-concursos-do-prr-13857406.html>

O primeiro-ministro António Costa anunciou que esta segunda-feira vão ser abertos os primeiros concursos para financiamento de projetos ao nível do Plano de Recuperação e Resiliência. São concursos com vista a formação no ensino superior.

O primeiro-ministro anunciou, numa conferência promovida pelo Tribunal de Contas sobre os fundos europeus, que esta segunda-feira vão ser abertos os primeiros concursos para financiamento com verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Segundo António Costa, os primeiros projetos a serem apoiados pelo PRR abrangem o ensino superior, em concreto a formação de jovens e a requalificação de adultos. São concursos para dois programas: o Impulso Steam Jovem e o Impulso Adultos. Programas com um pacote global de apoios de 272 milhões de euros.

"O Programa Steam Jovem visa aumentar o número de formandos no ensino superior. O Impulso Adulto visa criar uma parceria entre o sistema empresarial e o ensino superior para alargar a formação de adultos", sintetizou o primeiro-ministro, numa conferência em que prometeu rigor e transparência na gestão dos fundos comunitários, em particular do PRR.

Logo no início da conferência, o presidente do Tribunal de Contas (TC), conselheiro José Tavares, tinha precisamente alertado para o "risco de fraudes" e para "o enorme desafio que o TC tem pela frente" na fiscalização dos fundos comunitários e prometeu: "Vamos recorrer às mais modernas tecnologias. Vamos estar atentos à boa execução, sempre com sentido pedagógico e construtivo, tendo em vista a boa execução e extraindo responsabilidades se for caso disso".

"Nos próximos anos, estamos confrontados com uma necessidade acrescida de rigor e transparência", concordou o primeiro-ministro, prometendo "um permanente controlo da execução", nomeadamente para se evitar um "duplo financiamento" de projetos pelo PRR e pelo Portugal 2030.

Para tal, estão a ser criados vários níveis de fiscalização, referiu António Costa: uma comissão interministerial, presidida pelo primeiro-ministro; uma comissão nacional de acompanhamento, presidida por António Costa e Silva e com dez personalidades representativas de cada uma área estratégica; além de fiscalização técnica, de controlo (com uma Comissão de Auditoria e Controlo), política (pela Assembleia da República) e judicial.

PUB

[Additional Text]:

António Costa anunciou primeiros concursos no âmbito do PRR

Hermana Cruz

Costa diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus e anuncia abertura dos dois primeiros programas do PRR

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	21/06/2021
Meio:	Jornal Económico Online (O)	Autores:	José Varela Rodrigues

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=fa6c734e>

"Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos", realçou o primeiro-ministro na sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada pelo Tribunal de Contas (TdC) e que se realiza esta segunda-feira e terça-feira.

O primeiro-ministro afirmou esta segunda-feira que Portugal tem um bom historial no aproveitamento dos fundos europeus, à margem de uma conferência sobre os fundos europeus. António Costa revelou ainda que, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), abriram hoje os dois primeiros programas de financiamento: as iniciativas Impulso Jovens STEAM e Impulso Adultos.

"Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos", realçou o primeiro-ministro na sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada pelo Tribunal de Contas (TdC) e que se realiza esta segunda-feira e terça-feira, na Culturgest, em Lisboa.

Perante o presidente do TdC, José Tavares, o presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe, e a Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, António Costa defendeu assim que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, criticando a atitude de autoflagelação neste domínio.

"Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", sublinhou o Chefe de Governo. "Não é assim que a Europa nos vê", acrescentou.

Num discurso de cerca de 30 minutos, Costa defendeu ainda que Portugal apresenta indicadores positivos quanto aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, bem como no nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

No final do discurso, António Costa revelou que abriram hoje os dois primeiro programas financiados pelo PRR português: Impulso Jovens STEAM e Impulso Adultos.

A primeira iniciativa "visa desenvolver e apoiar as instituições de Ensino Superior para aumentar significativamente o número de formandos licenciados, mestres e doutores nas áreas das ciências, das engenharias, das artes, das tecnologias e das matemáticas". Já o Impulso Adulto, segundo Costa, "visa criar uma parceria entre o sistema empresarial e o Ensino Superior, tendo em vista alargar o número de licenciaturas nos adultos já ativos, alargando a sua formação".

Isto, "num quadro onde as transições climáticas e as transições digitais vão, seguramente, exigir um reforço significativo das qualificações para que ninguém fique para trás no processo de requalificação que vai ter que ser sujeito".

As duas iniciativas integram o PRR português no capítulo da formação. Ambos os programas estão ligados ao NCoDE.2030, uma iniciativa para melhorar as competências digitais, aprovada a 6 de maio em Conselho de Ministros, e que também faz parte do Plano de Ação para a Transição Digital.

Os dois programas representam um apoio total de 252 milhões de euros, dos quais 122 milhões para o Impulso Jovens STEAM e 130 milhões para o Impulso Adultos.

Foi a 16 de junho que a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou a aprovação pelo executivo comunitário do PRR português, sublinhando que este "irá transformar profundamente a economia" nacional e que os primeiros fundos poderão chegar em julho. Nessa altura, o primeiro-ministro, António Costa, saudou o feito e afirmou que o PRR é um plano "ambicioso e transformador" da economia.

Para financiar a recuperação, a Comissão Europeia vai, em nome da UE, contrair empréstimos nos mercados de capitais até 750 mil milhões de euros a preços de 2018 - ou até cerca de 800 mil milhões de euros a preços correntes -, o que se traduz em empréstimos de cerca de 150 mil milhões de euros por ano, em média, entre meados de 2021 e 2026, fazendo da UE um dos principais mercados emissores.

As verbas vão financiar o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, avaliado em 672,5 mil milhões de euros (a preços de 2018) e elemento central do "Next Generation EU", o fundo de 750 mil milhões de euros aprovado pelos líderes europeus em julho de 2020 para a recuperação económica da UE da crise provocada pela pandemia de covid-19.

O pré-financiamento de 13% do montante total atribuído a cada Estado-membro será disponibilizado aos governos nacionais, tendo em conta a aprovação dos seus planos pelo Conselho de ministros das Finanças da UE (Ecofin). A presidência portuguesa já deu conta da sua disponibilidade para organizar um Ecofin extraordinário no final de junho, se tal for necessário para a adoção do primeiro pacote de planos.

José Varela Rodrigues

Presidente do Tribunal de Contas: "Vamos estar atentos à boa execução do PRR" (com áudio)

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	21/06/2021
Meio:	Jornal Económico Online (O)	Autores:	José Varela Rodrigues

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=90c199ac>

José Tavares garantiu que o Tribunal de Contas vai ter uma intervenção ativa na fiscalização da execução do Plano de Recuperação e Resiliência, na abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", que se realiza esta segunda-feira e terça-feira.

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, afirmou esta segunda-feira que o organismo que fiscaliza e controla o uso dos dinheiros públicos vai estar "atento à boa execução" do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português, aprovado a 16 de junho.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, sempre com um pedagógico tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam, e efetivando responsabilidades se for caso disso", garantiu José Tavares na sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada pelo TdC e que se realiza esta segunda-feira e terça-feira, na Culturgest, em Lisboa.

Num evento que coincide com a presidência portuguesa da União Europeia (UE) e com o início de um novo quadro financeiro plurianual comunitário, bem como com o arranque de execução do PRR, o presidente do TdC apelou a que Portugal mostre ter aprendido com a "experiência de anteriores quadros comunitários de apoio". Quanto ao TdC, José Tavares assegurou que a entidade que lidera "tudo fará para ser um fator de confiança dos cidadãos"

Referindo que o Tribunal de Contas tem um papel ativo a desempenhar no âmbito do PRR, José Tavares considerou "essencial" a prevenção dos "riscos de fraude e corrupção, na qualidade da organização, no planeamento rigoroso, bem como na eficiência da gestão" das verbas disponibilizadas por Bruxelas para relançar a economia.

Nesse sentido, o presidente do TdC sublinhou que o organismo terá uma ação concentrada na fiscalização de questões éticas de gestão, bem como terá atenção a quem exerce funções públicas com responsabilidades no uso dos fundos, bem como na monitorização da "boa e efetiva execução e concretização dos programas, projetos e medidas".

A contratação pública terá assume no âmbito do PRR "uma enorme relevância", alertou José Tavares. "Daí que a observância dos termos da concorrência merecer-nos-á também uma atenção especial", afirmou.

Por isso, José Tavares revelou que o TdC já tem um grupo de trabalho "para dar seguimento" à lei que contempla medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovada a 21 de maio no Parlamento.

A 16 de junho, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou a aprovação pelo executivo comunitário do PRR português, sublinhando que este "irá transformar profundamente a economia" nacional e que os primeiros fundos poderão chegar em julho. Nessa altura, o primeiro-

ministro, António Costa, saudou o feito e afirmou que o PRR é um plano "ambicioso e transformador" da economia.

Para financiar a recuperação, a Comissão Europeia vai, em nome da UE, contrair empréstimos nos mercados de capitais até 750 mil milhões de euros a preços de 2018 - ou até cerca de 800 mil milhões de euros a preços correntes -, o que se traduz em empréstimos de cerca de 150 mil milhões de euros por ano, em média, entre meados de 2021 e 2026, fazendo da UE um dos principais mercados emissores.

As verbas vão financiar o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, avaliado em 672,5 mil milhões de euros (a preços de 2018) e elemento central do "Next Generation EU", o fundo de 750 mil milhões de euros aprovado pelos líderes europeus em julho de 2020 para a recuperação económica da UE da crise provocada pela pandemia de covid-19.

O pré-financiamento de 13% do montante total atribuído a cada Estado-membro será disponibilizado aos governos nacionais, tendo em conta a aprovação dos seus planos pelo Conselho de ministros das Finanças da UE (Ecofin). A presidência portuguesa já deu conta da sua disponibilidade para organizar um Ecofin extraordinário no final de junho, se tal for necessário para a adoção do primeiro pacote de planos.

José Varela Rodrigues Nuno Braga (versão áudio)

Gestão, controlo e responsabilidade: Tribunal de Contas debate fundos europeus. Veja em direto

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: Jornal Económico Online (O)

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=18532c0a>

Sob o mote "Gestão, Controlo e Responsabilidade, o Tribunal de Contas debate os fundos europeus na Culturgest em Lisboa. Esta conferência é uma iniciativa dos Tribunais de Contas Europeus. Veja em direto.

O Tribunal de Contas promove esta segunda-feira, na Culturgest em Lisboa, uma conferência a propósito dos fundos europeus sob o mote "Gestão, Controlo e Responsabilidade.

Acompanhe aqui a conferência em direto.

Jornal Económico Multimédia

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Lusa Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=b1bbe169>

Lisboa, 21 jun 2021 (Lusa) - O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

UE/Presidência: "Tolerância zero" para fraude e desconformidades nos fundos europeus

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: Lusa Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e40c911f>

Lisboa, 21 jun 2021 (Lusa) - A Comissão Europeia vai ter "tolerância zero" em relação à fraude e às "desconformidades" na utilização dos fundos europeus por parte dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE), garantiu hoje a comissária Elisa Ferreira.

"A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades", frisou a comissária, garantindo que a UE estará com uma "atenção redobrada" na utilização dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) nacionais e do orçamento de longo prazo da União, o chamado Quadro Financeiro Plurianual (QFP).

A responsável pela pasta da Coesão e Reformas falava numa conferência sobre os "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada em Lisboa pelo Tribunal de Contas de Portugal e pelo Tribunal de Contas Europeu, na qual explicou como a União irá monitorizar a gestão dos fundos europeus de modo a combater uma eventual fraude.

"Temos uma máquina montada, que já deu provas, e que é uma máquina de parceria com os países, porque seria impensável que ao nível da Comissão Europeia se fizesse o controlo sem uma cooperação", assinalou a comissária europeia, acrescentando que essa cooperação "funciona muito bem e há muitos anos".

Esta parceria entre a Comissão Europeia e os Estados-membros "tem vários níveis", explicou, começando, desde logo, por "uma unidade de gestão para os fundos estruturais", na qual os 27 e o executivo europeu "vão extrair a maturidade e a experiência para agora gerirem os PRR".

No caso de Portugal, Bruxelas conta com a gestão da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, sob a tutela do Ministério do Planeamento, que tem "uma equipa forte" e que, na perspetiva da comissária, "parece a estrutura adequada" para o efeito.

"Há depois o nível de monitorização do próprio Tribunal de Contas, mas também da Inspeção Geral de Finanças", prosseguiu Elisa Ferreira, lembrando também "as equipas de auditoria da própria Comissão Europeia", além dos "auditores independentes dentro da próxima estrutura da Comissão".

Finalmente, a monitorização da gestão dos fundos europeus conta ainda com "uma comissão específica do Parlamento Europeu", referiu a comissária.

Para Elisa Ferreira, "este exercício tem de ser feito com rigidez e a seriedade que a responsabilidade coletiva que a gestão do dinheiro dos contribuintes impõe".

O objetivo de "fraude zero" é, contudo, "muito exigente", salientou a comissária, apontando para os aspetos que "são mais difíceis de monitorizar" neste processo.

"Uma coisa é medir quilómetros de autoestrada, outra coisa é avaliar a qualidade de uma formação",

assinalou.

Face a essa dificuldade de monitorização, a Comissão Europeia espera tirar proveito de "toda a capacidade que o mundo digital" oferece nesse sentido, explicou Elisa Ferreira, apontando a ferramenta informática ARACHNE, criada pelo executivo comunitário para apoiar as autoridades na gestão dos fundos estruturais, como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Com o recurso às potencialidades digitais, a Comissão Europeia obterá informação sobre "quem é o beneficiário último" dos fundos europeus, e "até que ponto há ou não há conflito de interesses", uma situação que a comissária qualificou como "absolutamente intolerável".

BYC // ANP

Lusa/fim

(ppue2021)

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Minho Online (O)

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=d36b7aff>

Política

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Redação

Fundos europeus? "Temos um historial de que nos devemos orgulhar"

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: MultiNews Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=17eb4671>

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Share

MultiNews com Lusa

PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos - José Tavares

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Mundo Atual Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=d38c3bb6>

Redação, 21 jun 2021 (Lusa) - O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

PD // MSF

Lusa/Fim

LUSA

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Mundo Atual Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=5ae8ff41>

Lisboa, 21 jun 2021 (Lusa) - O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

PMF // ACL

Lusa/fim

LUSA

Presidente do Tribunal de Contas pede boa execução de fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Nascer do Sol Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=99a3e61f>

José Tavares apelou que Portugal mostre ter aprendido com a 'experiência de anteriores quadros comunitários de apoio'.

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, garantiu esta segunda-feira que o organismo vai estar "atento à boa execução" do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português, que foi aprovado no passado dia 16.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, sempre com um pedagógico tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam, e efetivando responsabilidades se for caso disso", prometeu o responsável que falava na conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada pelo TdC e que se realiza esta segunda-feira e terça-feira.

O presidente do Tribunal de Contas defende que o organismo tem um papel importante na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção, na qualidade da organização, no planeamento rigoroso, bem como na eficiência da gestão" das verbas disponibilizadas.

Redação

Costa garante que Portugal tem bom 'historial' a usar fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Nascer do Sol Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=7c97ca4c>

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", disse o primeiro-ministro.

Para António Costa não há dúvidas: Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas pelo primeiro-ministro na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

"Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos". E acrescentou: "Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta".

Redação

Arrancam hoje os dois primeiros concursos financiados pelo PRR

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	21/06/2021
Melo:	Negócios Online	Autores:	Margarida Peixoto

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e289b78>

Impulso Jovem STEAM e impulso Adulto são os dois primeiros concursos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) a ser lançados. Primeiro-ministro diz que o país pode "encarar o futuro com confiança" porque tem os recursos necessários e a capacidade de execução.

Os primeiros dois concursos financiados pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) vão abrir esta segunda-feira, anunciou o primeiro-ministro, António Costa, na conferência conjunta sobre "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada pelo Tribunal de Contas de Portugal e pelo Tribunal de Contas Europeu.

"Hoje mesmo serão abertos os primeiros dois concursos para financiamento do programa Impulso STEAM", e para o programa "Impulso Adulto", disse o primeiro-ministro, no final de uma intervenção onde sublinhou que o país vai ter de ser capaz, nos próximos anos, de "executar o dobro dos recursos que habitualmente executa", sem que isso implique uma quebra no controlo e fiscalização.

Em causa estão duas iniciativas direcionadas ao ensino superior. O programa Impulso Jovem STEAM visa apoiar as instituições do ensino superior para aumentar o número de formandos, licenciados, mestres e doutores nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia Artes e Matemática, explicou António Costa. O Impulso Adulto visa criar uma "parceria entre o sistema empresarial e o sistema de ensino superior para aumentar o número de adultos com qualificações superiores", acrescentou.

Segundo informação que tinha sido já avançada pelo ministro do Ensino Superior, Manuel Heitor, estes dois programas implicam um pacote de financiamento de cerca de 272 milhões de euros.

Este é assim o pontapé de partida do PRR português, que implica um conjunto de fundos no valor de 16,6 mil milhões de euros, e que terá de ser executado até 2026.

O "ponto ótimo" entre o máximo de controlo e o mínimo de burocracia

António Costa sublinhou que a política dos fundos estruturais comunitários "é a mais escrutinada" a nível europeu e que agora o país terá de encontrar "o ponto ótimo" entre uma execução com "o máximo de controlo e a menor burocracia possível".

Mas mostrou-se confiante. Garantiu que os números revelam uma existência "genericamente baixa", tanto de irregularidades como de fraudes, a nível europeu nos fundos comunitários. Portugal tem indicadores abaixo da média, assegurou.

Depois, frisou que a dúvida sobre o impacto da utilização dos fundos deve ser desfeita, na medida em que os estudos apontam no sentido de um efeito bastante positivo e prolongado. O primeiro-ministro citou um estudo da Universidade do Porto sobre o impacto do PT2020 para assegurar que sem estes fundos, o PIB português seria "1,9 pontos inferior ao que é" e que, considerando também a componente nacional dos investimentos feitos à boleia dos fundos estruturais, "o impacto é de 2,3% no PIB".

Costa garantiu ainda que o estudo demonstra um impacto que perdura "nos próximos 50 anos", na ordem dos 0,7% do PIB e que a Comissão Europeia chegou a valores ainda mais encorajadores sobre os efeitos em Portugal dos fundos europeus.

Além disso, defendeu, há que ter em conta os "impactos na área social", como por exemplo a capacidade de ultrapassar as metas de abandono escolar precoce ou melhorar a inovação.

Margarida Peixoto margaridapeixoto@negocios.pt

PRR. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=1fe91d9>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Lusa

Costa contra autoflagelação. Portugal tem bom "historial" a usar fundos

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=ba5670e9>

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Lusa

António Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: Notícias de Coimbra Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=77874819>

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Notícias de Coimbra com Lusa

Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: Notícias de Coimbra Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=20189e28>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Notícias de Coimbra

Tribunal de Contas vai estar atento à boa execução dos fundos do PRR, diz José Tavares

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: NOVO Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=b463ec79>

Presidente do TdC destacou a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação e avançou que o tribunal dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos.

(

ANTÓNIO COTRIM / LUSA)

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou esta segunda-feira que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, sempre no sentido pedagógico e construtivo, tendo em vista a aplicação efectiva dos fundos aos fins a que se destinam e efectivando responsabilidades, quando for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Defendendo que se tirem "lições da experiência de anteriores quadros comunitários de apoio", o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

José Tavares destacou a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação e avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Na mesma linha, o presidente do Tribunal de Contas Europeu, Klaus-Heiner Lenhe, garantiu que esta entidade, "juntamente com os parceiros dos Estados-membros, estará presente para ajudar a garantir que os desafios possam ser enfrentados de modo que as oportunidades estejam à altura de seu pleno potencial".

"O quadro e as disposições legais necessárias para recuperação da Europa face à pandemia estão em vigor, incluindo as que permitem à União Europeia começar a contrair empréstimos nos mercados financeiros. Dependerá agora da gestão eficaz e eficiente da gestão dos fundos disponíveis se estes estarão à altura do seu pleno potencial para ajudar a Europa a ultrapassar a crise pandémica e a tornar mais sustentável e resiliente do que antes", sustentou.

Contudo, sublinhou Klaus-Heiner Lenhe, "eficácia e eficiência não podem ser alcançadas sem os necessários mecanismos de controle e responsabilização" que, ainda assim, "não devem ser vistos como um dever laborioso e oneroso que impeça a gestão eficaz e eficiente dos fundos".

"Acredito firmemente que as auditorias de desempenho, bem seleccionadas, são necessárias para prestar contas a fim de garantir que este instrumento de crise tenha o maior impacto possível", afirmou o presidente do TdC europeu.

Neste âmbito, o responsável disse estar já em curso "uma auditoria sobre a avaliação da Comissão [Europeia] aos planos nacionais de recuperação e a resiliência, sob a liderança de Ivanna Maletic, que é uma das peritas do tribunal nesta matéria".

Na sua intervenção, Klaus-Heiner Lenhe destacou ainda os fundos do mecanismo de recuperação resiliência "não se destinam apenas a abordar o impacto económico e social da pandemia da covid-19 na Europa, mas também apoiarão as economias dos Estados membros na realização das transições verdes e digitais necessárias para contribuir para construir uma União sustentável e resiliente para o futuro".

"Se a União Europeia conseguir, de facto, conjugar a sua recuperação com uma transição bem-sucedida para uma economia europeia digital e ambientalmente sustentável, então poderá eventualmente transformar esta crise em algo que não posso dizer que será positivo, mas será, pelo menos, construtivo", disse.

No painel da conferência destinado a debater as "Prioridades e desafios subjacentes ao QFP/PRR", o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, apontou as "três dimensões" em que gostaria que Portugal se transformasse com recurso aos novos fundos europeus disponíveis: "Daqui a 10 anos gostaria de um país mais justo, equilibrado e coeso; de um Portugal mais criador, inovador e produtivo; e de um país mais sustentável".

Considerando que esta é "uma oportunidade única de ter recursos que praticamente dobram as oportunidades em matéria de capacidade de fazer coisas", o governante alertou que devem, contudo, ser "assumidas determinadas precauções", sendo uma delas que os 14.000 milhões de euros em subvenções previstos no orçamento do PRR não se devem "adicionar pura e simplesmente aos objectivos da política de coesão".

"Isto não faz sentido, porque não dava oportunidade de respondermos a algumas necessidades que, decorrendo da pandemia, são neste momento mais prioritárias e, por outro lado, de aproveitar este acréscimo para incentivar determinado tipo de estratégias que normalmente não prosseguimos", sustentou.

Como exemplo, apontou a descapitalização das empresas portuguesas, uma questão agravada pela crise sanitária, mas que era já um problema estrutural no país, e que o PRR assume como "primeira grande prioridade", com "1.300 milhões de euros para poder acudir de forma musculada" a este tema.

Outro exemplo avançado por Nelson de Sousa foi o "investimento normal em inovação, qualificação e internacionalização", que foi "prosseguido de forma bastante extensiva no Portugal 2020 e vai continuar a existir no âmbito do Portugal 2030".

Já no PRR, o que se pretende "é mais um apoio direccionado para um outro tipo de projectos empresariais, chamados projectos mobilizadores das agendas de inovação, que são verdadeiramente estruturantes e que contribuam para alteração do perfil de especialização da economia portuguesa", disse.

Ler mais

Lusa

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: NOVO Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=7231d96c>

Estas posições foram transmitidas pelo primeiro-ministro na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa.

(

ANTÓNIO COTRIM / LUSA)

O primeiro-ministro considerou esta segunda-feira que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Ler mais

Lusa

Comissão Europeia vai ter "tolerância zero" para fraude e desconformidades nos fundos europeus

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: NOVO Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=a2871704>

Comissária Elisa Ferreira garantiu que a UE estará com uma "atenção redobrada" na utilização dos Planos de Recuperação e Resiliência nacionais e do orçamento de longo prazo da União.

(

ANTÓNIO COTRIM / LUSA)

A Comissão Europeia vai ter "tolerância zero" em relação à fraude e às "desconformidades" na utilização dos fundos europeus por parte dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE), garantiu esta segunda-feira a comissária Elisa Ferreira.

"A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades", frisou a comissária, garantindo que a UE estará com uma "atenção redobrada" na utilização dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) nacionais e do orçamento de longo prazo da União, o chamado Quadro Financeiro Plurianual (QFP).

A responsável pela pasta da Coesão e Reformas falava numa conferência sobre os "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada em Lisboa pelo Tribunal de Contas de Portugal e pelo Tribunal de Contas Europeu, na qual explicou como a União irá monitorizar a gestão dos fundos europeus de modo a combater uma eventual fraude.

"Temos uma máquina montada, que já deu provas, e que é uma máquina de parceria com os países, porque seria impensável que ao nível da Comissão Europeia se fizesse o controlo sem uma cooperação", assinalou a comissária europeia, acrescentando que essa cooperação "funciona muito bem e há muitos anos".

Esta parceria entre a Comissão Europeia e os Estados-membros "tem vários níveis", explicou, começando, desde logo, por "uma unidade de gestão para os fundos estruturais", na qual os 27 e o executivo europeu "vão extrair a maturidade e a experiência para agora gerirem os PRR".

No caso de Portugal, Bruxelas conta com a gestão da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, sob a tutela do Ministério do Planeamento, que tem "uma equipa forte" e que, na perspectiva da comissária, "parece a estrutura adequada" para o efeito.

"Há depois o nível de monitorização do próprio Tribunal de Contas, mas também da Inspeção Geral de Finanças", prosseguiu Elisa Ferreira, lembrando também "as equipas de auditoria da própria Comissão Europeia", além dos "auditores independentes dentro da próxima estrutura da Comissão".

Finalmente, a monitorização da gestão dos fundos europeus conta ainda com "uma comissão específica do Parlamento Europeu", referiu a comissária.

Para Elisa Ferreira, "este exercício tem de ser feito com rigidez e a seriedade que a responsabilidade colectiva que a gestão do dinheiro dos contribuintes impõe".

O objectivo de "fraude zero" é, contudo, "muito exigente", salientou a comissária, apontando para os aspectos que "são mais difíceis de monitorizar" neste processo.

"Uma coisa é medir quilómetros de auto-estrada, outra coisa é avaliar a qualidade de uma formação", assinalou.

Face a essa dificuldade de monitorização, a Comissão Europeia espera tirar proveito de "toda a capacidade que o mundo digital" oferece nesse sentido, explicou Elisa Ferreira, apontando a ferramenta informática ARACHNE, criada pelo executivo comunitário para apoiar as autoridades na gestão dos fundos estruturais, como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Com o recurso às potencialidades digitais, a Comissão Europeia obterá informação sobre "quem é o beneficiário último" dos fundos europeus, e "até que ponto há ou não há conflito de interesses", uma situação que a comissária qualificou como "absolutamente intolerável".

Ler mais

Lusa

Presidência da UE. Elisa Ferreira afirma que deve haver "tolerância zero" para fraude e desconformidades nos fundos europeus

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: Observador Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=c61cca10>

O objetivo de "fraude zero" é, contudo, "muito exigente", disse a comissária, apontando para aspetos que "são mais difíceis de monitorizar" como a formação.

A Comissão Europeia vai ter "tolerância zero" em relação à fraude e às "desconformidades" na utilização dos fundos europeus por parte dos 27 Estados-membros da União Europeia (UE), garantiu esta segunda-feira a comissária Elisa Ferreira.

"A nossa tolerância é zero relativamente à fraude, mas também em relação às desconformidades", frisou a comissária, garantindo que a UE estará com uma "atenção redobrada" na utilização dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) nacionais e do orçamento de longo prazo da União, o chamado Quadro Financeiro Plurianual (QFP).

A responsável pela pasta da Coesão e Reformas falava numa conferência sobre os "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidade", organizada em Lisboa pelo Tribunal de Contas de Portugal e pelo Tribunal de Contas Europeu, na qual explicou como a União irá monitorizar a gestão dos fundos europeus de modo a combater uma eventual fraude.

"Temos uma máquina montada, que já deu provas, e que é uma máquina de parceria com os países, porque seria impensável que ao nível da Comissão Europeia se fizesse o controlo sem uma cooperação", assinalou a comissária europeia, acrescentando que essa cooperação "funciona muito bem e há muitos anos".

PUB . CONTINUE A LER A SEGUIR

Esta parceria entre a Comissão Europeia e os Estados-membros "tem vários níveis", explicou, começando, desde logo, por "uma unidade de gestão para os fundos estruturais", na qual os 27 e o executivo europeu "vão extrair a maturidade e a experiência para agora gerirem os PRR". No caso de Portugal, Bruxelas conta com a gestão da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, sob a tutela do Ministério do Planeamento, que tem "uma equipa forte" e que, na perspetiva da comissária, "parece a estrutura adequada" para o efeito.

"Há depois o nível de monitorização do próprio Tribunal de Contas, mas também da Inspeção Geral de Finanças", prosseguiu Elisa Ferreira, lembrando também "as equipas de auditoria da própria Comissão Europeia", além dos "auditores independentes dentro da próxima estrutura da Comissão". Finalmente, a monitorização da gestão dos fundos europeus conta ainda com "uma comissão específica do Parlamento Europeu", referiu a comissária.

Para Elisa Ferreira, "este exercício tem de ser feito com rigidez e a seriedade que a responsabilidade coletiva que a gestão do dinheiro dos contribuintes impõe". O objetivo de "fraude zero" é, contudo, "muito exigente", salientou a comissária, apontando para os aspetos que "são mais difíceis de monitorizar" neste processo. "Uma coisa é medir quilómetros de autoestrada, outra coisa é avaliar a

qualidade de uma formação", assinalou.

Face a essa dificuldade de monitorização, a Comissão Europeia espera tirar proveito de "toda a capacidade que o mundo digital" oferece nesse sentido, explicou Elisa Ferreira, apontando a ferramenta informática ARACHNE, criada pelo executivo comunitário para apoiar as autoridades na gestão dos fundos estruturais, como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Com o recurso às potencialidades digitais, a Comissão Europeia obterá informação sobre "quem é o beneficiário último" dos fundos europeus, e "até que ponto há ou não há conflito de interesses", uma situação que a comissária qualificou como "absolutamente intolerável".

Agência Lusa

Plano de Recuperação e Resiliência. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos, assegura presidente

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Observador Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=69bbbd15>

José Tavares aponta o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos, mas também na garantia de qualidade da organização.

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou esta segunda-feira que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, sempre no sentido pedagógico e construtivo, tendo em vista a aplicação efetiva dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, quando for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Defendendo que se tirem "lições da experiência de anteriores quadros comunitários de apoio", o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19.

José Tavares destacou a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação e avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

PUB . CONTINUE A LER A SEGUIR

Na mesma linha, o presidente do Tribunal de Contas Europeu, Klaus-Heiner Lenhe, garantiu que esta entidade, "juntamente com os parceiros dos Estados-membros, estará presente para ajudar a garantir que os desafios possam ser enfrentados de modo que as oportunidades estejam à altura de seu pleno potencial".

O quadro e as disposições legais necessárias para recuperação da Europa face à pandemia estão em vigor, incluindo as que permitem à União Europeia começar a contrair empréstimos nos mercados financeiros. Dependerá agora da gestão eficaz e eficiente da gestão dos fundos disponíveis se estes estarão à altura do seu pleno potencial para ajudar a Europa a ultrapassar a crise pandémica e a tornar mais sustentável e resiliente do que antes", sustentou.

Contudo, sublinhou Klaus-Heiner Lenhe, "eficácia e eficiência não podem ser alcançadas sem os necessários mecanismos de controle e responsabilização" que, ainda assim, "não devem ser vistos como um dever laborioso e oneroso que impeça a gestão eficaz e eficiente dos fundos". "Acredito

firmemente que as auditorias de desempenho, bem selecionadas, são necessárias para prestar contas a fim de garantir que este instrumento de crise tenha o maior impacto possível", afirmou o presidente do TdC europeu.

Neste âmbito, o responsável disse estar já em curso "uma auditoria sobre a avaliação da Comissão [Europeia] aos planos nacionais de recuperação e a resiliência, sob a liderança de Ivanna Maletic, que é uma das peritas do tribunal nesta matéria".

Na sua intervenção, Klaus-Heiner Lenhe destacou ainda os fundos do mecanismo de recuperação resiliência "não se destinam apenas a abordar o impacto económico e social da pandemia da covid-19 na Europa, mas também apoiarão as economias dos Estados membros na realização das transições verdes e digitais necessárias para contribuir para construir uma União sustentável e resiliente para o futuro".

Se a União Europeia conseguir, de facto, conjugar a sua recuperação com uma transição bem-sucedida para uma economia europeia digital e ambientalmente sustentável, então poderá eventualmente transformar esta crise em algo que não posso dizer que será positivo, mas será, pelo menos, construtivo", disse.

No painel da conferência destinado a debater as "Prioridades e desafios subjacentes ao QFP/PRR", o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, apontou as "três dimensões" em que gostaria que Portugal se transformasse com recurso aos novos fundos europeus disponíveis: "Daqui a 10 anos gostaria de um país mais justo, equilibrado e coeso; de um Portugal mais criador, inovador e produtivo; e de um país mais sustentável".

Considerando que esta é "uma oportunidade única de ter recursos que praticamente dobram as oportunidades em matéria de capacidade de fazer coisas", o governante alertou que devem, contudo, ser "assumidas determinadas precauções", sendo uma delas que os 14.000 milhões de euros em subvenções previstos no orçamento do PRR não se devem "adicionar pura e simplesmente aos objetivos da política de coesão".

Isto não faz sentido, porque não dava oportunidade de respondermos a algumas necessidades que, decorrendo da pandemia, são neste momento mais prioritárias e, por outro lado, de aproveitar este acréscimo para incentivar determinado tipo de estratégias que normalmente não prosseguimos", sustentou.

Como exemplo, apontou a descapitalização das empresas portuguesas, uma questão agravada pela crise sanitária, mas que era já um problema estrutural no país, e que o PRR assume como "primeira grande prioridade", com "1.300 milhões de euros para poder acudir de forma musculada" a este tema.

Outro exemplo avançado por Nelson de Sousa foi o "investimento normal em inovação, qualificação e internacionalização", que foi "prosseguido de forma bastante extensiva no Portugal 2020 e vai continuar a existir no âmbito do Portugal 2030".

Já no PRR, o que se pretende "é mais um apoio direcionado para um outro tipo de projetos empresariais, chamados projetos mobilizadores das agendas de inovação, que são verdadeiramente estruturantes e que contribuam para alteração do perfil de especialização da economia portuguesa", disse.

Artigo atualizado às 13h45

Agência Lusa

Costa contra autoflagelação, diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Observador Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=a0cb1e1>

"Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos", disse o primeiro-ministro.

O primeiro-ministro considerou esta segunda-feira que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe. Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos. Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro defendeu que a capacidade de controlo na execução dos fundos é essencial, não apenas por razões financeiras, como também por razões políticas, desde logo para a existência de confiança democrática na forma como é exercido o poder e de confiança recíproca entre os diferentes Estados-membros.

PUB . CONTINUE A LER A SEGUIR

De acordo com António Costa, numa análise ao Portugal 2020, sem os fundos comunitários, o produto interno bruto (PIB) nacional seria 1,9 pontos percentual inferior. Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é 2,3 pontos percentual no PIB. "A Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do PIB nesse período", completou.

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). "Quer a nível nacional, quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm feito, separando irregularidades e fraude", começou por apontar.

"Sendo genericamente um nível bastante baixo de fraude e de irregularidade em toda a União Europeia, no que diz respeito a Portugal, de acordo com o relatório especial de 2019 do TdC europeu, demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da União Europeia. O nível de fraude é também inferior à da média da União Europeia, que já de si é bastante baixo", advogou o

líder do executivo português.

Em relação à absorção de fundos comunitários por Portugal, o primeiro-ministro também defendeu que é bastante alto e procurou desmontar a ideia de que o seu aproveitamento serviu para a construção de autoestradas. "Se hoje temos um competitivo setor agroalimentar, tal deve-se em parte à Política Agrícola Comum (PAC), mas também aos programas científico e de desenvolvimento tecnológico", referiu, a título de exemplo.

Na primeira intervenção da sessão, o presidente do TdC, José Tavares, abordou sobretudo a questão do PRR, dizendo que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção". José Tavares salientou que o TdC assumirá "um papel construtivo e sempre com sentido pedagógico" na sua atuação e que "recorrerá às mais modernas tecnologias de informação", procedendo, por exemplo, à realização de auditorias específicas.

"O PRR apresenta mecanismos de controlo interno robustos e consistentes", disse, antes de o presidente do TdC europeu ter apontado a conferência sobre fundos comunitários como um exemplo de cooperação entre instâncias nacionais e da União Europeia. "Sem controlo não é possível a boa execução dos fundos europeus. O controlo deve ser sempre encarado como uma forma de aumentar a eficiência dos diferentes programas", sustentou Klaus Heine Lenhe.

Agência Lusa

Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Porto Canal Online

URL: <http://portocanal.sapo.pt/noticia/268951>

Redação, 21 jun 2021 (Lusa) -- O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

PD // MSF

Lusa/Fim

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Porto Canal Online

URL: <http://portocanal.sapo.pt/noticia/268941>

Lisboa, 21 jun 2021 (Lusa) - O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

PMF // ACL

Lusa/fim

Abertos primeiros concursos do PRR

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 21/06/2021

Melo: PressNET Online

URL: <https://pressnet.pt/2021/06/21/abertos-primeiros-concursos-do-prr/>

O primeiro-ministro António Costa anunciou que esta segunda-feira vão ser abertos os primeiros concursos para financiamento de projetos ao nível do Plano de Recuperação e Resiliência. São concursos com vista a formação no ensino superior.

O primeiro-ministro anunciou, numa conferência promovida pelo Tribunal de Contas sobre os fundos europeus, que esta segunda-feira vão ser abertos os primeiros concursos para financiamento com verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Segundo António Costa, os primeiros projetos a serem apoiados pelo PRR abrangem o ensino superior, em concreto a formação de jovens e a requalificação de adultos. São concursos para dois programas: o Impulso Steam Jovem e o Impulso Adultos. Programas com um pacote global de apoios de 272 milhões de euros.

"O Programa Steam Jovem visa aumentar o número de formandos no ensino superior. O Impulso Adulto visa criar uma parceria entre o sistema empresarial e o ensino superior para alargar a formação de adultos", sintetizou o primeiro-ministro, numa conferência em que prometeu rigor e transparência na gestão dos fundos comunitários, em particular do PRR.

Logo no início da conferência, o presidente do Tribunal de Contas (TC), conselheiro José Tavares, tinha precisamente alertado para o "risco de fraudes" e para "o enorme desafio que o TC tem pela frente" na fiscalização dos fundos comunitários E prometeu: "Vamos recorrer às mais modernas tecnologias. Vamos estar atentos à boa execução, sempre com sentido pedagógico e construtivo, tendo em vista a boa execução e extraindo responsabilidades se for caso disso".

"Nos próximos anos, estamos confrontados com uma necessidade acrescida de rigor e transparência", concordou o primeiro-ministro, prometendo "um permanente controlo da execução", nomeadamente para se evitar um "duplo financiamento" de projetos pelo PRR e pelo Portugal 2030.

Para tal, estão a ser criados vários níveis de fiscalização, referiu António Costa: uma comissão interministerial, presidida pelo primeiro-ministro; uma comissão nacional de acompanhamento, presidida por António Costa e Silva e com dez personalidades representativas de cada uma área estratégica; além de fiscalização técnica, de controlo (com uma Comissão de Auditoria e Controlo), política (pela Assembleia da República) e judicial.

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Primeiro de Janeiro Online (O)

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=368035a3>

3,72 mil milhões de euros até 2024 sem luz verde da UE para a TAP.

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos.

Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta, acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus

Home Economia. Empresas e Empresários Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Opj Opj

21 Junho, 2021

Economia. Empresas e Empresários

3,72 mil milhões de euros até 2024 sem luz verde da UE para a TAP.

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta",

acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus

Opj Opj

Primeiros concursos do PRR lançados hoje

Tipo Melo:	Internet	Data Publicação:	21/06/2021
Melo:	Público Online	Autores:	Marta Moitinho Oliveira

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=961f490c>

O tiro de partida do PRR começa com o lançamento de concursos para reforçar a formação nas áreas científicas e das artes e para adultos no activo mas sem licenciatura. Costa assinala níveis "baixos" de fraude em pacotes anteriores. Elisa Ferreira fala em "tolerância zero" da Comissão Europeia.

Portugal dá nesta segunda-feira o tiro de partida na execução do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), com o lançamento dos primeiros concursos, anunciou o primeiro-ministro. António Costa considerou que o PRR arranca com "dois programas fundamentais", ambos para reforçar a formação das pessoas.

O anúncio do chefe do Governo foi feito na sessão de abertura da conferência organizada pelo Tribunal de Contas sobre os fundos europeus e que acontece poucos dias depois de a Comissão Europeia ter aprovado o PRR português.

"Hoje mesmo serão abertos os primeiros concursos de financiamento" do PRR que tem um pacote global de cerca de 16,6 mil milhões de euros para Portugal usar até 2026, disse Costa.

"São dois programas fundamentais do PRR", justificou, revelando que será pelo Impulso Steam e pelo Impulso Adulto que arranca o lançamento dos concursos. O primeiro-ministro adiantou que no caso do primeiro programa o objectivo é "apoiar as instituições do ensino superior para aumentarem significativamente o número de formandos de licenciaturas, mestrados e doutoramentos nas áreas das ciências, engenharia, artes, tecnologias e matemáticas".

O Impulso Adulto serve para, através de uma parceria entre as empresas e as universidades, "alargar o número de licenciaturas de adultos já activos". Ou seja, pessoas que já estão no mercado de trabalho mas que não têm licenciatura.

António Costa mostrou "total confiança" no Tribunal de Contas e nas restantes instituições que em Portugal na forma como fiscalizam a utilização de fundos europeus, realçando também que os níveis de má utilização dos fundos são baixos. Costa referiu "um relatório do Tribunal de Contas Europeu de 2019 que mostra que o nível de irregularidades em Portugal é claramente inferior à média da União Europeia. E de fraude também - que já de si é bastante baixa, de 0,75% da totalidade de fundos à escala europeia".

Antes, o presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, prometeu pedagogia no controlo e a comissária europeia da Coesão, Elisa Ferreira, garantiu "tolerância zero" no combate à "fraude e às desconformidades". Elisa Ferreira defendeu que o "ideal" era que todos os países partilhassem a base de dados comum a nível europeu, através da qual será possível saber "que é o beneficiário último [dos fundos europeus], em que condições recebem e as condições em que recebe".

Marta Moitinho Oliveira

PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Renascença Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=440a9003>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Tribunal de Contas "atento à boa execução" dos fundos da bazuca europeia

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Renascença Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f3c78577>

Presidente do Tribunal de Contas assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Costa diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Renascença Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=3a651c58>

Primeiro-ministro defende que a capacidade de controlo na execução dos fundos é essencial, não apenas por razões financeiras.

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro defendeu que a capacidade de controlo na execução dos fundos é essencial, não apenas por razões financeiras, como também por razões políticas, desde logo para a existência de confiança democrática na forma como é exercido o poder e de confiança recíproca entre os diferentes Estados-membros.

De acordo com António Costa, numa análise ao Portugal 2020, sem os fundos comunitários, o produto interno bruto (PIB) nacional seria 1,9 pontos percentual inferior. Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é 2,3 pontos percentual no PIB.

"A Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do PIB nesse período", completou.

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

"Quer a nível nacional, quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm feito, separando irregularidades e fraude", começou por apontar.

"Sendo genericamente um nível bastante baixo de fraude e de irregularidade em toda a União Europeia, no que diz respeito a Portugal, de acordo com o relatório especial de 2019 do TdC europeu,

demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da União Europeia. O nível de fraude é também inferior à da média da União Europeia, que já de si é bastante baixo", advogou o líder do executivo português.

Em relação à absorção de fundos comunitários por Portugal, o primeiro-ministro também defendeu que é bastante alto e procurou desmontar a ideia de que o seu aproveitamento serviu para a construção de autoestradas.

"Se hoje temos um competitivo setor agroalimentar, tal deve-se em parte à Política Agrícola Comum (PAC), mas também aos programas científico e de desenvolvimento tecnológico", referiu, a título de exemplo.

Na primeira intervenção da sessão, o presidente do TdC, José Tavares, abordou sobretudo a questão do PRR, dizendo que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção".

José Tavares salientou que o TdC assumirá "um papel construtivo e sempre com sentido pedagógico" na sua atuação e que "recorrerá às mais modernas tecnologias de informação", procedendo, por exemplo, à realização de auditorias específicas.

"O PRR apresenta mecanismos de controlo interno robustos e consistentes", disse, antes de o presidente do TdC europeu ter apontado a conferência sobre fundos comunitários como um exemplo de cooperação entre instâncias nacionais e da União Europeia.

"Sem controlo não é possível a boa execução dos fundos europeus. O controlo deve ser sempre encarado como uma forma de aumentar a eficiência dos diferentes programas", sustentou Klaus Heine Lenhe.

Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=5f4734b2>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Lusa

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f4a6536>

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Lusa

Costa diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e6890170>

O Primeiro-ministro considerou esta segunda-feira que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o Primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

C/Lusa

PRR. Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet Data Publicação: 21/06/2021

Melo: RUM - Rádio Universitária do Minho Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=8ba4a6f4>

RUM - Rádio Universitária do Minho

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

c/ Lusa

Redação

Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos - José Tavares

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Sapo Online - Sapo 24 Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=8c1c8b27>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

PD // MSF

Lusa/Fim

José Tavares avisa que Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos europeus

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Meio: Sapo Online - Sapo 24 Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=47877221>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, sempre no sentido pedagógico e construtivo, tendo em vista a aplicação efetiva dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, quando for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Defendendo que se tirem "lições da experiência de anteriores quadros comunitários de apoio", o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

José Tavares destacou a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação e avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Na mesma linha, o presidente do Tribunal de Contas Europeu, Klaus-Heiner Lenhe, garantiu que esta entidade, "juntamente com os parceiros dos Estados-membros, estará presente para ajudar a garantir que os desafios possam ser enfrentados de modo que as oportunidades estejam à altura de seu pleno potencial".

"O quadro e as disposições legais necessárias para recuperação da Europa face à pandemia estão em vigor, incluindo as que permitem à União Europeia começar a contrair empréstimos nos mercados financeiros. Dependerá agora da gestão eficaz e eficiente da gestão dos fundos disponíveis se estes estarão à altura do seu pleno potencial para ajudar a Europa a ultrapassar a crise pandémica e a tornar mais sustentável e resiliente do que antes", sustentou.

Contudo, sublinhou Klaus-Heiner Lenhe, "eficácia e eficiência não podem ser alcançadas sem os necessários mecanismos de controle e responsabilização" que, ainda assim, "não devem ser vistos como um dever laborioso e oneroso que impeça a gestão eficaz e eficiente dos fundos".

"Acredito firmemente que as auditorias de desempenho, bem selecionadas, são necessárias para prestar contas a fim de garantir que este instrumento de crise tenha o maior impacto possível", afirmou o presidente do TdC europeu.

Neste âmbito, o responsável disse estar já em curso "uma auditoria sobre a avaliação da Comissão [Europeia] aos planos nacionais de recuperação e a resiliência, sob a liderança de Ivanna Maletic, que

é uma das peritas do tribunal nesta matéria".

Na sua intervenção, Klaus-Heiner Lenhe destacou ainda os fundos do mecanismo de recuperação resiliência "não se destinam apenas a abordar o impacto económico e social da pandemia da covid-19 na Europa, mas também apoiarão as economias dos Estados membros na realização das transições verdes e digitais necessárias para contribuir para construir uma União sustentável e resiliente para o futuro".

"Se a União Europeia conseguir, de facto, conjugar a sua recuperação com uma transição bem-sucedida para uma economia europeia digital e ambientalmente sustentável, então poderá eventualmente transformar esta crise em algo que não posso dizer que será positivo, mas será, pelo menos, construtivo", disse.

No painel da conferência destinado a debater as "Prioridades e desafios subjacentes ao QFP/PRR", o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, apontou as "três dimensões" em que gostaria que Portugal se transformasse com recurso aos novos fundos europeus disponíveis: "Daqui a 10 anos gostaria de um país mais justo, equilibrado e coeso; de um Portugal mais criador, inovador e produtivo; e de um país mais sustentável".

Considerando que esta é "uma oportunidade única de ter recursos que praticamente dobram as oportunidades em matéria de capacidade de fazer coisas", o governante alertou que devem, contudo, ser "assumidas determinadas precauções", sendo uma delas que os 14.000 milhões de euros em subvenções previstos no orçamento do PRR não se devem "adicionar pura e simplesmente aos objetivos da política de coesão".

"Isto não faz sentido, porque não dava oportunidade de respondermos a algumas necessidades que, decorrendo da pandemia, são neste momento mais prioritárias e, por outro lado, de aproveitar este acréscimo para incentivar determinado tipo de estratégias que normalmente não prosseguimos", sustentou.

Como exemplo, apontou a descapitalização das empresas portuguesas, uma questão agravada pela crise sanitária, mas que era já um problema estrutural no país, e que o PRR assume como "primeira grande prioridade", com "1.300 milhões de euros para poder acudir de forma musculada" a este tema.

Outro exemplo avançado por Nelson de Sousa foi o "investimento normal em inovação, qualificação e internacionalização", que foi "prosseguido de forma bastante extensiva no Portugal 2020 e vai continuar a existir no âmbito do Portugal 2030".

Já no PRR, o que se pretende "é mais um apoio direcionado para um outro tipo de projetos empresariais, chamados projetos mobilizadores das agendas de inovação, que são verdadeiramente estruturantes e que contribuam para alteração do perfil de especialização da economia portuguesa", disse.

MadreMedia / Lusa

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Sapo Online - Sapo 24 Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=8fc2da27>

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro defendeu que a capacidade de controlo na execução dos fundos é essencial, não apenas por razões financeiras, como também por razões políticas, desde logo para a existência de confiança democrática na forma como é exercido o poder e de confiança recíproca entre os diferentes Estados-membros.

De acordo com António Costa, numa análise ao Portugal 2020, sem os fundos comunitários, o produto interno bruto (PIB) nacional seria 1,9 pontos percentual inferior. Depois, caso se junte com a componente nacional, o impacto é 2,3 pontos percentual no PIB.

"A Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do PIB nesse período", completou.

Em termos de mecanismos de fiscalização e controlo, António Costa disse que serão superiores em matéria de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

"Quer a nível nacional, quer a nível europeu, os números ao longo dos anos têm permitido estabelecer um padrão muito claro na jurisprudência que os tribunais de contas nacionais e europeus têm feito, separando irregularidades e fraude", começou por apontar.

"Sendo genericamente um nível bastante baixo de fraude e de irregularidade em toda a União Europeia, no que diz respeito a Portugal, de acordo com o relatório especial de 2019 do TdC europeu, demonstra-se que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da União Europeia. O nível de fraude é também inferior à da média da União Europeia, que já de si é bastante baixo", advogou o líder do executivo português.

Em relação à absorção de fundos comunitários por Portugal, o primeiro-ministro também defendeu que é bastante alto e procurou desmontar a ideia de que o seu aproveitamento serviu para a construção de autoestradas.

"Se hoje temos um competitivo setor agroalimentar, tal deve-se em parte à Política Agrícola Comum (PAC), mas também aos programas científico e de desenvolvimento tecnológico", referiu, a título de exemplo.

Na primeira intervenção da sessão, o presidente do TdC, José Tavares, abordou sobretudo a questão do PRR, dizendo que "a vertente da contratação pública e da fiscalização prévia dos atos e dos contratos exigirão enorme atenção".

José Tavares salientou que o TdC assumirá "um papel construtivo e sempre com sentido pedagógico" na sua atuação e que "recorrerá às mais modernas tecnologias de informação", procedendo, por exemplo, à realização de auditorias específicas.

"O PRR apresenta mecanismos de controlo interno robustos e consistentes", disse, antes de o presidente do TdC europeu ter apontado a conferência sobre fundos comunitários como um exemplo de cooperação entre instâncias nacionais e da União Europeia.

"Sem controlo não é possível a boa execução dos fundos europeus. O controlo deve ser sempre encarado como uma forma de aumentar a eficiência dos diferentes programas", sustentou Klaus Heine Lenhe.

MadreMedia / Lusa

PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: SIC Notícias Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f0f63eda>

José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos.

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

Lusa

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: SIC Notícias Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=30c4f172>

O primeiro-ministro sublinha a confiança na recuperação da economia.

O primeiro-ministro considerou esta segunda-feira que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

SIC Notícias Lusa

Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: TSF Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=44afd22a>

O presidente do TdC, José Tavares, apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR.

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou esta segunda-feira que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

[Additional Text]:

Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Lusa

Sem "autoflagelos" e com confiança nas instituições. Costa destaca "boa gestão" de fundos europeus

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 21/06/2021
Meio: TSF Online Autores: Francisco Nascimento

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=8f28455c>

O primeiro-ministro lembra que o risco de fraude em Portugal "é inferior à média europeia".

António Costa garante que não há razões para os portugueses se sentirem preocupados com má gestão de fundos europeus, que devem começar a chegar ao país em agosto. O primeiro-ministro considera que os fundos têm sido bem aproveitados pelos Governos, "com bom impacto económico" e sem desvios fraudulentos.

Numa conferência organizada pelo Tribunal de Contas, o primeiro-ministro sublinhou que os números mostram que o nível de fraude em Portugal é inferior à média da União Europeia (UE), que "já de si é bastante baixo".

"Os números têm permitido estabelecer um padrão claro. Sendo genericamente um nível bastante baixo de fraude e irregularidade em toda a UE, no que diz respeito a Portugal, o relatório do Tribunal de Contas Europeu de 2019 demonstra que o nível de irregularidades é claramente inferior à média da UE", explicou.

O primeiro-ministro adiantou ainda que o nível de fraude "é também inferior ao da UE, que já de si é bastante baixo: 0,75% da totalidade dos fundos".

António Costa reforçou que Portugal é bem visto lá fora, pelo que dentro de portas, não há motivos para "autoflagelos".

"Temos um historial que nos deve orgulhar, pelo que não deve ser motivo de autoflagelação. Não é assim que a Europa nos vê, não há nenhuma razão para nos vermos de forma distinta", apontou.

o primeiro-ministro defendeu que a capacidade de controlo na execução dos fundos é essencial, não apenas por razões financeiras, como também por razões políticas, como a confiança democrática dos cidadãos.

De acordo com António Costa, recorrendo a um estudo da Universidade do Porto, sem os fundos comunitários, o produto interno bruto nacional seria 1,9 por cento inferior. "A Universidade do Porto considera que o impacto se estenderá pelos próximos 50 anos, tendo um impacto de 0,7% ao nível do PIB nesse período", disse.

O chefe de Governo anunciou ainda que os primeiros concursos para financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência vão começar já esta segunda-feira, com dois concursos que visam apoiar o ensino superior.

Costa participou na sessão de abertura da conferência, que decorre na Culturgest, em Lisboa. A sessão contou com a intervenção do presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, e do presidente de Tribunal de Contas Europeu, Klaus Heine Lenhe.

[Additional Text]:

O primeiro-ministro, António Costa

Francisco Nascimento

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=67d0b9b6>

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

Lusa

<https://www.facebook.com/canalalentejo>

Plano de Resiliência: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: TVI 24 Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=b99f435f>

O presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção"

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou esta segunda-feira que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional.

Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

2021-06-21 11:55

/ CE

/ CE

Fundos europeus: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar", diz Costa

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: TVI 24 Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=93fcf744>

O primeiro-ministro considerou que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação

O primeiro-ministro considerou esta segunda-feira que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

2021-06-21 10:57

/ CE

/ CE

PRR: Tribunal de Contas vai estar "atento à boa execução" dos fundos - José Tavares

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Visão Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=145c0aad>

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), José Tavares, assegurou hoje que o organismo vai estar "atento à boa execução" dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nacional

"Vamos estar atentos à boa execução do PRR, tendo em vista a aplicação dos fundos aos fins a que se destinam e efetivando responsabilidades, se for caso disso", afirmou José Tavares durante a sessão de abertura da conferência "Fundos Europeus: Gestão, Controlo e Responsabilidades", uma iniciativa conjunta do TdC de Portugal e do Tribunal de Contas Europeu (TCE), no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

Na sua intervenção, o presidente do TdC apontou o papel "essencial" que este organismo desempenhará na prevenção dos "riscos de fraude e corrupção" na utilização dos fundos do PRR, mas também na garantia de "qualidade da organização", de "planeamento rigoroso" e de "eficiência da gestão" das verbas destinadas a relançar a economia portuguesa, após a crise sanitária gerada pela pandemia de covid-19.

Destacando a "enorme relevância" da contratação pública na implementação do plano de recuperação, José Tavares avançou que o TdC dispõe já de um grupo de trabalho para "dar seguimento" às alterações e às medidas especiais introduzidas ao Código dos Contratos Públicos (CPP).

PD // MSF

Lusa

Costa contra autoflagelação e diz que Portugal tem bom historial nos fundos europeus

Tipo Melo: Internet

Data Publicação: 21/06/2021

Melo: Visão Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f10371d2>

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades

O primeiro-ministro considerou hoje que Portugal tem um historial de bom aproveitamento dos fundos europeus, com elevado impacto económico e baixos níveis de fraude e de irregularidades, e criticou a atitude de autoflagelação neste domínio.

Estas posições foram transmitidas por António Costa na sessão de abertura de uma conferência sobre fundos europeus, na Culturgest, em Lisboa, na sequência de intervenções do presidente do Tribunal de Contas (TdC), conselheiro José Tavares, e do presidente de TdC europeu, Klaus Heine Lenhe.

Com a comissária europeia Elisa Ferreira sentada na primeira fila da plateia, o primeiro-ministro declarou: "Temos um historial de que nos devemos orgulhar e não ser motivo de flagelação relativamente à utilização dos fundos".

"Não é assim que a Europa nos vê. Não há nenhuma razão para nos vermos de uma forma distinta", acentuou o líder do executivo português a meio de um discurso com cerca de 30 minutos.

Um discurso em que António Costa apresentou indicadores positivos, quer relativamente aos baixos níveis de fraude e de irregularidades na utilização dos fundos comunitários, quer ao nível do impacto económico estrutural e capacidade de absorção desses fundos europeus.

PMF // ACL

Lusa



alma-naque

OS ROSTOS



Tiago Barbosa Ribeiro
Candidato à C. M. Porto

O líder da concelhia do PS foi aprovado pelo partido para concorrer contra Rui Moreira. É o desfecho de uma longa novela de nomes, incluindo o de Eduardo Pinheiro, cuja candidatura caiu 24 horas após o anúncio.



António Lacerda Sales
Sec. de Estado da Saúde

Disse que a norma da DGS para testagem dos participantes em eventos familiares ou culturais é "fortemente recomendativa".



Joe Biden
Presidente dos EUA

O democrata reuniu-se com Putin em Genebra para pôr água na fervura nas relações entre EUA e Rússia, logo depois de restaurar a boa ligação à UE na cimeira de líderes da NATO, em Bruxelas.



"O PLANO VAI MUDAR PROFUNDAMENTE A ECONOMIA PORTUGUESA. VAI FAZER COM QUE PORTUGAL SAIA MAIS FORTE"

Ursula von der Leyen
Presidente da Comissão Europeia, ao anunciar a aprovação do PRR de Portugal

A SEMANA QUE VEM

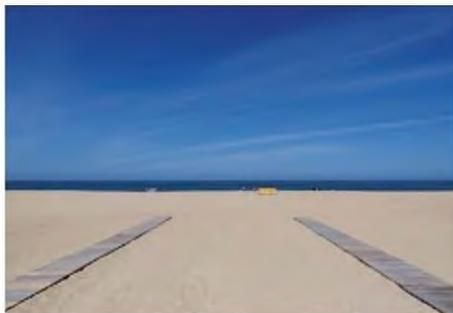
por Catarina Silva

2ª SEGUNDA-FEIRA

Começa o verão e contratação pública

O solstício de verão ocorre às 3.32 horas e marca o início da estação mais quente do ano e também o dia mais longo. A data fica ainda marcada pela entrada em vigor da lei que aprovou medidas especiais de contratação pública para projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus. Ainda a propósito de fundos europeus, o Tribunal de Contas de Portugal e o Tribunal de Contas Europeu organizam uma conferência conjunta, com a presença do presidente da República, do primeiro-ministro e da comissária europeia Elisa Ferreira.

A nova legislação de contratação pública é essencial para agilizar o processo de execução dos fundos europeus nos próximos anos



REINO UNIDO REAVALIA LISTA VERDE DE PAÍSES

O Governo do Reino Unido deverá reavaliar a lista de países seguros para viajar. Portugal, cujo turismo sofreu com a decisão no início do mês, poderá voltar a entrar nesta lista verde. Neste dia, no Centro de Alto Rendimento de

Anadia, em Sangalhos, arranca a Taça do Mundo de Ginástica de Trampolins, que se estende até dia 28.

A última decisão do Governo britânico incluiu Madeira e Açores, mas foi no Algarve que mais se fez sentir a exclusão



3ª TERÇA-FEIRA

Trabalhadores da Santa Casa de Lisboa protestam e espetáculo em Braga

Os trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa estão a organizar um protesto para este dia. Reclamam a atualização do subsídio de alimentação, aumento dos salários e progressões de carreira referentes a 2020. No mesmo dia, termina a discussão pública da revisão da nova Diretiva Europeia para o Desempenho Energético dos Edifícios, que prevê uma revolução profunda na construção e no imobiliário. O objetivo da Comissão Europeia é alcançar a meta da neutralidade climática até 2050. Ainda nesta data, e no âmbito da celebração do São João da Braga, o espetáculo "Banquete de David" sobe ao palco do Theatro Circo.

A nova diretiva quer melhorar as renovações dos edifícios, alcançar um parque imobiliário altamente eficiente e permitir um financiamento mais acessível

4ª QUARTA-FEIRA

PORTUGAL-FRANÇA NO EURO E NOITE DE SÃO JOÃO NO PORTO

A seleção de futebol defronta a França no Euro, às 20 horas. No mesmo dia, termina o 3.º período para os 7.º, 8.º e 10.º anos. É noite de São João no Porto, sem concertos nem fogo de artifício. Diversões fecham às 18 horas.





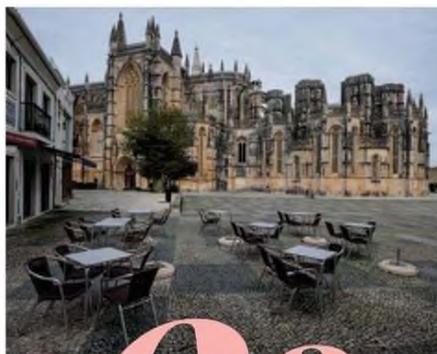
5^a
QUINTA-FEIRA



Marcelo na cidade berço e Metro pára

O presidente da República vai marcar presença no 24 de junho, em Guimarães, na celebração da Batalha de S. Mamede. A cidade berço inaugura, no mesmo dia, a requalificação do edifício onde funcionou o emblemático Teatro Jordão. Agora, será escola e espaço para associações culturais. Ainda nesta data, os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa anunciaram greve parcial, pela valorização salarial e das carreiras. Decorre o último Conselho Europeu na presidência portuguesa da UE. António Guterres foi convidado a participar.

O chefe de Estado vai receber o título de "Cidadão Honorário de Guimarães", o mais alto galardão concedido pelo município



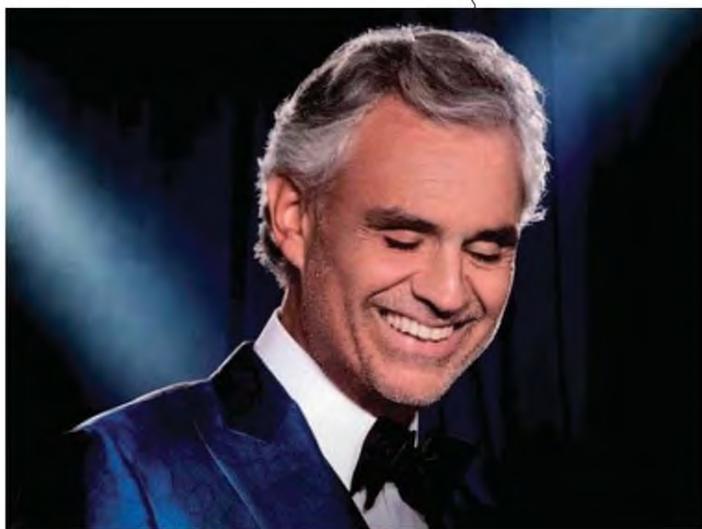
6^a
SEXTA-FEIRA

PARALISAÇÃO DA CP E IP, FESTIVAL "ARTES À VILA" E FÓRUM BIZFEIRA

Os trabalhadores da CP e da IP voltam à greve neste dia, exigindo o aumento geral dos salários. Esta paralisação segue-se ao protesto dos trabalhadores da IP de 2 de junho e que provocou perturbações significativas na circulação de comboios. Na mesma data, arranca o festival "Artes à Vila", que decorre no Mosteiro da Batalha, no distrito de Leiria, ao longo de dois dias. JP Simões, Dulce Pontes e Benjamim são alguns dos nomes que constam no programa da quarta edição do evento. Em

O ex-polícia de Minneapolis foi considerado culpado e aguarda a sentença na prisão de segurança máxima de Oak Park Heights

Santa Maria da Feira, acontece a conferência anual Fórum BizFeira, no Europarque e online. O tema deste ano é "Triunfar depois da pandemia". Lá fora, nos Estados Unidos, o ex-polícia Derek Chauvin, que no passado dia 20 de abril foi declarado culpado pela morte do afro-americano George Floyd, deverá conhecer, nesta data, a pena que lhe será aplicada.



ANDREA BOCELLI NO ESTÁDIO DE COIMBRA

O tenor italiano Andrea Bocelli atua no Estádio Cidade de Coimbra, num concerto que conta com a presença de Mariza. Repete o espetáculo no sábado. Leva a palco 70 músicos e um coro com 60 vozes. Salvador Sobral apresenta o novo álbum "bpm" no Centro Cultural de Belém.



SÁBADO

IPSS reunidas e Feira Nacional do Mirtilo em Sever

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade reúne, neste dia, em assembleia geral, em Fátima. Os responsáveis das IPSS já alertaram para o impacto da pandemia nas instituições e para o atraso na elaboração, assinatura e entrada em vigor do novo Compromisso de Cooperação. No mesmo dia, arranca a Feira Nacional do Mirtilo em Sever do Vouga, num formato mais reduzido devido à covid-19. Já em Lisboa, começa a Feira Internacional do Artesanato, que se estende até 4 de julho, na FIL. É a maior feira de multiculturalidade que ocorre na Península Ibérica e a segunda maior na Europa. No que toca à música, o festival Santa Casa Portugal ao Vivo prossegue, com Santamaria na Super Bock Arena - Pavilhão Rosa Mota, no Porto.

Os responsáveis das IPSS alertam para a situação financeira, com o aumento dos custos na pandemia

DOMINGO

ACABA SUSPENSÃO DA PRODUÇÃO NA AUTOEUROPA

Termina a suspensão da produção na AutoEuropa, que teve início a 18, devido à "falta de diversos componentes críticos" relacionada com a escassez mundial de semicondutores. A atividade deverá retomar no turno da noite. Na mesma data, acaba a Bienal'21 Fotografia do Porto, que contou com mostras em vários espaços. Também hoje, deverá prescrever um dos processos de contraordenação a Ricardo Salgado pelo Banco de Portugal. Em causa, uma multa de 290 mil euros.

